

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**REESTRUTURAÇÃO E EXCLUSÃO TÉCNICO-PRODUTIVA  
NA AGRICULTURA FAMILIAR EM GUARACIABA-SC**

**Por: Paulo Jonas Grando**

**Orientador: Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti**

**Florianópolis, setembro de 2000**

# "Reestruturação e exclusão técnico-produtiva na agricultura familiar em Guaraciaba-SC".

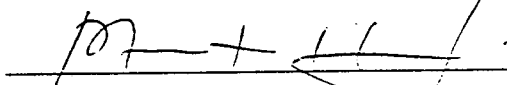
**Paulo Jonas Grando**

*Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.*



Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

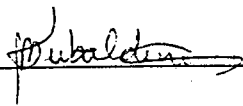
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 11/10/2000



Dr. Roland Luiz Pizzolatti (Presidente-Orientador-UFSC)



Dr.ª. Walquíria Krüger Corrêa (Membro-UFSC)



Dr.ª. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini (Membro-UFMG)

Florianópolis - 2000

## AGRADECIMENTOS

No âmbito da nossa vivência acadêmica, muitos foram os colegas e professores que participaram do nosso enriquecimento acadêmico e profissional. A eles o nosso obrigado, tomado no sentido estrito de termo, ou seja, o de dever obrigação. Contudo, à algumas pessoas e instituições devemos obrigação constantemente e, é justo nominá-las.

A tentativa verdadeiramente sincera de prestar agradecimentos constitui-se numa dívida de gratidão a seres humanos e instituições que contribuem para o nosso processo de engrandecimento pessoal e profissional. Dentre aqueles colaboradores que adentram neste grupo, muitos são alvos de agradecimentos sinceros. Nominá-los todos, seria por demais exaustivo, portanto queremos agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que nossa existência fosse a mais correta possível.

Nossos sinceros agradecimentos ao Orientador e Professor Roland Luis Pizzolatti, que através de observações perspicazes contribuiu para que cometêssemos uma menor quantidade de erros. Os que existem são de nossa responsabilidade. Agradecemos também pelos momentos em que, munido da sua reflexão profissional nos auxiliou na leitura dos originais deste trabalho sugerindo melhores ângulos de análise ou explicação para o nosso objeto de estudo.

À Universidade Federal de Santa Catarina, queremos agradecer por nos ter aberto as portas do conhecimento, se pouco aprendemos é porque o nosso cérebro não possui capacidade de refletir sobre a imensidão do significado do termo conhecer. Mas, acima de tudo somos gratos ao ensino público de qualidade. Sem ele, não teríamos chegado ao curso superior, quanto mais a pós graduação.

Aos meus professores agradeço, dizendo que as suas sementes estão germinando, umas já deram frutos, outras ainda desabrocharão no seu devido tempo. Ao departamento de geociências, devo a minha carreira que está iniciando e, fecundos momentos de discussão e debates com colegas e professores. Ao CNPq, gostaria de agradecer, colocando que a oportunidade da bolsa de estudos, nos permitiu pela primeira vez, estudar sem que tivéssemos que trabalhar mais de 10 horas por dia e estudar, ao mesmo tempo.

## SUMÁRIO

	Página
Agradecimentos .....	III
Lista de Tabelas .....	V
Lista de Quadros, Figuras, Gráficos e Mapas .....	VI
Resumo .....	VII
Abstract .....	VIII
1. Introdução.....	01
2. A Produção agropecuária e transformações recentes: o contexto do Oeste Catarinense e de Guaraciaba –SC.....	17
2.1. Evolução, organização e transformações recentes na agricultura.....	18
2.2. Evolução, organização e transformações recentes na pecuária.....	30
3 . A área de estudo no contexto histórico.....	41
4. O processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva.....	50
4.1. O processo de reestruturação técnico-produtiva.....	60
4.2. O Processo de exclusão técnico-produtiva.....	69
4.2.1. Agricultura familiar e o processo histórico de exclusão no capitalismo.....	69
4.2.2. Agricultura familiar e exclusão no Brasil.....	74
4.2.3. Agricultura familiar e exclusão em Santa Catarina e no Oeste Catarinense.....	83
5. A organização e reestruturação das principais atividades produtivas no meio rural em Guaraciaba-SC.....	92
5.1. A exploração da terra em Guaraciaba-SC.....	92
5.2 Disponibilidade de mão-de-obra e grau de educação dos agricultores familiares.....	94
5.3. Disponibilidade de equipamentos.....	97
5.4. Instalações e benfeitorias.....	106
5.5. A produção vegetal e animal em Guaraciaba-SC.....	107
5.6. A produção de suínos e de leite em Guaraciaba-SC.....	113
6. A exclusão técnico-produtiva na agricultura familiar: Guaraciaba-SC.....	125
7. Considerações Finais.....	142
8. Referências Bibliográficas.....	152



## LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 - Total de vacas ordenhadas, produção e produtividade da pecuária leiteira em SC, 1985/96.....	37
Tabela 2 - Proporção do leite comercializado pelos agricultores em SC/1996.....	38
Tabela 3 - Defasagem entre custo de produção e o preço mínimo do governo (1997) - soja e milho.....	80
Tabela 4 - produção e valor: enquanto cresce a produção, cai a renda.....	80
Tabela 5 - A exploração da terra em Guaraciaba/SC – 1998 .....	93
Tabela 6 - Distribuição da mão de obra por faixas etárias.....	95
Tabela 7 - Instrução formal da população rural em Guaraciaba/C-1998.....	96
Tabela 8 - Equipamentos de trabalho em 1021 imóveis rurais: Guaraciaba/98.....	98
Tabela 9 - Instalações e benfeitorias nos imóveis rurais Guaraciaba-SC.....	106
Tabela 10 - Produção de milho em Guaraciaba – 1990/98.....	109
Tabela 11 - A cultura do feijão em Guaraciaba, 1990/98.....	110
Tabela 12 - A produção de fumo em Guaraciaba -1990/98.....	111
Tabela 13 - Efetivo do rebanho suíno em Guaraciaba – 1990/98.....	117
Tabela 14 - A bovinocultura de leite em Guaraciaba –1990/97.....	118
Tabela 15 - Importações de leite e derivados –1992 a 1998.....	120
Tabela 16 - Levantamento sobre o número de alunos matriculados nas escolas municipais de Guaraciaba / SC no período 1993/99.....	128
Tabela 17 - Variação no número de famílias nas comunidades rurais de Guaraciaba no período 1995/1998.....	130
Tabela 18 - Levantamento do número de consumidores de energia elétrica em Guaraciaba/SC por classe de consumo no período 1995/98 .	134
Tabela 19 - Transações comerciais de estabelecimentos rurais em Guaraciaba durante 1994/98, segundo o cadastro do Imposto por Transmissão de Bens Intervivos.....	136
Tabela 20 - Emissões de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), para habitantes da área rural, pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba –SC.....	138

## LISTA DE FIGURAS, FOTOS , GRÁFICOS E QUADROS,

Figura 1 – Localização da área do levantamento de campo.....	02
Fotos 1 e 2 – Aspectos do cultivo de milho em Guaraciaba/SC.....	19
Fotos 3 a 6 – Tecnologias ligadas ao cultivo de fumo.....	26
Foto 7 – Aspecto de um estabelecimento rural dedicado ao fumo.....	29
Fotos 8 a 10 – Características da criação de suínos em Guaraciaba/SC em meados da década de 1950.....	31
Fotos 11 e 12 –Aspectos atuais da suinocultura em Guaraciaba/SC .....	34
Figura 2 - O Extremo-Oeste Catarinense no Oeste Catarinense segundo a classificação do IBGE.....	41
Figura 3 – Desenho esquemático para demonstrar os primeiros caminhos que permitiram o processo de colonização a partir do Rio Uruguai.....	47
Quadro 1: Estrutura do trabalho nos estabelecimentos rurais de Guaraciaba/SC-1998.....	95
Fotos 13 e 14 – Técnicas de cultivos que estão sendo difundidos em Guaraciaba/SC.....	103
Foto 15 – Equipamento: Plantadeira de plantio direto para tração mecânica	104
Quadro 2 - Instalações e Benfeitorias nos 1121 imóveis rurais em Guaraciaba/SC.....	106
Fotos 16 e 17 – Atividades auxiliares a pecuária leiteira.....	108
Fotos 18 e 19 – Aspectos de uma maternidade “moderna” para suínos em Guaraciaba/SC.....	115
Fotos 20 a 25 – Características da produção leiteira em Guaraciaba/SC.....	122
Gráfico1: Estrutura etária em Guaraciaba/SC – 1998.....	126
Figura 4 – Limites de Guaraciaba/SC, sobrepostos a Imagem de Radar.....	132
Figura 5 – Mapa do Município de Guaraciaba e localização das comunidades rurais.....	133

## RESUMO

Esta dissertação aborda o processo de transformações técnico-produtivas que vêm ocorrendo na agricultura familiar em Guaraciaba, Santa Catarina durante a década de 1990/99. Ao mesmo tempo, examinamos a situação de exclusão de significativos contingentes de famílias agricultoras. Esta situação foi tratada, como um processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva que vêm sendo imposto à agricultura familiar, inserida ao mercado, configurando-se na necessidade de revalorização das condições de acumulação capitalista no período atual.

Uma definição operacional de agricultura familiar partiu das contribuições de autores como Chayanov e Kaustky. A idéia de um processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva foi sugerida em substituição das noções de modernização da agricultura e de êxodo rural. Tal aspecto decorre de que a situação conjuntural apresenta, atualmente, características diferenciadas daquelas que dominaram no período de modernização da agropecuária brasileira.

Assim, apresentamos um estudo do processo de reestruturação das condições de produção na agricultura familiar e analisamos a situação de exclusão de famílias agricultoras, apontando seus resultados para o município Guaraciaba-SC. Neste sentido, a partir de nossas análises, procuramos detectar alguns cenários possíveis para o futuro da reprodução do modelo de agricultura familiar na área objeto de estudo.

**Palavras chave:** Agricultura familiar, reestruturação técnico-produtiva, exclusão

## ABSTRACT

This manuscript approaches the technical productive changing process occurring within family farms during the 90s in Guaraciaba, Santa Catarina. While, the increasing exclusion issues of meaningful family farms contingents were examined simultaneously. The technical productive exclusion imposed on family farms, integrated into the market, was approached as a restructuring process that represents the actual need of revaluation of the capitalist accrued conditions.

An operational definition of family farm was given from the contribution of two authors as Chayanov and Kaustky. The idea of a restructuring process and technical productive exclusion is suggested, in order to replace agriculture modernization notions and rural exodus. The thought line is that these issues present themselves differently from those target notions that were previously used to explain changes in Brazilian agricultural farming.

Therefore, a study of the restructuring process of the production conditions on family farming is presented. It analyzes the issue of agricultural families exclusion, targeting its results to the county of Guaraciaba-SC. Through our analyses some possible scenarios of the future for the reproduction of family farm agricultural models were detected in the study target area.

**words-key:** family farming, technician-productive restructuring, exclusion

---

## 1. INTRODUÇÃO

---

02/11/11

A temática desta dissertação e seu objeto de estudo busca entender as transformações técnicas e produtivas que estão em curso nas unidades familiares<sup>1</sup> de produção agropecuária em Guaraciaba-SC. Este município será analisado em dois momentos. Da sua gênese até os dias atuais, quando descreveremos os processos de ocupação e organização espacial do território e num segundo momento, as transformações da agricultura, denominadas por nós de reestruturação e exclusão técnico-produtiva<sup>2</sup>. O período focado enfatiza os anos de 1990/1999. <sup>período 2</sup> A esse respeito, questionamos que a reestruturação técnico-produtiva, estimulada pela globalização e por ajustes econômicos implantados a partir da crise do Estado Brasileiro, resultando na diminuição da intervenção direta do Estado na execução da política agrícola, não tem contemplado a permanência de significativo número de agricultores familiares, manterem-se social e economicamente na atividade agropecuária no município enfocado.

02/11/11

A contribuição da ciência geográfica nos debates sobre a agricultura familiar, está ligada à questão da organização do espaço agrário ocupado pelas explorações agropecuárias e análises baseadas no trabalho dos agricultores e suas famílias. O problema da agricultura tem merecido destaque na pesquisa acadêmica geográfica porque está intimamente ligado à questão da organização do espaço geográfico e à diversidade de paisagens que as diferentes práticas agropecuárias imprimem nas diversas configurações espaciais. Consideramos que, devido as modificações na base técnica e produtiva, muitos agricultores familiares não têm conseguido acompanhar o

---

<sup>1</sup> As noções de propriedade rural e estabelecimento rural têm, para nós, o significado de local de moradia e organização de ações, visando a produção agropecuária por produtores rurais cuja base de organização, gestão e de trabalho repousa no trabalho não assalariado. Portanto, não estamos adentrando na polêmica teoria a cerca da validade dos conceitos de estabelecimento rural, praticado pelo IBGE e de propriedade rural utilizado pelo INCRA.

<sup>2</sup> O processo de reestruturação exclusão técnico-produtiva é objeto do capítulo 4, onde buscamos explicitar seus elementos teóricos e analíticos.

processo de ajuste produtivo e econômico imposto à agricultura<sup>3</sup>. Este processo tem ocorrido, sobretudo, após a instalação do Mercosul e, paralelamente, a incorporação de políticas voltadas à globalização da economia e ajustes (imprimidos a nível) interno pelo Plano Real. Visando à recuperação e à manutenção das taxas de acumulação do capital, essas ações estão inseridas numa escala global de fenômenos em que atuam as grandes empresas e os Estados hegemônicos capitalistas.

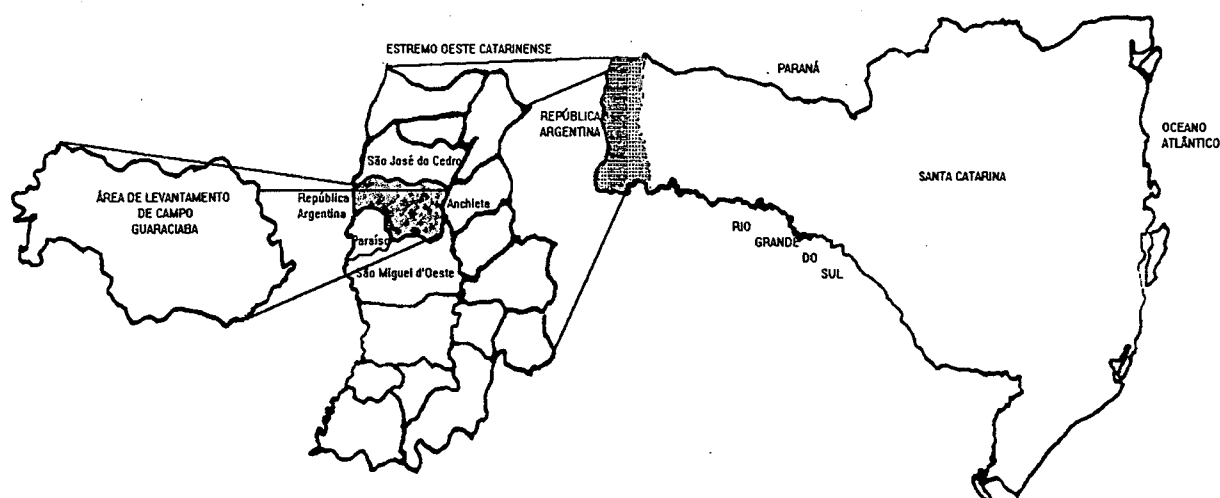
Diante dos elementos apontados, o objetivo deste trabalho é analisar as transformações que afetam a agricultura familiar em Guaraciaba-SC, sobretudo os aspectos relativos a reestruturação das atividades produtivas e a conseqüente exclusão social de parcela dos agricultores familiares. Para isso abordamos as seguintes ações: a) Estudar as transformações técnicas e econômicas ocorridas na evolução da agricultura familiar em Guaraciaba-SC. b) Tecer considerações sobre o processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva. c) Analisar os reflexos do processo de reestruturação nas condições de produção agropecuária e as recentes transformações na agropecuária de Guaraciaba-SC.

Neste município, a agricultura familiar tem sido dominante e, em 1995 contava com um total de 1.600 estabelecimentos rurais, segundo os dados do IBGE no Censo Agropecuário de 1996. Deste total de estabelecimentos rurais, apenas sete utilizavam, predominantemente, trabalho assalariado. Estes, segundo levantamentos de campo em 1998, eram explorados por atores sociais, como fonte secundária de investimento e renda, pois os proprietários tinham suas atividades principais relacionadas ao setor comercial/industrial, localizado no meio urbano. Desta forma, em Guaraciaba destacavam-se em número, os estabelecimentos rurais onde o trabalho e a gestão vinham sendo praticados pelo agricultor e seus familiares.

<sup>3</sup> Segundo afirmações do Ex. Ministro da Agricultura, Fazenda e Planejamento, Antônio Delfin Netto, na TV Senado: "Com o Plano Real, a agricultura transferiu ao setor urbano aproximadamente 25% da renda agrícola."

Localizado no Extremo Oeste de SC (figura 1), Guaraciaba apresentava uma área 330 km<sup>2</sup> e contava com cerca de 11.632 habitantes em 1995, sendo que destes 7.870 viviam em trinta e seis comunidades rurais<sup>4</sup>. Nestas, destacava-se a agricultura (milho, fumo, feijão e o soja) e a pecuária (suinocultura e pecuária de leite). No espaço urbano, cerca de 30 empresas atuavam no setor de transformação de produtos primários e em diversos empreendimentos comerciais. Os estabelecimentos familiares em Guaraciaba representavam aproximadamente 99,5% das explorações agrícolas, alcançando um percentual superior ao estadual que, segundo o IBGE(1998), contabilizava 82,35% dos estabelecimentos explorados por agricultores familiares.

**Figura 1: Localização da área do levantamento de campo**



Fonte: SEPLAN / SC - Atlas Escolar : 1991

Para compreender as transformações que a agricultura familiar vem enfrentando, tornou-se necessário considerar a noção de agricultura familiar através de suas especificidades, decorrente do avanço das relações capitalistas no campo. Optamos por enfocar as contradições que o avanço das relações sociais de produção,

<sup>4</sup> IBGE, Censo agropecuário, 1995 & Pref. Mun. de Guaraciaba, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, 1996.

consubstanciadas pelo avanço das relações capitalistas de produção, produzem na estrutura social e técnico-produtiva da produção familiar. Para isso, revisamos brevemente a idéia de alguns autores clássicos que trabalharam esta temática para nos ajudar entender a noção de agricultura familiar.

O sistema de produção agropecuária, caracterizado pelo trabalho do agricultor e seus familiares, no benefício do conjunto da unidade familiar, a qual detém a posse dos elementos de produção e realiza a produção agropecuária sob lógicas diferentes da especificamente capitalista, apresenta diferentes denominações. Entre outras, destacamos agricultura familiar, produção familiar, pequena produção, exploração familiar, agricultura camponesa e campesinato. Por não termos o objetivo de debater a definição conceitual e, sim, apenas um conceito operacional, consideramos agricultura familiar tal como aponta ABRAMOVAY (1991:19) em que "... o caráter familiar não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho" caracterizam a agricultura familiar.

Neste trabalho, a denominação de agricultura familiar leva ainda em consideração as definições de CHAYANOV<sup>5</sup> (1974), quanto a forma de organização da produção familiar e de KAUTSKY (1986) em relação as transformações que o avanço de relações capitalistas de produção imprimem sobre a forma de organização do trabalho e da produção nos estabelecimentos agropecuários familiares.

CHAYANOV (1974) na busca por uma definição conceitual, destaca as relações de trabalho sob a lógica da disponibilidade de mão-de-obra, como elemento central da organização social do processo produtivo na produção agropecuária

---

<sup>5</sup> O tipo de agricultor familiar de que estamos tratando apresenta uma lógica predominantemente, de produzir para vender. Inicialmente, esse aspecto não teria condições de ser aprofundado segundo as explicações de Chayanov. Contudo, muitos agricultores ainda se guiam, mesmo para efetivar atividades eminentemente comerciais, segundo a lógica de disponibilidade de mão-de-obra no estabelecimento agrícola e na necessidade de ingresso de ganhos para se manter como pequeno produtor rural.



familiar. Assim, a produção familiar dependeria, na sua maior parte, da disponibilidade de força de trabalho dos integrantes da família agricultora "...que pode ou não coincidir com a família nuclear, mas que pode incluir filhos, netos, membros incorporados pela família e, pode ainda, excluir membros que trabalham em outros setores e ainda, empregar força de trabalho assalariada, ao menos em parte (op cit, p:338)".

Além dos aspectos acima destacados por CHAYANOV, a agricultura familiar vêm sofrendo mudanças no decorrer do tempo, principalmente, onde se instalam relações de produção capitalistas. Nesse sentido, nos apropriamos das colocações de KAUTSKY (1986:15) ao focar as transformações que o avanço das relações capitalistas imprimem no campo. Esse autor destacou que a agricultura não é uma entidade isolada e desligada do mecanismo de produção social. E, segundo o autor citado, para se estudar a agricultura torna-se necessário examinar todas as transformações desta atividade, conforme avançam as relações capitalistas de produção a partir dos seguintes questionamentos: a) Como o capital se apodera da agricultura? b) Como revoluciona a agricultura? c) Como torna insustentável velhas formas de produção agrícola? c) Como o capital cria novas maneiras de realizar a produção?

KAUSKY (1986) responde esses questionamentos, demonstrando como o desenvolvimento capitalista deu-se primeiro nas cidades e, posteriormente, transformou o caráter da produção agropecuária. Antes do advento do capitalismo, o setor mais importante era o agropecuário. Naquele sistema, ou no feudalismo, o camponês era auto-suficiente e só vendia a parte da sua produção no mercado quando esta excedia as suas necessidades. Geralmente, suas dificuldades eram passageiras, afetadas por circunstâncias não duradouras como guerras, más colheitas... Quando estas passavam, voltava a auto-suficiência. Através da indústria urbana e do comércio, as cidades passaram a demandar maior quantidade de produtos agrícolas e as características da produção camponesas foram transformadas.

A melhoria nos transportes e comunicações favoreceu a expansão das novas idéias, vinculadas inicialmente nos centros urbanos e levaram os produtos industriais para o campo, destruindo a indústria artesanal camponesa de subsistência. Para adquirir os produtos industriais, os camponeses e os nobres feudais precisaram de dinheiro, transformando as relações feudais. Os impostos em produtos que os camponeses pagavam aos senhores feudais foi convertido em dinheiro e, para conseguí-lo, os camponeses precisaram vender sua produção no mercado.

Dada a necessidade de dinheiro, a produção camponesa de subsistência passou a ser relegada a um segundo plano e o camponês passou a produzir gêneros agrícolas para vender, adquirindo no mercado os produtos que ele deixou de produzir. Ao fazer isso, as condições de trabalho no campo também se modificaram. A agricultura, diferentemente da indústria e do comércio, por ser uma atividade sazonal, necessita de trabalho variado ao longo do ano. Assim, nos períodos de menor intensidade de trabalho, a família camponesa se dedicava a indústria caseira. Devido a competição com a indústria urbana capitalista, o artesanato camponês foi, gradualmente, sendo extinta e a mão-de-obra sobrando ou não utilizada nos períodos de menor intensidade de trabalho agrícola, foi saindo do campo ou se empregando nos estabelecimentos rurais maiores.

Ainda, a organização da agricultura no feudalismo, baseada na cultura de três rotações, funcionava sem a ocorrência da economia monetária. Com o confisco gradual das áreas de uso comum (pastagens e florestas) pelos senhores feudais que as transformaram em propriedade privada, o camponês, antes auto-suficiente, se viu obrigado a vender a sua capacidade de trabalho para subsistir. Esse aspecto eliminou o equilíbrio econômico das aldeias camponesas que foram, paulatinamente, desorganizadas em função da emergência e organização da economia mercantil. Com isso, o sistema de três rotações tornou-se um entrave ao capitalismo nascente. Isso ocorreu porque as necessidades de abastecimento das cidades exigiam uma organização produtiva adaptada à uma produção mais intensiva, segundo as

demandas do mercado, que aumentava suas necessidades de alimentos e matérias primas.

Essas modificações se iniciaram a partir do séc. XVII na Inglaterra. A terra transformada em propriedade privada, foi objeto de novas maneiras de se produzir. Com esse processo, a organização social e produtiva da comunidade aldeã, baseada na auto-suficiência, entrou em crise. Enquanto alguns camponeses permaneciam fiéis à comunidade fundiária aldeã, outros passaram a produzir para o mercado, criando uma maior desigualdade social entre nas aldeias.

As condições de produção também sofreram seguidas modificações. A necessidade de melhorar a produtividade exigiu estudos sobre a adubação do solos, a importância das bactérias e as reações químicas e fisiológicas dos elementos orgânicos. No antigo sistema de três rotações, a pastagem alimentava o gado, que produzia esterco para fertilizar os campos. Com a evolução e tecnificação da agropecuária, ocorreu uma certa especialização da agricultura e da pecuária em função da necessidade do aumento da produtividade. A mecanização possibilitou aumentos de produtividade a custo da diminuição da fertilidade dos solos. Dessa forma, ocorreu um rompimento na ciclagem e reciclagem dos nutrientes que passaram a ser repostos ao solo com insumos externos ao estabelecimento rural. As transformações tecnológicas em função de maior produtividade eliminaram, gradualmente, a auto-suficiência que foram substituídos por processos de compra, venda, produção e circulação. Assim, a agricultura foi inserida na dinâmica da produção capitalista (KAUSTKY, 1986 : 23-34).

Em relação as transformações que a produção familiar sofreu, em decorrência da expansão das relações mercantis capitalistas, ao contrário do que pensava KAUTSKY (Op cit p. 7 e seg.), não ocorreu a transformação de todos empreendimentos baseadas na lógica de trabalho familiar em estabelecimentos do tipo capitalista. As transformações que a organização da produção familiar vem enfrentando, em

decorrência da expansão das relações capitalistas no campo, foram variadas e devem ser estudadas em cada contexto geográfico específico.

A incorporação de áreas não inseridas ou parcialmente inseridas na produção capitalista, podem ocasionar diferentes ações por parte dos agricultores familiares como: especialização produtiva e inserção total no mercado, especialização e inserção parcial, auto-subsistência, exclusão e incorporação de propriedades, entre outros. Acontece que na maioria dos casos, onde a produção familiar se insere ao mercado, o comando do que e como produzir não está mais na estrita decisão do agricultor e de sua família. Eles obedecem aos ditames das empresas agroindustriais, das políticas agrícolas, dos técnicos ligados ao setor, dos agentes financeiros, da existência ou criação de um mercado de trabalho assalariado e, da conjuntura econômica da oferta e procura.

*Handwritten signature or mark.*

KAUSTKY (op cit. 191/192) pensava que a sorte da produção familiar estaria selada pela maior racionalidade técnica e econômica dos estabelecimentos capitalistas que, gradualmente, forçariam a produção familiar, abandonar o campo. Ao contrário, hoje verificamos que os agricultores familiares, mesmo de forma subordinada, conseguem se inserir e se manter produtivos, oferecendo oportunidade de lucros ao capital, principalmente na esfera mercantil. Os trabalhos de ABRAMOVAY (1991) e VEIGA (1991) mostram que a tese da eliminação da produção familiar não se concretizou, como previa KAUSTKY, embora sua análise sobre as transformações enfrentadas pela produção familiar com a expansão das relações capitalistas seja ainda válida.

Levando em consideração os elementos apontados por CHAYANOV e KAUSTKY, nas obras citadas, nos possibilita destacar que a produção familiar apresenta uma associação entre o trabalho baseado, predominantemente, nos membros da própria família e a fusão entre a unidade produtiva e de consumo. Ainda que este tipo de organização social e produtiva passe por transformações na sua

forma de organização e de inserção sócio-econômica, conforme as relações capitalistas de produção se expandem e vão incorporando a produção familiar, nem por isso, os produtores familiares passam a atuar sob a lógica da maximização de lucros a partir do assalariamento.

Diante do exposto e levando em consideração as contribuições dos autores citados, apresentaremos uma definição operacional de agricultura familiar. Para isso, a definimos como uma “organização social e produtiva” que associa o trabalho baseado, predominantemente, nos membros da própria família com a fusão entre unidade produtiva e de consumo. Mesmo que sua forma de organização e inserção sócio-econômica passe por transformações conforme as relações capitalistas de produção avancem na incorporação dessa organização social e produtiva, nem por isso, os agricultores familiares atuam, exclusivamente sob a lógica de maximização dos lucros a partir do assalariamento. E, dada estas características, essa forma de organização da produção agropecuária pode conviver em diferentes modos de produção.

Expostos, os elementos teóricos acima, destacaremos resumidamente, alguns aspectos sobre a evolução da agricultura familiar no Brasil e a sua importância sócio-econômica. Diferente do que ocorreu nos países europeus, historicamente, o estabelecimento de unidades familiares de produção agropecuária no Brasil foi legalmente preterido pelo colonizador. Havia a preferência por grandes propriedades fundiárias e escravistas, voltadas para a monocultura de exportação. Contudo, floresceu um sistema de produção familiar para abastecer o mercado interno, ao mesmo tempo que garantia a auto-suficiência da família agricultora. Esses primeiros agricultores familiares, de ascendência étnica variada, alternavam períodos de trabalho nas “plantations” e nos engenhos com o trabalho no pequeno estabelecimento. Constituem-se em exemplos destas características, os meeiros no nordeste, o colonato no sudeste, os posseiros nas áreas de fronteira agrícola, além de outros.

Outra especificidade da agricultura familiar, no Brasil, reflete a política de ocupação e branqueamento populacional de algumas áreas do sul do país, do Espírito Santo, de São Paulo e Rio de Janeiro, entre outras. As políticas públicas de imigração criaram em locais selecionados, segundo questões geopolíticas ou étnico-culturais, enclaves de trabalhadores livres e brancos que, ao longo do tempo, se constituíram em zonas de povoamento e produção voltados para o abastecimento de gêneros agropecuários de primeira necessidade. Esses enclaves também atuaram como fonte de mão-de-obra para o meio urbano em expansão e, ainda, como fonte de migrantes para as áreas de fronteira. Como exemplos podem ser citadas a colonização com imigrantes alemães, italianos, russos, poloneses e outros na Região Sul do Brasil que, ao se expandirem, geraram frentes pioneiras e ocupando as terras agrícolas do cerrado e da Amazônia Legal, além de forneceram excedentes populacionais e mercado consumidor à expansão urbana do país.

Num contexto atual, a análise de ABRAMOWAY (1991:21), embora possa ser tomada em caráter geral, reflete melhor as condições da produção familiar no Brasil. Destaca ele, que a agricultura familiar “moderna” apresenta um gradual rompimento com as formas camponesas do passado que, via ação do Estado, garantiu a manutenção da renda do agricultor e atua como um setor importante na produção de gêneros agropecuários. Diante disso, ao apresentar dinamismo econômico e capacidade de inovação tecnológica, a agricultura familiar garantiu a atomização na oferta e imprimiu estabilidade dos preços dos produtos agropecuários.

As colocações de ABRAMOVAY, acima citadas, chamam a atenção para a relevância social e econômica desta forma de organizar a produção e garantir o atendimento das necessidades de alimentos ou matérias primas nos setores urbanos.

Nesse sentido, TEIXEIRA (1997), aponta dados que ressaltam a importância deste setor produtivo para a sociedade brasileira. No Brasil haviam, em 1996, 4,3 milhões de estabelecimentos familiares ocupando uma área de 83 milhões de

hectares, correspondendo a 75% do total dos estabelecimentos e ocupando apenas 22% da área total. Em termos de mão-de-obra ocupada no setor agropecuário, os estabelecimentos familiares, respondiam por 60%. Na média das regiões, ainda que participando de apenas 10,7% do total dos financiamentos concedidos para a agricultura, as unidades familiares produziram cerca de 46,4% do feijão, 71,5% da mandioca, 44,5% do milho, 28% da soja e 26% do arroz.

Ainda segundo o último autor citado “...na oferta agropecuária, o setor patronal só supera o familiar em quatro produtos: carne bovina, cana de açúcar, arroz e soja.” Na produção de suínos, aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja, o setor familiar é dominante. Na produção agrícola total, ainda que em área três vezes menor, o segmento familiar tem praticamente a mesma participação que o extrato patronal.

Através dos dados citados podemos avaliar a importância da agricultura familiar como campo de estudo. Diante disso, procuramos entender as transformações que estão ocorrendo na agricultura familiar para podermos analisar esse processo na área de estudo. Estas, tendem a alterar sua configuração e suas especificidades locais, em função do avanço da especialização produtiva direcionada ao mercado. Nesse contexto, acreditamos que as transformações em curso afetam o precário equilíbrio da agricultura familiar para se manter produtiva, social e economicamente. Visualizamos no município de Guaraciaba, nossa área de estudo, um significativo aumento das áreas em processo de revegetação natural. Até poucos anos atrás, essas áreas eram destinadas ao cultivo. Também foi possível observar estabelecimentos e instalações abandonadas e, ainda, o aumento das áreas cercadas para a prática da pecuária de corte onde antes viviam e trabalhavam várias famílias.

Por outro lado, não se verifica mudanças em relação aos tipos de cultivos, já que usualmente são os mesmos de uma década atrás. Entretanto, observamos que as

técnicas mudaram. Ao invés da tração animal, muitos estão utilizando o trator para realizar o trabalho mais pesado. Também tem sido bastante utilizada a técnica do plantio direto, quando a cobertura do solo é realizada com plantas que servem para adubar e para proteger a terra da erosão.

Em nosso entender, as transformações na agricultura familiar em Guaraciaba, têm ocorrido em um ritmo mais acentuado desde meados dos anos 90. Diante disto, as relações de produção nas explorações rurais, vêm sendo reorganizadas. Entretanto, tais alterações não apontam o fato dos agricultores estarem abandonando o cultivo da terra por falta de perspectivas sociais e econômicas. Além disso, o número de jovens que vem deixando as atividades rurais faz com que a agricultura de base familiar, avance num processo de mecanização e tecnificação. Com este processo, os agricultores que permanecem no campo são forçados a investir grande parcela dos seus ganhos em tecnologias poupadoras de trabalho, com a finalidade de aumentar a produção e permanecer na atividade.

Nesse sentido, procurando responder aos objetivos propostos para analisar as transformações que vem ocorrendo na agricultura familiar em Guaraciaba-SC, relacionamos os elementos investigados na elaboração deste trabalho. Para diagnosticar a situação da agropecuária em Guaraciaba, partimos de informações coletadas em conversas com agricultores na área de estudo, revisão da bibliografia sobre a ocupação espacial do Oeste Catarinense, relatórios técnicos de pesquisa, jornais e informativos institucionais como os publicados pelo Instituto CEPA. Procuramos mostrar, sinteticamente, as transformações passadas e atuais na agropecuária do Oeste Catarinense, enfocando três momentos distintos: os primórdios da ocupação, as transformações oriundas da modernização da agricultura e o momento atual que denominamos de reestruturação técnico produtiva. Esses aspectos foram organizados segundo algumas linhas de reflexão que fazem parte do texto deste trabalho. Em linhas gerais os três momentos incorporam os seguintes assuntos:



- I. A ocupação espacial, o estabelecimento das atividades produtivas e a agricultura de subsistência associada a criação comercial de suínos e exploração madeireira.
- II. A modernização da agricultura com estímulo a agropecuária comercial e, introdução de maquinaria agrícola e insumos industrializados a partir da intervenção do Estado via créditos subsidiados gerando focos de abandono de jovens e famílias agricultoras.
- III. Reestruturação atual das atividade produtivas sob necessidade de grupos agroindustriais privados com introdução de novas tecnologias mais produtivas e de alto custo de implementação, sob a ótica comercial e da lucratividade empresarial e, a atuação do Estado beneficiando predominantemente os empreendimentos privados resultando num processo de exclusão de jovens e famílias inteiras.

Ainda, com auxílio de leituras teóricas e reflexões buscamos entender, o processo de reestruturação técnico-produtiva e exclusão gradual dos estabelecimentos rurais familiares. Partimos da evolução agrícola num contexto geral, relacionando o avanço das relações capitalistas no campo e as transformações decorrentes deste processo, enfocando o papel do Estado e do mercado como agente de regulação na agricultura.

Nesse processo, evidenciamos historicamente, a partir da leitura de alguns autores que com o avanço das relações capitalistas, houve diminuição da população agrícola em detrimento da urbana, em virtude das transformações técnico-produtivas ocorridas no meio rural. Para isso, ousamos resumir elementos que mostram genericamente esse processo nos vários estágios de desenvolvimento das forças capitalistas. Nesse sentido usamos como marcos desse processo, a “Primeira Revolução Agrícola” com epicentro na Inglaterra durante as décadas de 1870/88 e a “Segunda Revolução Agrícola”, iniciada nos EUA, na década de 1920. Resgatamos também os fenômenos de ocupação do território brasileiro e as transformações que levaram a urbanização da sociedade brasileira, com ênfase em marcos teóricos como a Modernização da Agricultura. Este processo fez parte da política nacional de

substituição de importações, através da introdução de novos cultivares, como o soja e melhoramentos técnicos nos cultivos tradicionais, permitindo ao país gerar saldos crescentes no comércio exterior de produtos agrícolas. Procuramos mostrar ainda, que os avanços capitalistas estimularam processos de transformações sócio-espaciais, tanto a nível de atividades produtivas no campo, como também na concentração da terra.

Baseados na bibliografia analisada, em conversas com agricultores e pessoas que vieram para o município no início da ocupação, procuramos contextualizar os elementos históricos na área em estudo. Examinamos alguns aspectos do processo de ocupação territorial, como a ocupação cabocla e o processo de colonização, efetuado predominantemente por descendentes de imigrantes alemães e italianos, vindos das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul. Tratamos, também, da organização das atividades produtivas e a evolução do processo social e econômico, a partir do processo de ocupação e organização espacial sob o enfoque histórico-geográfico

O levantamento de dados e informações que consubstancia esse trabalho, teve um universo bastante amplo. Consultamos os dados contidos no Censo Agropecuário Municipal, elaborado através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Guaraciaba e a Empresa de Pesquisa Agrícola de SC (EPAGRI) em 1998. Neste censo foram entrevistados todos os proprietários rurais que moram no município, totalizando a cifra de 1.121 questionários.

Durante as atividades de campo que vão desde 1995 a 1999, acompanhamos 49 estabelecimentos rurais distribuídos em várias linhas rurais<sup>6</sup> com a finalidade

---

<sup>6</sup> Localmente as comunidades rurais são denominadas de linhas, devido as características da ocupação do solo. Como os lotes foram medidos a partir dos riachos ou linhas de cumeada das elevações e as estradas foram construídas nas partes mais planas do relevo, os moradores passaram a localizar as edificações junto a estrada. Desta forma, não se verifica uma forma de ocupação espacial semelhante as aldeias agrícolas da Europa, mas sim uma estrutura ocupacional do solo onde as edificações estão alinhadas à estrada de rodagem.

conversar diretamente com os agricultores e sentir suas expectativas em relação a sua atividade. Nos estabelecimentos rurais dialogamos com os agricultores, observando suas lavouras, os criatórios de animais e oscultando os jovens a respeito da sua disposição de permanecer no meio rural ou de deixar a agricultura. Ainda, com intuito de levantar elementos pertinentes à pesquisa, em fins de 1999 e início do ano 2000, dialogamos informalmente com muitos agricultores. Isso aconteceu nos clubes comunitários, presentes em todas as comunidades rurais do município.

Nas conversas feitas diretamente com os agricultores levantamos informações qualitativas sobre as principais transformações técnico-produtivas. Foram enfocados temas como as novas tecnologias de plantio e de criação de animais. Abordamos, também, as modificações tecnológicas ligadas ao emprego de técnicas e processos considerados mais produtivos que vêm sendo incorporadas pela atividade agropecuária e os seus reflexos sobre a organização da produção. Outras questões estavam ligadas, a intensificação da mecanização agrícola, observando suas relações com o aumento da prática de plantio direto, a questão do abandono das áreas mais declivosas, a disponibilidade de mão-de-obra e as transformações técnico-produtivas na suinocultura e bovinocultura de leite.

Com o intuito de levantar dados sobre o processo de exclusão e tendo como base um censo da Igreja Católica produzido por ocasião da vinda de missionários em 1998, foi quantificado o número de famílias agricultoras que deixaram a agricultura entre os anos de 1995/98. Nesse sentido, buscamos junto as lideranças e/ou agricultores mais antigos das 36 comunidades rurais existentes em Guaraciaba informações complementares a esse respeito.

No comércio local, ligado a “integração” agroindustrial, buscamos informações sobre o desligamento dos comerciantes como representantes dos frigoríficos junto aos produtores rurais e a maneira de como esse serviço vem sendo, gradualmente,

transferido diretamente ao agricultor que se modernizou e continuou com a atividade de suinocultura.

Nas secretarias municipais da agricultura, da educação, do turismo e desenvolvimento e da administração de Guaraciaba, buscamos dados sobre a evolução do número de alunos; número de imóveis rurais comprados e vendidos durante 1995/99, bem como a relação de pessoas que vêm adquirindo imóveis rurais nos últimos anos. Também levantamos dados de produção agrícola e pecuária, número de agricultores que deixou o município e o número de famílias nas comunidades rurais. Ainda nesses setores buscamos informações sobre a ação do poder público em minorar o processo de exclusão no campo e geração de políticas de melhoria da renda dos agricultores. Também levantamos informações sobre o apoio do poder público municipal no processo de inserção de agricultores que produzem diretamente para o mercado consumidor, através de diversificação da produção, por iniciativas individuais ou do estabelecimento de pequenas cooperativas de produção e comercialização. Para isso, participamos de reuniões entre agricultores e o pessoal da administração municipal com intuito de observarmos como os problemas e as soluções eram encaminhadas.

No sistema bancário local, buscamos informações relativas ao indvidamento dos agricultores, condições de financiamento para custeio de safra, investimentos em novas tecnologias e maquinário. Ao mesmo tempo, levantamos o número de agricultores que recebem proventos do sistema de previdência pública.

Os elementos que destacamos, a nosso juízo, contribuem para entender o processo de reestruturação que a agricultura familiar vem enfrentado na área de estudo. Ao mesmo tempo, possibilitam identificar como as transformações técnico-produtivas e econômicas, implementadas para manter as margens de lucro capitalista, viabilizado a continuidade e o avanço de relações capitalistas sobre a produção familiar na área de estudo. Esses aspectos serão abordados nos capítulos seguintes.

---

## 2. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E TRANSFORMAÇÕES RECENTES: O CONTEXTO DO OESTE CATARINENSE E DE GUARACIABA –SC.

---

Esta parte do trabalho, analisa as transformações no processo produtivo enfrentadas pela agricultura familiar, o comportamento das políticas públicas direcionadas à agricultura e a ação dos agentes empresariais, especificamente das agroindústrias. A análise recai sobre produtos agropecuários, milho, feijão, fumo<sup>1</sup>, suinocultura e a bovinocultura de leite. O período em análise compreende desde o estabelecimento destas atividades produtivas até o momento atual.

Na área de estudo e em grande parte do Oeste Catarinense, a colonização se deu, predominantemente, a partir de descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul e do leste de Santa Catarina. Desde o início, no município enfocado, dadas as condições de ocupação espacial<sup>2</sup>, a inserção da produção familiar viabilizou a emergência de atividades mercantis. Assim, os produtos direcionados ao mercado sempre tiveram primazia de cultivo por parte dos agricultores. Produtos voltados a subsistência como batata doce, batata inglesa, holerícolas, frutas, arroz, cana-de-açúcar, apesar de continuarem importantes nas propriedades familiares, não serão objeto de investigação neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Outros produtos como o trigo e a soja ocuparam algum lugar de destaque na produção, mas atualmente vem apresentando diminuição na produção e no uso da terra. Estes, não serão objeto de nosso exame

## 2.1. EVOLUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA:

O produto mais importante da agricultura oestina tem sido o milho (fotos 1 e 2). Em Guaraciaba, este produto e o feijão foram os primeiro cereais a serem cultivados. Alguns técnicos argumentam que o trigo foi importante no início da colonização. Ressaltamos que este cereal não era plantado logo após a derrubada das matas. Após a coivara, os produtos que melhor se adaptavam ao cultivo eram o milho e o feijão, em pequenas glebas de gêneros de subsistência. Quanto ao trigo, a grande quantidade de madeira que restava da queimada inicial dificultava a sua colheita. Assim, só por extrema necessidade este cereal era plantado e após, uma ou duas safras de milho ou feijão. Ainda, devido as dificuldades de comunicação, o trigo era transformado em farinha, em moinhos coloniais, para ser utilizado na alimentação dos próprios agricultores.

Como as condições de transporte eram difíceis, predominava o cultivo de milho que, junto com abóboras, batata doce e mandioca, consorciados na mesma roça, serviam para alimentar os suínos, único produto que podia se locomover até aos mercados. Desta forma, o milho se impôs como o cereal mais importante até a atualidade, dando origem ao que LAGO (1988) denominou de binômio milho-porco. Ao mesmo tempo, este cereal tinha grande utilidade na subsistência pois servia para alimentar as aves e os animais de tração até que os agricultores plantassem gramíneas (denominados localmente de potreiros) permanentes para o gado. (fotos 1 e 2)

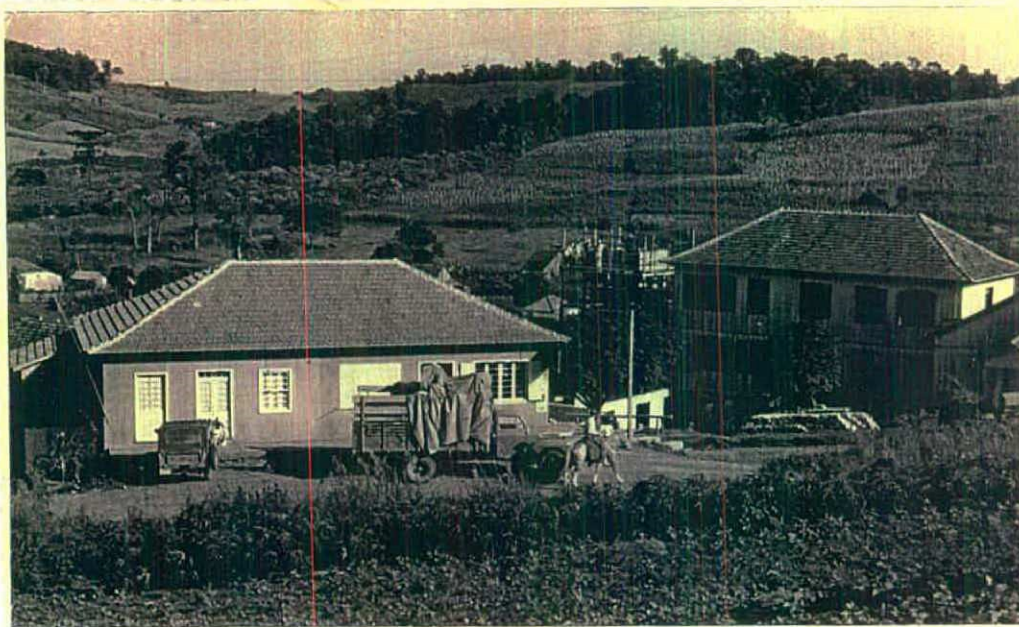
O cultivo de milho foi sendo praticado de forma tradicional, com queimadas, plantio sobre as cinzas e, após as primeiras safras, o solo era revolido com o arado de boi. As ervas daninhas eram controladas pela enxada. Os equipamentos de trabalho mais importantes eram o arado, a enxada, os bois, a carroça, a plantadeira manual (matraca formada por duas alavancas com uma caixa lateral fechada que era enfiada no solo e, quando aberta, deixava cair de 2 a 4 sementes) e um paiol para

---

<sup>2</sup> A ocupação espacial na área de estudo é analisada em detalhes no capítulo três desta dissertação.



ASPECTOS DO CULTIVO DE MILHO EM GUARACIABA-SC  
FOTO 1



Fonte: Arquivo do autor

Ao fundo da foto, tirada antes de 1960, havia o cultivo do milho que dominava a paisagem rural do município de Guaraciaba/SC

FOTO 2



Fonte: GRANDQ:1998

A foto 2 mostra o cultivo de milho num estabelecimento rural da Linha Olímpio em Guaraciaba/SC. É possível observar os vários estágios da cultura. Ao plantar o produto principal em diferentes momentos o agricultor familiar procura evitar, principalmente a quebra de safra.



guardar os utensílios, abrigar animais e a produção agrícola. As condições de trabalho eram todas baseadas no trabalho manual e exigia elevado número de trabalhadores. Essas condições ocorriam também em outros cultivos, embora produtos como fumo e feijão tivessem destinações diferentes.

O fumo foi cultivado desde o início da ocupação no município. Sua utilização inicial era para fazer cigarros de palha e “inseticida”<sup>3</sup>. Com a abertura de estradas em meados da década de 40<sup>4</sup>, as empresas de Santa Cruz do Sul - RS estimularam seu cultivo dando garantias de compra da safra. Plantavam o fumo comum, chamado localmente de fumo de galpão.

A melhoria nos transportes também possibilitou a comercialização do feijão, estimulando o aumento da sua produção. Por ser uma cultura de fácil cultivo em terras recém desmatadas e permitir ao agricultor a entrada de ganhos na entressafra (entre novembro ao final de janeiro) este produto continua sendo cultivado em grande número das pequenas explorações familiares. Essa forma de trabalho e de organização da produção agrícola, predominante até o início da década de 1970, não dependia de insumos externos às propriedades rurais. Mesmo os equipamentos de produção eram, em sua maioria produzidos no interior do município.

A primeira grande transformação que a agricultura familiar enfrentou, na área de estudo e no contexto regional, ocorreu com a chamada modernização da agricultura<sup>5</sup> através da introdução de adubos químicos, sementes híbridas, mecanização e defensivos em função da ação de políticas públicas. Com as políticas

---

<sup>3</sup> Em algumas propriedades, por influências culturais e recomendações de padres católicos, a calda de fumo misturada a cinzas e água com sabão era usada como inseticida nas holerícolas e na cultura do feijão.

<sup>4</sup> Em alguns municípios que se localizavam as margens do Rio Uruguai como Mondai e Itapiranga, esse produto pôde ser cultivado um pouco mais cedo, devido as facilidades de transporte até Santa Cruz do Sul no RS.

<sup>5</sup> José Graziano da Silva (1996:18), chama atenção sobre o termo Modernização da Agricultura destacando que esta aceção “... tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente.” Na área de estudo, os dois fatores ocorreram paralelamente.



“modernizantes”, induzidas pelo Estado, as condições de produção sofreram profundas alterações e tiveram, como objetivo fundamental, o aumento da produtividade. Equipamentos simples de plantio e de tração foram trocados pela tração mecânica. Sementes e adubos, antes produzidas nas propriedades, passaram a ser adquiridos no mercado. A renda dos agricultores pôde ser mantida por um breve período graças aos subsídios do Serviço Nacional de Crédito Rural, o que estimulou rapidamente a adoção das novas tecnologias de cultivos.

No processo de “modernização” da agricultura, a partir de recursos subsidiados para aquisição de máquinas e para o plantio, desde que o agricultor se comprometesse a utilizar os receituários técnicos conhecidos como “pacotes tecnológicos”, ocorreu a difusão maciça do uso de insumos e da mecanização. Todavia, os recursos subsidiados não eram alocados incondicionalmente. Para terem acesso ao crédito e subsídios, os produtores rurais deviam se submeter a política agrícola estatal. Os recursos não eram acessíveis a todos agricultores familiares, mas disponibilizados aos associados de cooperativas agropecuárias, grandes produtores rurais e aos “integrados” das agroindústrias, empreendimentos em expansão no Oeste Catarinense.

A modernização da agricultura, na área de estudo, guardadas as devidas proporções, pode ser comparada aquela que KAUTSKY descreveu para a Europa, nos primórdios do capitalismo. A diferença foi que lá predominaram as relações de mercado e, no Brasil Estado atuou como ator principal no processo de difusão tecnológica, pelo aporte de recursos subsidiados e garantia de preços mínimos.

Os resultados mais visíveis do processo de “modernização” da agricultura, na área de estudo, foram a diminuição gradativa de ganhos dos agricultores, uma aceleração na liberação de mão-de-obra, crescentes prejuízos ao ambiente: erosão de solos, perda de biodiversidade, (que já ocorria com o modelo anterior mas em menor

escala), abandono da indústria artesanal caseira e controle das atividades produtivas em torno de produtos transformados em matérias primas, para suprir as agroindústrias que se formaram no Oeste Catarinense.

Como resultado da “modernização” da agricultura, o setor privado de máquinas e insumos, as agroindústrias e o setor financeiro<sup>6</sup> passaram a dominar as relações de produção na agropecuária brasileira. Os grandes empreendimentos capitalistas que resultaram da modernização da agricultura, denominados por GRAZIANO da SILVA (1996) de complexo agroindustriais (CAIs), possibilitaram, após meados de 60 a diversificação da exportação agropecuária brasileira. Assim foram colocados no exterior além dos tradicionais café, açúcar, cacau e madeira, produtos como a carne de frango e suína, o fumo, o algodão, a soja, a laranja, o papel, frutas, e sucos naturais.

Ainda, segundo o autor citado, o estabelecimento dos CAIs estimulou um processo caracterizado como industrialização da agricultura. Este processo significou a passagem da economia primária agroexportadora e de subsistência para uma organização produtiva, subordinada ao setor industrial com as seguintes transformações: predomínio do setor mercantil – industrial, separação produtiva entre campo e cidade, passagem do artesanato para manufatura e para indústria, conversão da agricultura num ramo de aplicação de capital e a expansão da divisão social e territorial do trabalho.

O contexto em que emergem as recentes transformações no campo, parte dos resultados da modernização da agricultura e avança no modelo de maximização da produtividade via incorporação tecnológica. É um processo comandado

---

<sup>6</sup> O Estado foi o principal agente de modernização da agropecuária brasileira, internalizando o departamento de bens de capital (D<sub>1</sub>) para produzir aqui os bens de produção que o país não podia importar, como máquinas e insumos químicos e a pesquisa agrônômica (EMBRAPA e EMATER). Esse processo teve início nos anos 50, mas não pode deslanchar até que o D<sub>1</sub> estivesse internalizado, o que ocorreu somente em meados de 1960.



predominantemente, por grupos empresariais privados porque o "... Estado que não tem mais fôlego para sustentar uma política de gastos públicos generalizados com a agricultura nos moldes do crédito subsidiado da década de 70 e nem os preços mínimos da década de 80 (VILELA: 1997)".

Com isso, no início da década de 1990, devido à crise financeira do Estado, a produção agropecuária teve que se adaptar à política de preços de mercado, tanto para os insumos como para o preço dos produtos agrícolas. Na segunda metade da década de 90, com os acordos do Mercosul e a liberalização de importações para controlar a inflação no início do Plano Real, a perda nos ganhos dos agricultores foi muito grande. Por outro lado, as empresas agroindustriais privadas vêm impondo gradualmente, uma padronização dos produtos agrícola e aumento da escala de produção, via especialização produtiva.

Outro dado importante que emerge no período enfocado, refere-se a mudança das formas de cultivos através da ação de técnicos ligados a empresas estatais e privados. Eles têm estimulado a adoção práticas agrícolas que preservam o meio ambiente. Em Santa Catarina, o Programa de Microbacias trabalhou, durante os anos de 1991/97, em cerca de 520 microbacias hidrográficas das 1683 existentes e atingiu diretamente, cerca de 81.000 agricultores. As ações mais difundidas correspondem a recuperação da estrutura física dos solos, proteção contra erosão (adubação verde, cordões vegetados, terraços), cultivo mínimo ou plantio direto sem revolvimento do solo, construção de esterqueiras, reflorestamento, saneamento ambiental e depósitos para embalagens de agrotóxicos (GRANDO, 1996:33).

As novas condicionantes descritas acima, estão atuando no sentido de maximizar a produtividade pela incorporação de novas tecnologias, especialização produtiva e gradativa recuperação do ambiente. Para isto, novas técnicas estão sendo estimuladas e exigem do agricultor, investimentos em novos equipamentos.

Nas décadas de 70/80, o plantio de milho era feito com até sete operações entre revolvimento, descompactação, nivelamento, aplicação de agrotóxicos e colheita dos cereais. Atualmente, com as técnicas estimuladas pelas empresas, como o plantio direto, o cultivo de milho pode ser feito com três ou quatro operações de campo. Desde que a estrutura física do solo esteja preservada, o plantio direto elimina as atividades que exigem mais energia como a lavração, descompactação do solo, nivelamento, capinas e dobra do milho<sup>7</sup>. Assim, essa lavoura, pôde ser mecanizada, tendo as seguintes etapas: aplicação de herbicidas, plantio direto, controle de insetos e colheita. Com o uso de sementes melhoradas e de ciclo mais rápido, o agricultor tem condições de efetuar uma safra a mais por ano. Isso ocorre porque é possível, entre um a cinco dias após a colheita, implementar outro plantio.

Essas transformações atuais na agricultura regional tem o objetivo de estimular o aumento da produção de milho, via expansão da produtividade por hectare. O milho, junto com a soja, atua como ingrediente principal das rações de aves e suínos e apresenta, em Santa Catarina, um déficit de produção em relação ao consumo, de aproximadamente 30%. Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura do Governo Estadual procura reduzir o déficit, visando “obter a auto-suficiência em milho... (ICEPA/SC,1999)”. Por outro lado, as agroindústrias vêm incentivando essas transformações com a finalidade de reduzir os custos de aquisição do milho, a fim de estimular a competitividade da avicultura e suinocultura.

As transformações que estão em curso também ocorrem em relação a fumicultura e podem ser destacados o “Float”, sistema similar a hidroponia, no qual o cultivo das mudas de fumo ocorre em bandejas de plástico ou isopor (fotos 3, 4 e 5). As bandejas são sobrestadas numa lâmina de água sob um túnel plástico. Esta

---

<sup>7</sup> A dobra ou quebra do milho permite que o agricultor controle o tempo da colheita do milho. Com a dobra do pendão, a espiga de milho é colocada de cabeça para baixo e é protegida naturalmente pela palhada que, desta forma, não permite a entrada de água na espiga. Essa técnica é utilizada nas propriedades rurais onde a colheita manual ainda é realizada.



técnica permite uma melhor uniformidade e melhor condição para o replantio das mudas e menor uso de agrotóxicos, como o brometo de metila - agrotóxico utilizado para esterilizar o solo dos canteiros, onde serão plantadas as sementes que resultarão nas mudas de fumo. Quanto ao plantio das mudas, está em teste a utilização de um sistema tracionado mecanicamente, de cultivo capaz de plantar 12 mil mudas por dia. Com isso, a máquina planta 10 mil mudas a mais que um trabalhador utilizando o método tradicional. (fotos 3, 4, 5, 6, a seguir)

Outra mudança refere-se a cura das folhas de fumo e apresenta dois sistemas inovadores. No cultivo de fumo que precisa de secagem em galpão, como o tipo “Burley”, o galpão com altura reduzida possibilita um menor gasto em mão-de-obra e melhor uniformidade na secagem das folhas. Em relação aos galpões tradicionais, o galpão de altura reduzida pode ser feito com materiais mais simples, economizando recursos para sua construção. Quanto ao trabalho de pendurar as plantas para secar, este pode ser feito por uma só pessoa. Ainda, o período de secagem das folhas se reduz e a qualidade do fumo é superior. Já no galpão tradicional, cuja altura média é de cinco metros, este precisa ser construído com materiais de qualidade, onerando o produtor de fumo. O trabalho de pendurar as plantas para secagem precisa de duas a três pessoas e a maturação do fumo nem sempre é uniforme. Para isso, o agricultor precisa mudar as plantas de lugar ou desenvolver maneiras de melhorar o processo de secagem das folhas. Se isso não for feito, existe grandes possibilidades de perda de qualidade. Esses fatores são sensivelmente melhorados no sistema da galpão de altura reduzida.

Para os plantadores de fumo que precisam da secagem das folhas em estufas, destaca-se o sistema de estufas “LL”. Diferente das estufas tradicionais, é um sistema fechado sobre esteiras, onde o ar quente é injetado sobre as folhas soltas de fumo. Isso permite um melhor controle da temperatura, da qualidade do produto e diminui em até 50% a necessidade de mão-de-obra. No sistema de estufa tradicional, as folhas devem ser amarradas antes de irem para a secagem na estufa. No sistema “LL” as folhas são colocadas soltas sobre a esteira e secam melhor. Com isso, a água evapora rapidamente e preserva a qualidade das folhas de fumo. Também existe uma



FOTO 3

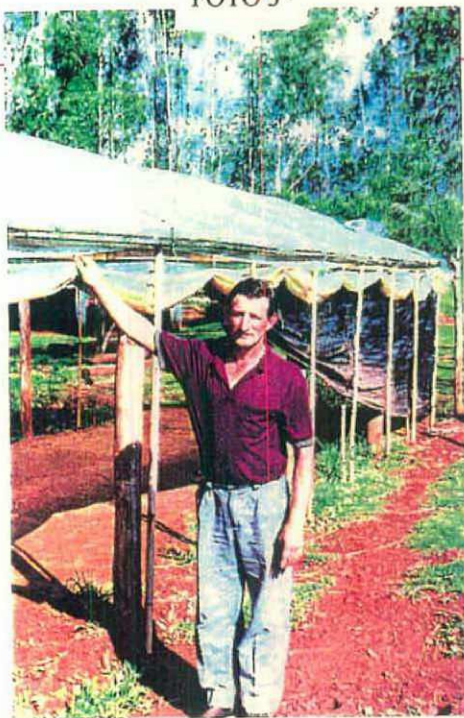
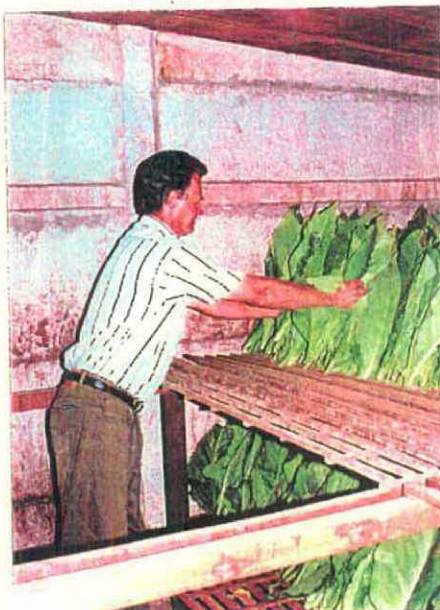


FOTO 4



Fonte: Revista o Plantador de Fumo, Rio de Janeiro, Souza Cruz, 1999

A foto 4 mostra um galpão baixo (GB). A sua construção é feita com materiais simples e baratos. A altura reduzida permite que uma pessoa dê conta do trabalho de estaleirar o fumo para murchamento e secagem.

A foto 5 apresenta o novo sistema de cura das folhas de fumo em estufas *Loose Leaf*. Sua utilização reduz a quantidade de trabalho necessário de 8 para 5 operações, economizando mão de obra. Com esse sistema, são eliminadas etapas como a tecedeira, a preparação das varas, e o carregamento e descarregamento do estaleiro.

FOTO 5



Fonte: Revista o Plantador de Fumo, Rio de Janeiro, Souza Cruz, 1999

A máquina de plantar fumo, acoplada a um trator, permite o plantio de cerca de 12.000 mudas por dia, cerca de 10.000 a mais que na maneira tradicional. Essa tecnologia é bastante recente e ainda não está sendo utilizada na área de estudo.



FOTO 6



FUMO

# Sobre as águas

Sistema de produção de mudas troca  
terra dos canteiros por bandejas flutuantes,  
eliminando o uso do brometo de metila

*Por Luis Roberto Toledo/Fotos Manoel de Brito*

FONTE: REVISTA GLOBO RURAL, Edição Nº 159. Janeiro de 1999.



sensível economia de lenha e do tempo do agricultor na atividade, liberando-o para outros afazeres. Ao mesmo tempo, o produtor de fumo não precisa mais levantar a noite para controlar a temperatura da estufa.

Antes de entregar seu produto à agroindústria, o fumicultor deve classificar as folhas e selecioná-las para enfardamento, segundo critérios de qualidade determinados pelas fumageiras. Para isso, conta auxílio de tecnologias como a da luz ultra-violeta. Essa técnica permite selecionar as folhas do fumo de acordo com a cor e textura das mesmas. Como diminui o trabalho de seleção na indústria, o agricultor “deve” fazer este trabalho na sua propriedade (Revista GLOBO RURAL n°. 159, 1999 & Revista O PRODUTOR DE FUMO, n°. 100, 1999).

Na área de estudo, a cultura do feijão é a que menos apresenta transformações. Na etapa de plantio, a tração mecânica pode ser utilizada. Atualmente, há uma tendência de se avançar nas pesquisas com a finalidade de possibilitar, mediante melhoramento genético da estrutura do caule da planta, a colheita mecanizada. Como isso ainda não acontece, nessa cultura ainda predomina o trabalho manual. Por outro lado, o feijão é o produto agrícola que para ser cultivado, recebe pouco apoio oficial devido aos riscos que essa cultura enfrenta, durante a fase de crescimento das plantas.

Nesse processo, o desenvolvimento e a expansão da agricultura no Oeste Catarinense, em que tem predominado pequenos estabelecimentos baseados no trabalho familiar e as características culturais dos colonizadores, possibilitaram o surgimento de uma especialização produtiva com destaque para o milho, o feijão e o fumo. O milho, sendo a cultura mais dinâmica, permitiu o surgimento de uma especialização pecuária comercial, baseada inicialmente na suinocultura. Também dependendo do milho, após a década de 1970, a avicultura de corte também se expandiu. A bovinocultura de leite está tendo maior importância após a segunda metade da década de 1980. A seguir examinaremos essa evolução, dando ênfase para a suinocultura e a bovinocultura de leite, atividades economicamente, importantes na área de estudo.



## ASPECTO DE UM ESTABELECIMENTO RURAL EM GUARCIABA/SC

FOTO 7



Fonte: GRANDO:1998

A foto 7 mostra um estabelecimento rural em que a fumicultura é a atividade dominante. O galpão para secagem e cura do fumo, construído perto da moradia, ocorre porque o fumo, depois de colhido, exige muito trabalho e cuidados para que a secagem seja uniforme e o produto não perca qualidade. Ao mesmo tempo, os galpões podem ser utilizados como depósitos e abrigos para os animais no inverno. Diferente do galpão baixo, visto na foto 3, esse tipo de construção exige maiores gastos e materiais de qualidade. Contudo, no estabelecimento rural, tem a vantagem de apresentar uso múltiplo.

## 2.2. EVOLUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA PECUÁRIA:

Em Guaraciaba, a criação de suínos teve sua gênese associada ao cultivo de milho, sendo esta a principal fonte de ganhos que dispunham os produtores familiares. O suíno foi o principal o produto agrícola porque se adequou à morfologia do relevo, à estrutura agrária em construção, à infra-estrutura de transportes existente e ao fator cultural dos colonos. Este animal era produzido tanto para subsistência como para o mercado, sendo criado o porco tipo banha, também chamado regionalmente de porco comum ou macau. (Fotos 8, 9, 10)

Num primeiro momento, os suínos eram criados em instalações simples tipo mangueirões, onde reprodutores, leitões e os animais em engorda eram criados juntos. Tratava de um cercado rústico onde os animais eram semi confinados e alimentados com restos de alimentos, milho em espiga, abóboras, mandioca e folhosas, entre outras. No período da safra do milho ou de pinhão (dependendo da existência da araucária angustifólia), os animais eram engordados e conduzidos em tropa para o mercado.

No Extremo Oeste Catarinense, esse sistema foi mantido até meados da década de 1960, quando por influência de frigoríficos<sup>8</sup>, e poder estatal, foram sendo introduzidas raças aptas a produção de carne como o “Duroc” e, em seguida a “Landrace e Large White”. A introdução dessas raças exigiram algumas mudanças quanto a maneira de criar os animais como a construção de novas instalações de criatório. Os agricultores passaram a edificar pocilgas, a maioria de madeira, onde os animais eram confinados e separados conforme a idade e a finalidade de criação:

---

<sup>8</sup> Entre meados da década de 1940 a 1960 surgiram no Oeste Catarinense diversos pequenos empreendimentos privados ou associativos com a finalidade de industrializar suínos. Gradualmente com a modernização da agricultura estas empresas passaram por um processo de concentração e fusões resultando em apenas cinco grandes complexos agroindustriais: SADIA, PERDÍGÃO, SEARA, AURORA e CHAPECÓ.



**CARACTERÍSTICAS DA CRIAÇÃO DE SUÍNOS EM  
GUARACIABA/SC EM MEADOS DA DÉCADE DE 1950.**

FOTO 8

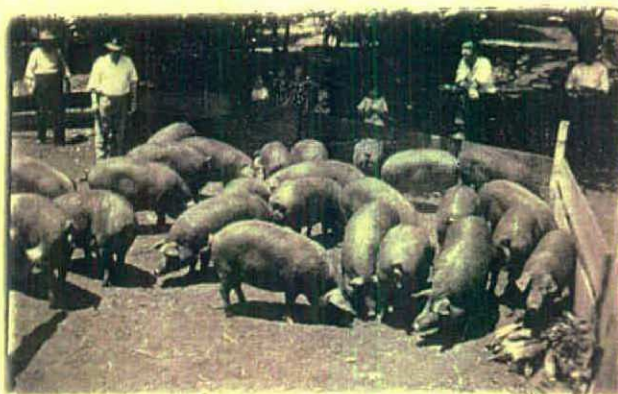


FOTO 9



FOTO 10



Fonte: Arquivo do Autor

As fotos acima mostram alguns aspectos da criação de suínos antes da “modernização da agricultura” em meados da década de 1960. Nelas vemos que os animais eram criados, semi confinados, em instalações muito simples, e principalmente, eram criados para a obtenção da banha.

reprodução, leitões e engorda. Também a alimentação foi melhorada com a introdução de novos alimentos como as rações balanceadas em que o milho, a soja, vitaminas e sais minerais passaram a ser os alimentos dominantes na dieta dos animais.

O confinamento tinha por objetivo aumentar a produtividade de carne, melhorar as taxas de conversão alimentar e reduzir o tempo de permanência dos animais na propriedade. A finalidade era de regular a disponibilidade de matéria prima às agroindústrias. Para isso, as empresas introduziram novas raças de suínos e estimularam a melhoria do padrão alimentar (fotos 11 e 12). Assim, a suinocultura passou a produzir animais com maior quantidade de carne, em detrimento da banha. Contudo, em meados da década de 1970, muitas propriedades ainda mantinham costumes do tempo do semi-confinamento, como a alimentação dos suínos composta de “lavagens”, mistura de água, farelo, tubérculos, abóboras, folhosas ou restos de culturas.

Na porção oeste do Estado de Santa Catarina, a partir da segunda metade da década de oitenta, o setor suinícola iniciou outro processo com o objetivo de aprofundar o grau de profissionalização do setor. Comandado pelo setor agroindustrial, as transformações ainda estão em curso e procuram garantir índices crescentes de produção de carne magra sem gordura. Para isso, os agricultores tem sido estimulados a melhorar a sanidade animal, e alcançar níveis de produtividade comparáveis aos dos países mais avançados.

Neste processo, a carcaça suína tende a ser transformada numa “commodity” semelhante ao milho ou a soja. Para isso, é preciso que as carcaças suínas possam ser classificadas segundo um diferencial de qualidade. Isso ocorreu quando os frigoríficos passaram a adquirir suínos baseados no percentual de carne magra abrigada nas carcaças dos animais. Assim, as agroindústrias podem oferecer no



mercado, lotes de carcaças com 58% ou 60%<sup>9</sup> de carne magra. Isto possibilita o intercâmbio comercial de carcaças suínas em toda a cadeia produtiva da carne suína e empresas de transformação. No mesmo sentido, permite às empresas venderem a produção antecipadamente, através de contratos futuros, em bolsas de mercadorias. Com isso, as agroindústrias podem conseguir financiamentos diretamente no mercado de capitais, mediante a garantia da entrega futura da mercadoria.

Nesta nova forma de produzir está sendo repassada a idéia, via técnicos das agroindústrias e do Estado, que os agricultores/suinocultores deveriam produzir com mais qualidade. Essa ação, asseguraria aos agricultores que investissem na “modernização tecnológica”, tais como: instalações de alvenaria dotadas de equipamentos específicos à atividade, alimentação balanceada e matrizes geneticamente mais produtivas, condições de se manterem competitivos no mercado.

Com a finalidade das empresas se manterem competitivas no mercado, o BNDES, através do Programa de Expansão da Suinocultura e Controle dos seus Dejetos, disponibilizou 100 milhões de dólares na suinocultura do Sul do Brasil, entre os anos de 1994/96. Os agricultores que utilizaram esses créditos para ampliar a sua produção, na grande maioria possuíam de 15 a 30 criadeiras em ciclo completo. Com esse projeto, eles chegaram a dobrar seus plantéis e adquiriram reprodutores de alta linhagem genética (GRANDO:1995). Diante disso, os agricultores tem se lançado num processo de adequação de suas estruturas de produção em um momento conjuntural muito adverso. Com o lançamento do Plano Real, os preços dos produtos agrícolas tiveram quedas acentuadas e, por outro lado, os custos de investimentos no tocante a empréstimos bancários tem sido elevados, acima dos indicadores de preços ou da inflação.

---

<sup>9</sup> Esses valores são apenas ilustrativos, mas indicam que após o abate, descontando-se a cabeça e a barrigada, o animal apresentaria em sua composição final um percentual de peso em carne magra dentro dos limites de qualificação.

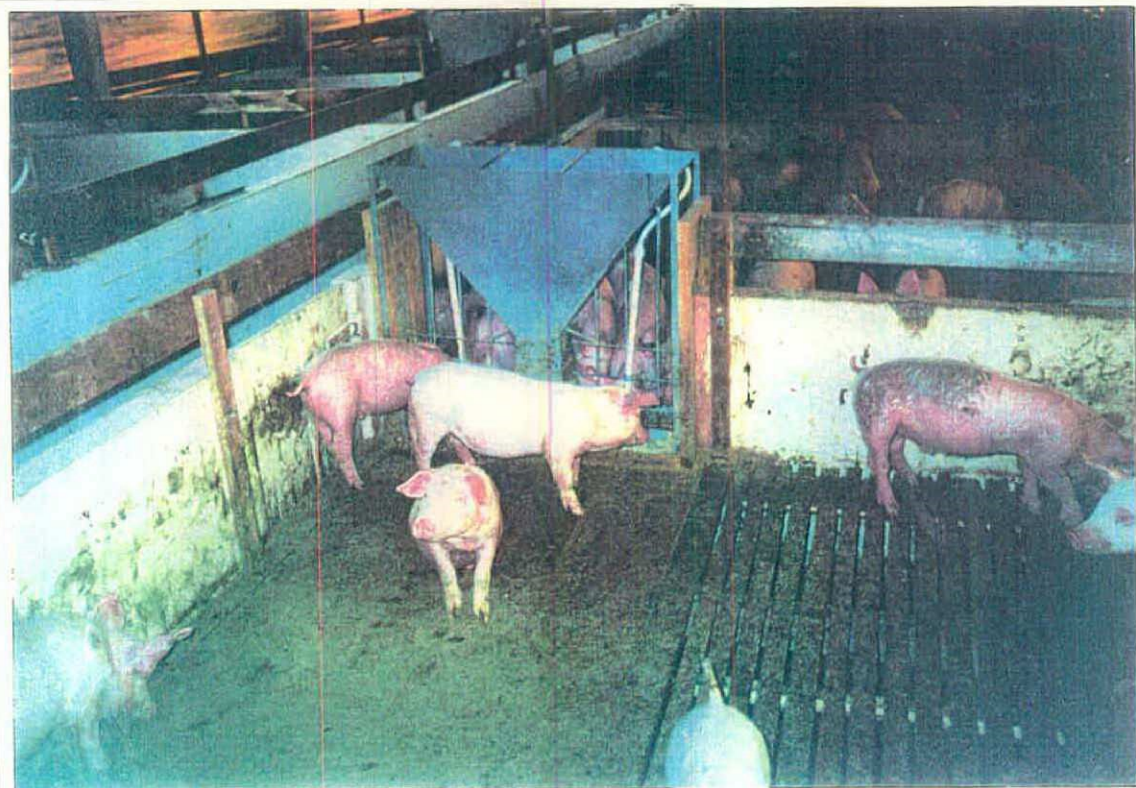


ASPECTOS DA SUINOCULTURA EM GUARACIABA-SC  
FOTO 11



Fonte: GRANDO:1998

FOTO 12



Fonte: GRANDO:1998

A foto 11 destaca aspectos do confinamento das matrizes suínas. Elas ficam nestas gaiolas até o momento do parto. Na foto 12, observa-se aspectos de uma creche para leitões numa pocilga de tamanho significativo.



Por outro lado, ao aumentar a quantidade e a qualidade da produção suinícola, os agricultores podem enfrentar dificuldades não previstas. Por exemplo, a dinâmica fundiária no oeste de Santa Catarina, apresenta grande número estabelecimentos de tamanho reduzido e, determinados agricultores que investiram no aumento do rebanho suíno, não tiveram condições físicas de produzir o milho, ingrediente principal da ração. Isto faz com muitos agricultores tenham que adquirir esse insumo no período da entressafra, a preços elevados.

Outra dificuldade está ligada a melhoria do padrão genético. Para melhorar a produtividade, os agricultores precisaram investir na melhoria da qualidade dos reprodutores. Os agricultores foram incentivados a adquirir reprodutores cruzados com maior potencial de produção de carne magra. Para alcançar essa meta, as agroindústrias mudaram o esquema de pagamento, não mais por quilo do suíno em pé mas pelo processo de tipificação de carcaças.

A tipificação de carcaças tem, como base de avaliação, o percentual de carne magra em cada animal. Essa ação levou os agricultores a modificar o sistema de alimentação dos plantéis. Eles foram proibidos de utilizar os resíduos da propriedade para complementar a alimentação dos animais e passaram alimentar os suínos apenas com rações balanceadas, compostas de milho, soja e complementos vitamínicos e minerais. Com isto, gerou uma maior dependência dos agricultores com a aquisição da matéria-prima principal, a torta de soja e o milho.

Dos problemas colocados, talvez o mais grave ainda seja relacionado com as finanças. A maioria dos investimentos foram efetuados com financiamentos à taxa de juros elevada, se comparadas a evolução dos preços dos suínos, da inflação e do volume do investimento em relação ao retorno financeiro esperado pelos suinocultores. Dependendo do tamanho, a construção de novas pocilgas adequadas ambientalmente e sob nova dinâmica produtiva, custava em valores médios de 15 a 30 mil reais, entre 1994/96. Esse valor, em alguns casos, podia superar o preço de

mercado da propriedade rural. Além disto, a aquisição de insumos e matrizes cruzadas com reprodutores de alta linhagem, resultaram em dívidas maiores que o valor venal de muitas propriedades rurais. O grau de comprometimento do agricultor decorre da expectativa de pagar o investimento com retorno da própria expansão da atividade suinícola. Porém, com o grande aumento de produção e da produtividade, em vários momentos, os preços tem ficado abaixo do custo de produção.

Como exemplo desse aspecto, a Gazeta Mercantil publicou em 26/10/98 que a Associação Catarinense de Criadores de Suínos estava recomendando, aos seus associados, a imediata redução do plantel suíno para adequar a oferta e demanda, a fim de que o preço não ficasse abaixo dos custos de produção. E mais, em 12/01/99 o Ministro da Agricultura confirmou que os agricultores endividados com empréstimos financeiros, tiveram suas dívidas renegociadas por absoluta incapacidade de pagamento. A medida governamental visou atender cerca de 2.000 agricultores do Oeste Catarinense com 15 milhões de reais (JORNAL A NOTÍCIA em 12/01/99).

Junto com a suinocultura, a pecuária leiteira tem experimentado um processo significativo de transformações. No Ministério da Agricultura há um projeto em tramitação que visa organizar o setor, com vistas a melhoria de qualidade do produto através da qualificação genética e de sanidade dos rebanhos (Ministério da Agricultura/Canal Rural, 1999).

Em relação a produção de leite, Santa Catarina, ocupa a sexta posição nacional, correspondendo a 4,4% do total. Até a década de 1980, a produção de leite em escala comercial, teve maior expressão no Vale do Rio Itajaí. Mas, de acordo com os censos agropecuários de 1985 e de 1996, a produção no Oeste Catarinense cresceu 79% e a estadual em 30%. Assim, o Oeste catarinense se mantém como maior produtor de leite, situando esta área com 56% da produção estadual. Atualmente, segundo a mesma fonte, o Oeste Catarinense responde por 62,5% do leite vendido no Estado.



A expansão da atividade leiteira comercial para o Oeste Catarinense representa uma nova transformação no espaço rural, estimulando o estabelecimento de uma infraestrutura de produção nos estabelecimentos rurais e de industrialização do leite nas áreas urbanas (ICEPA:1998). A tabela 1, destaca a evolução da pecuária leiteira em Santa Catarina, segundo as mesorregiões.

**Tabela 1. Total de vacas ordenhadas, produção e produtividade de pecuária leiteira em SC, 1985/96**

MESORREGIÕES	VACAS ORDENHADAS			PRODUÇÃO (1000L)			PRODUTIVIDADE (LITROS/VACA/ ANO)		
	1985	1996	Var %	1985	1996	Var %	1985	1996	Var %
GDE. FLORIANÓPOLIS	23.762	20.607	- 15,3	25.495	28.143	+ 10,4	1.073	1.366	+ 27,3
NORTE CATARINENSE	41.739	36.369	- 14,8	58.669	74.224	+ 26,5	1.406	2.041	+ 45,2
OESTE CATARINENSE	186.575	259.481	+ 39,1	270.493	485.151	+ 79,4	1.450	1.870	+ 29,0
SERRANA	59.305	49.429	- 20,0	47.153	51.276	+ 8,7	795	1.037	+ 30,4
SUL CATARINENSE	54.404	51.663	- 7,0	62.173	81.026	+ 30,3	1.143	1.568	+ 37,2
VALE DO ITAJAÍ	99.846	86.367	- 15,6	139.721	149.598	+ 7,1	1.399	1.732	+ 23,8
TOTAL NO ESTADO	465.631	503.916	+ 8,2	603.704	869.419	+ 44,0	1.297	1.725	+ 33,0

Fonte: MARCONDES, T. In. ICEPA/SC, Informe Conjuntural n°. 695 de 24/07 a 30/07/1998, modificado por GRANDO, 2000.

Entre os anos de 1985/96, o Oeste Catarinense se destacou com um aumento de 39,1% no número de vacas ordenhadas, enquanto nas demais mesorregiões houveram quedas que variaram de 7,0 a 20,0%. Ao mesmo tempo que a produção leite aumentou em todas mesorregiões, o Oeste Catarinense sobressaiu-se, apresentando 79,4% de aumento, crescendo 49,1% a mais que o Sul Catarinense, o segundo melhor desempenho. Por outro lado, o Oeste Catarinense não apresentou índices de produtividade (litros por animal/ano) tão elevados. Foi apenas o terceiro lugar entre as mesorregiões. Com base nos resultados da tabela 1, podemos observar que o Oeste Catarinense apresentou, ao mesmo tempo, aumento no número de animais ordenhados e da produção. Já, as outras mesorregiões diminuíram o número de animais ordenhados e aumentaram a produção via expansão da produtividade.

Conforme apontado anteriormente, no início da década de 80, o Vale do Rio Itajaí era o maior produtor de leite em Santa Catarina. Em menos de uma década, essa posição se inverteu e atualmente, o Oeste Catarinense responde por essa posição, conforme os dados da tabela 2.

**Tabela 2: Proporção do leite comercializado pelos agricultores em SC/1996**

MESORREGIÕES	TOTAL DE INFORMANTES	PROD. TOTAL (1000L)	PARCELA DA PRODUÇÃO VENDIDA			
			INFORMANTES QUE VENDEM LEITE		QUANT. VENDIDA (1000 l)	QUANT. VEND. %
			Abs.	%		
GDE. FLORIANÓPOLIS	7.688	28.143	1.593	20,7	9.379	33.3
NORTE CATARINENSE	12.439	74.224	4.442	35,7	48.526	65.4
OESTE CATARINENSE	70.577	485.151	38.179	54,1	348.060	71.7
SERRANA	12.598	51.276	2.179	17,3	24.369	47.5
SUL CATARINENSE	16.755	81.026	4.329	25,8	38.577	47.6
VALE DO ITAJAÍ	25.611	149.598	10.672	41,7	88.165	58.9
<b>TOTAL NO ESTADO</b>	<b>145.668</b>	<b>869.419</b>	<b>61.394</b>	<b>42,1</b>	<b>557.077</b>	<b>64.1</b>

Fonte: MARCONDES, T. In. ICEPA/SC, Informe Conjuntural n.º 695 de 24/07 a 30/07/1998.

O Oeste Catarinense que se destacou, apontando 54,1% dos informantes que vendiam 71,7% do total de leite produzido nos estabelecimentos rurais. Em que pese o fator localização geográfica, o Vale do Itajaí, o Norte Catarinense e o Sul Catarinense por abrigarem as maiores concentrações populacionais do estado de Santa Catarina, apresentaram percentagens menores do leite destinado ao mercado.

Assim, em função dos dados apresentados acima foi possível observarmos o aumento da produção de leite e a expansão da comercialização deste produto. Por outro lado, observamos que na área, esse crescimento se deu principalmente pela entrada de novos produtores que passaram a vender leite, mas a produtividade ainda é pouco expressiva. Isso acontece porque na maioria das propriedades do Oeste Catarinense, a atividade leiteira vem sendo feita em estruturas antigas, com rebanho de baixa produtividade e alimentado com resíduos de alimentos e folhas, pastagens de baixa produtividade e com pouco teor de proteína, milho e alguma forragem.

Pensamos que a expansão da produção em função do crescimento do mercado do leite, tendem a forçar transformações na produção dos agricultores. A finalidade está ligada a transformação do leite num produto “estandarizado” ou seja, com o padrão de qualidade “globalizada”. Com isso, o produto poderá ser transacionado entre os vários setores da indústria de transformação que usam o leite como matéria prima. Para que isto ocorra, as condições de produção precisam ser adequadas a esfera da circulação. Desta forma, acreditamos que para este processo de qualificação



do leite ocorra nas propriedades rurais, tanto os rebanhos, como as construções, pastagens e alimentação, terão que passar por um processo de aumento da produtividade.

A busca pelo aumento da produtividade pode forçar uma maior dependência do produtor de leite quanto as relações de mercado. Uma “modernização”, tendo por base um determinado padrão de qualidade, obrigaria os agricultores a fazer novos investimentos ou abandonar a atividade. Este processo forçaria os agricultores familiares a buscar recursos financeiros no sistema de crédito. Para saldar os compromissos, eles terão que investir em produtividade, o que implicará em gastos com matrizes geneticamente mais produtivas e alimentos condizentes ao seu potencial produtivo. Assim, ao lado do aumento da produtividade, provavelmente poderá ocorrer uma transformação produtiva nas propriedades e uma especialização funcional na atividade leiteira. Tal fato não teria inconveniente se o aumento da produtividade não gerasse rebaixamento dos preços e, gradualmente, a exclusão daqueles, produtores “fora do padrão”.

Alguns estudiosos do assunto estão se preocupando com a situação, Tal como, BRESSAN (1998), pesquisador da EMBRAPA que chama atenção para as dificuldades que os pequenos produtores de leite estão tendo:

“Tudo parece conspirar contra a produção de leite, de pequeno porte, no Brasil. Profissionais, empresários e dirigentes têm trabalhado com a hipótese de que em poucos anos, mantido o ritmo de mudanças que tem ocorrido, especialmente nos componentes indústria e consumo da cadeia agroalimentar do leite, o destino da produção familiar com volume reduzido é desaparecer porque terá poucas condições de competir no mercado (...) e a renda que esses produtores obtiverem com o leite será cada vez menor”. (disponível na internet no site Cria.org.br).

A análise de BRESSAN, avança num quadro em que imagina a bovinocultura de leite, como uma atividade eminentemente empresarial ou altamente especializada, mantendo apenas aqueles agricultores que efetivarem os investimentos necessários a esta modernização.

Nesse sentido, os representantes do Ministério da Agricultura tem visualizado uma política para o leite, como um processo de qualificação dos produtores em que o leite tipo C é eliminado por lei e, em seu lugar, a legislação cria um conjunto de regras, parâmetros e rotinas de produção, seguindo um determinado eixo de qualidade. Desta forma, a produção de leite comercial no país deverá passar por uma grande transformação a fim de atender os interesses legais, beneficiando o setor de transformação que poderá adquirir essa matéria-prima em qualquer mercado, inclusive através de contratos nas bolsas de mercadorias e de futuros (Ministério da Agricultura/Canal Rural, 1999).

*que crediçiam* *culcar*  
Os responsáveis pela formulação dessa legislação enfatizam que a normatização do mercado do leite deve estar centrada nas noções de qualidade e produtividade. Ocorre, porém, que a mesma não assegura qualquer garantia aos produtores rurais. Assim, acreditamos que se os agricultores familiares não forem providentes, poderão enfrentar situações de penosas dificuldades financeiras para saldar suas dívidas e continuar na atividade.

Diante das análises contidas nos capítulos anteriores, procuramos expor a evolução, a organização e as transformações atuais que estão impactando sobre a produção familiar na área de estudo. Diante dos aspectos apontados, destacamos que nas principais atividades agropecuárias praticadas pela agricultura familiar, os riscos vem sendo muito grandes. Por outro lado, para poderem continuar no mercado os produtores familiares estão tendo que assumir estes riscos.

Nesse contexto, as agroindústrias da carne, do fumo e do leite, dada a sensível diminuição da intervenção estatal na agropecuária, estão se tornando os principais atores sócio-econômicos nas atividades de estímulo à produção, na definição e difusão de novas tecnologias e na reivindicação de políticas públicas voltadas aos diversos setores agropecuários no Oeste Catarinense.



### 3 . A ÁREA DE ESTUDO NO CONTEXTO HISTÓRICO

A gênese da ocupação e da produção do espaço guaraciabense, se insere na própria dinâmica da organização sócio-espacial do Extremo-Oeste e do Oeste Catarinense. O Extremo-Oeste Catarinense, segundo a divisão apresentada pelo IBGE, faz parte da Mesorregião do Oeste Catarinense. Definida como microrregião, o Extremo-Oeste ocupa a porção mais a oeste, junto a fronteira com a República Argentina, conforme figura 2:

Figura 2: O Extremo-Oeste Catarinense no Oeste Catarinense Segundo a classificação do IBGE



Fonte: D.C. – 1999, Modificado por GRANDO, 1999.

Guaraciaba, um dos municípios que compõe o Extremo-Oeste Catarinense, apresenta algumas peculiaridades específicas, tendo, sua base sócio-econômica, assentada nas atividades primárias. Em função desse aspecto, não é nosso objetivo resgatar a história do município pois teríamos que nos embasar em relatos orais e



personalizar aspectos da ocupação espacial e do processo de construção dessa identidade geográfica. Nesse sentido, inserimos a gênese da área de estudo no contexto do Extremo-Oeste e Oeste Catarinense. Quando aspectos específicos da ocupação e relativas a organização espacial da área em estudo se fizerem necessárias, mencionaremos o objeto de estudo. Optamos por essa sistemática porque o modo como se deu a organização do processo de colonização e a cultura das etnias que ocuparam o Oeste Catarinense são assemelhados.

Os municípios que compõem a microrregião do Extremo Oeste Catarinense, segundo a divisão elaborada pelo IBGE, fizeram parte do então município Chapecó, criado em 1917<sup>1</sup>. Seus ocupantes originais eram constituídos por tribos nômades de índios Guaranis e Kaigans. Também perambularam e se instalaram algumas famílias, conhecidas localmente como caboclas, numa situação de semi-nomadismo e que, em alguns casos, se mestiçaram com índios. No Extremo- Oeste Catarinense, a ocupação por caboclos se restringia, principalmente, a alguns espaços restritos onde ocorria a concentração da erva-mate e manchas de pinhais.

A ocupação espacial recente tanto em Guaraciaba, como nos municípios vizinhos do Extremo-Oeste de SC, iniciou-se em meados da década de 1930, sendo intensificada a partir da década de 1940. A base humana foi obtida com migrantes de descendência européia, destacando-se as etnias alemã e italiana, vindos dos velhos núcleos coloniais do RS.

No território que configura o município de Guaraciaba, podemos afirmar que mais de 85% da população atual teve origem no processo de expansão da colonização alemã e italiana, instalada originalmente no Rio Grande do Sul. Os outros 10% se referem a ocupação de caboclos e mestiços, que no início da colonização, foram forçados a comprar ou abandonar as terras que ocupavam. Muitos se mudaram para

outros locais, dada a impossibilidade de comprar a terra onde viviam ou fixaram-se em áreas bastante declivosas que não encontraram colonos compradores. Outros, passaram a trabalhar na abertura de estradas, ajudavam na derrubada das matas, formação de pastagens e, principalmente, nas primeiras madeireiras instaladas no início da ocupação. Os demais 5% resultaram de migrações mais recentes.

Na porção oeste de Santa Catarina, o processo de colonização foi comandado por companhias privadas que se constituíram no Rio Grande do Sul e adquiriram glebas de terras das empresas que já detinham concessões<sup>2</sup> ou em acordos como o poder público estadual. Estes acordos se limitavam a doação ou venda por valores irrisórios às companhias privadas de colonização. Cabia as companhias criar a infra-estrutura (abertura de estradas) e povoar as terras, via projetos de colonização. A pouca participação do poder público na organização e provimento das atividades de colonização no Oeste Catarinense como um todo, foi comentada por PELUSO (1991:291), “A Região Oeste surgia das inter-relações sociais criadas com o povoamento levado dentro do modelo de colonização implementado pelos empresários. O Governo do estado estava ausente de seus próprios deveres...”

Na maioria dos municípios do Extremo-Oeste Catarinense, dada a deficiente estrutura econômica das companhias que organizaram a colonização, existiram muitos problemas e dificuldades. Em que pese algumas afirmações encontradas na literatura

---

<sup>1</sup> Wenceslao de Souza Breves in “O Chapeço que Eu Conheci” destaca que até 1920 “a antiga população cem por cento brasileira de quatrocentos anos, foi absorvida quase que completamente pelos brasileiros de origem estrangeira recente, os elementos coloniais (op. Cit. p.9)”. Ainda segundo ele “se percebia uma distante mistura com os índios

<sup>2</sup> O território foi aberto à colonização através da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande pela multinacional Brazil Railwal Company, ligada ao truste norte americano do grupo Farquhar, foi provavelmente a primeira proprietária legal da maioria das terras na microrregião do Extremo-oeste Catarinense. Esse aspecto decorre do fato de que no vale do Rio do Peixe no Meio – Oeste Catarinense, local do traçado ferroviário construído pela empresa, não havia terras em quantidade suficiente para cumprir o contrato entre o governo e a empresa multinacional. Este contrato definia, como pagamento pela construção da ferrovia, uma faixa de trinta quilômetros de largura nas áreas onde se estendiam os trilhos. Posteriormente, em virtude de outros acordos entre a companhia ferroviária e o governo do Estado, as terras que estavam em poder da multinacional foram retomadas e repassadas a outras empresas de colonização. Além de montar a maior serraria da América do Sul para explorar e exportar a madeira dos pinhais catarinenses e paranaenses, este grupo atuou no país nas atividades de ferrovias, frigoríficos, papel e celulose, madeira pecuária, colonização. (GEAG/SC :1980:93) Outras subsidiárias deste truste “controlaram todas as empresas de transporte, iluminação e telefones” do Rio de Janeiro; Percivel Farquhar, com a Brazil Railway Company, fundada em 1906 tentou integrar todo o sistema ferroviário do extremo sul do país até a Amazônia interligando-as com o Paraguai, Argentina e Uruguai além de tentar controlar toda a exportação de café pelo porto de Santos - SP. Seus projetos mais ambiciosos estão ligados a tentativa de controlar as reservas de minério de ferro em MG e a sua exportação e, também a tentativa de colonizar a Amazônia. (ZAGO Jr. & AZEVEDO : 1989 p.47-48).



sobre a ocupação do Oeste Catarinense, poucas foram as empresas de colonização que se organizaram com o objetivo de auferir lucros em zonas de ocupação pioneiras apenas pela venda de lotes de terra. Isso ocorreu naqueles territórios onde em primeiro plano se desenvolveu a exploração madeireira como no vale do Rio do Peixe, Chapecó, Abelardo Luz, Xanxerê, Pinhalzinho e Campo Erê, entre outros.

A maior fonte de lucros imediatos para as companhias de colonização resultava da exploração madeireira<sup>3</sup>. Somente após a retirada e venda das madeiras nobres é que os lotes eram vendidos. A retirada das toras abria uma clareiras que permitia a medição dos lotes e facilitava a instalação dos colonos, além de garantir o retorno do investimento das empresas.

Consideramos que apenas parte dos lucros advinha da venda de terras. Com isso, as áreas que apresentavam as maiores reservas de pinheiros eram preferidas para os projetos de colonização e, conforme as florestas eram desbastadas, os lotes iam sendo vendidos. Nas áreas de pinhais aparecia, em muitos casos, associada a imbuia e o cedro. Estas espécies, junto com o pinheiro, eram as mais requisitadas pelos compradores nacionais e internacionais. Diante disso, em muitos casos, a exploração madeireira<sup>4</sup> suplantou o projeto de colonização e essas antigas companhias de colonização, transformadas em indústria madeireira nas décadas de 60/70, são hoje empresas agrícolas que detêm enormes extensões de terra e, em alguns casos, embriões de grupos agroindustriais como Olvepar, Frigorífico Chapecó e diversas empresas madeireiras.

---

<sup>3</sup> A assertiva de LAGO (1988) de que “a colonização como empreendimento privado ou sob o gerenciamento do poder público procurava assegurar retorno dos investimentos mediante esquemas de comercialização de lotes” a nosso ver, pode ser ampliada. O exemplo maior é a madeireira Lumber CO que, somente após a retirada da madeira os lotes eram vendidos. (op cit p.103) A respeito deste assunto seria interessante e poderia comprovar nossas afirmações, a execução de uma pesquisa histórica documental a respeito das companhias de colonização e a sua relação com a exploração madeireira no Oeste Catarinense. No campo dos estudos geográficos existe a possibilidade de pesquisas que correlacionem a ação das companhias de colonização relacionando-as com os tipos de recursos arbóreos em cada gleba e a existência das grandes propriedades rurais no Oeste Catarinense.

<sup>4</sup> Embora a terra tivesse valor maior que a madeira, esta propiciava entrada de dinheiro para as companhias imediatamente a venda da madeira, enquanto a venda dos lotes, na sua maioria era feita prazo. Como o objetivo das companhias de colonização era, antes de tudo, garantir o lucro das empresas elas exploravam todas as formas de auferirem maiores lucros.



Na porção do Extremo-Oeste Catarinense, predominou a Floresta Mista do Uruguai, aparecendo intercaladas, pequenas e esparsas manchas de pinhais nas áreas mais elevadas e de relevo suavizado. Devido as dificuldades da topografia e a menor quantidade de espécies arbóreas com potencial de mercado, as companhias de colonização não tiveram muito sucesso em obter recursos com a venda da madeira. Assim, muitas deixaram de fazer investimentos em infra-estrutura viária para alocação dos colonos.

Na área de estudo, as companhias de colonização Pinho e Terra, com sede em Curitiba-PR e a Barth-Anoni não lograram desenvolver uma indústria madeireira importante porque as reservas de araucária não eram abundantes. Mesmo assim, procuraram controlar a exploração das madeiras mais valiosas. Para tanto, na venda dos lotes desenvolveram duas práticas distintas. Nas áreas onde predominavam os pinhais, o objetivo era a venda da madeira. Com a finalidade de aumentar o valor dessas terras, essas glebas não eram retalhadas em lotes menores. Essa afirmação pode ser comprovada observando-se que atualmente as maiores propriedades rurais que existem no Extremo-Oeste Catarinense eram cobertas no passado por pinhais. Nos locais onde predominava a mata subcaducifólia, vendiam os lotes mas as madeiras nobres como pinheiros, cedros e louros de porte ficavam sob o domínio da empresa colonizadora. No momento da venda, prepostos da companhia marcavam as árvores de maior valor comercial para serem retiradas no momento que a criação da infra-estrutura fosse construída.

Alguns agricultores, com quem conversamos, preferiram adquirir terras nos locais onde predominava a mata subcaducifólia, devido ao fato do solo apresentar melhores condições de fertilidade. Esse aspecto foi importante pois a madeira que existia não teve condições de ser comercializada até que um mínimo de infra-estrutura fosse criado. E, como as terras sem ou com poucos pinheiros eram adquiridas a menores preços, esse aspecto se juntava com a necessidade do agricultor desenvolver rapidamente condições internas de subsistência nos seus lotes.

Dada a difícil situação da infraestrutura, o processo de ocupação apresentou muitas dificuldades, que eram atenuadas por uma forte produção de subsistência. Em

cada comunidade fundada, atividades como moinhos, serrarias e ferrarias artesanais tiveram que ser construídas. Nestas, as pessoas eram, ao mesmo tempo, colonos e artesões. Por outro lado, como a maioria dos lotes foram comprados a prestações, os agricultores tinham que obrigatoriamente desenvolver alguma atividade que propiciasse ganhos monetários. Muitos utilizavam seus lotes para a subsistência e passaram a vender sua capacidade de trabalho. Outros investiram na suinocultura, produto comercial que podia se deslocar até os compradores por seus próprios meios.

Os aspectos citados contribuem para destacar as dificuldades que os primeiros ocupantes enfrentaram. Assim, muitos abandonaram os lotes e seguiram para o Paraná. Eles foram, principalmente, para áreas onde dominava a floresta de araucária e hoje se localizam municípios como: Medianeira, Pato Branco, Cascavel, Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon, entre outros. A mesma análise sobre a ação e objetivos das empresas colonizadoras pode ser feita para essas áreas do estado vizinho. Torna-se sintomático observar que no sudoeste paranaense, na zona de predomínio da floresta subcadocifolia mista, existiram conflitos muito sérios entre posseiros não titulados e os proprietários legais que deveriam efetuar a colonização e não a fizeram.

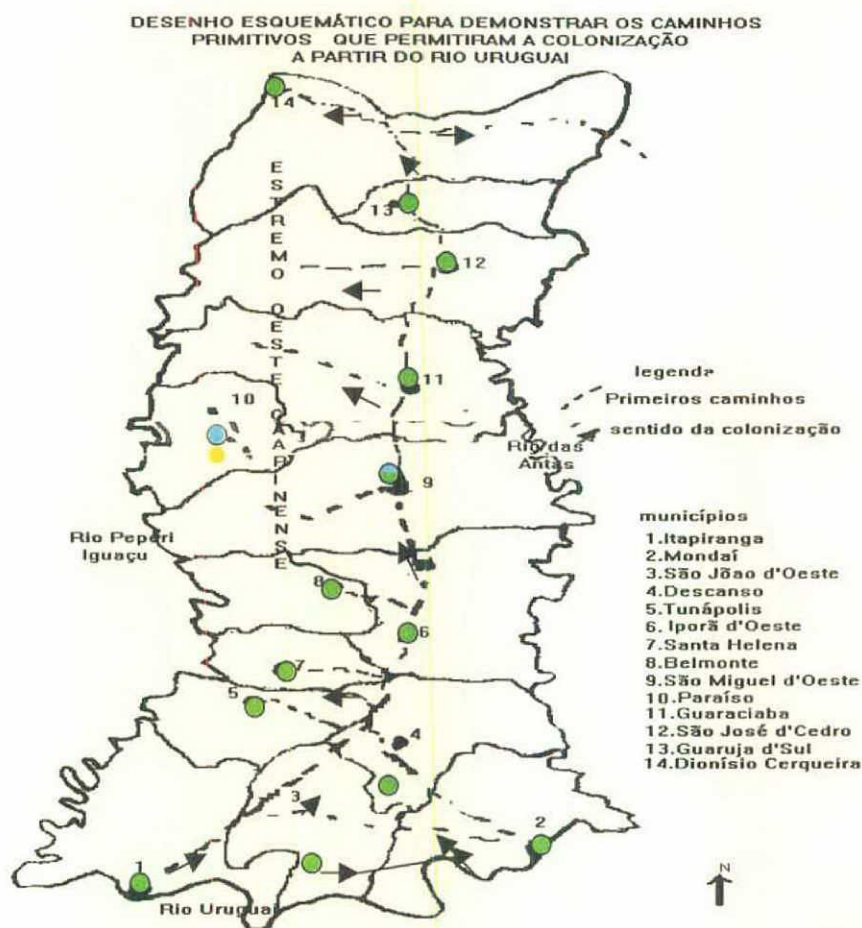
Diante das dificuldades apontadas, o povoamento no Extremo Oeste Catarinense iniciou-se pelos atuais municípios de Mondaí e Itapiranga. Estes municípios se constituíam ainda, em locais de acampamento até que os colonos fossem alocados nas novas terras ao norte do território que se abria à ocupação (ver figura 3 a seguir). Com a ocupação, essas localidades, durante as cheias do Rio Uruguai, também passaram a atuar como portos fluviais para a exportação da madeira, atividade que se desenvolveu com muitas dificuldades, no início da colonização.

No Extremo-Oeste Catarinense, a abertura das estradas, desde Mondaí e Itapiranga, em direção as áreas mais ao norte foram sendo, pouco a pouco, construídas pela mão-de-obra que chegava. Os agrimensores das companhias geralmente abriam picadas na mata e contratavam colonos inadimplentes ou aqueles mais necessitados de recursos financeiros. Determinados agricultores foram remunerados através da cessão de



lotes de terras ou do abatimento nas prestações. Na base do trabalho braçal, com ferramentas simples como foices, machados, picaretas, além do fogo e juntas de bois, foram construídos os primeiros caminhos do desbravamento.

Figura 3.



Fonte: SEPLAN – SC , Atlas escolar:1991, modificado por GRANDO, 1999.

Os novos ocupantes localizaram os primeiros povoados junto a áreas relativamente planas e margeadas por pequenos rios. Essa característica, dada que no Extremo Oeste só os municípios banhados pelo rio Uruguai podiam utilizar-se da navegação, decorria da necessidade do abastecimento de água para residências e animais. Também com esta finalidade, os lotes coloniais, em média com 24 ha, foram delimitados com uma das testadas margeando os cursos d'água. Como exemplo destas características podemos citar a sede do município de Guaraciaba, além de outros como Descanso, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, e Guarujá do Sul, além de outras localidades menores.

Em meados da década de 30, as mudanças dos colonos eram feitas em carroções de tração animal. Somente a partir, da década de 1940 deu-se a intensificação da colonização devido a melhoria dos deslocamentos, efetuados por veículos a motor. A colonização, empreendida mediante a aquisição monetária das terras, obrigou os agricultores a se inserirem, desde os primórdios da ocupação na constituição de uma economia mercantil. Muito embora o pagamento pela compra de terras pudesse ser parcelada, estas se constituíam em obrigações anuais. Assim, desde o momento da posse do lote, uma parte dos colonos se obrigou a desenvolver atividades que lhe garantissem os recursos necessários para amortizar as dívidas contraídas. Outra parte que conseguiu adquirir lotes de terras sem parcelá-las, também procurou desenvolver atividades econômicas que lhes propiciassem ganhos. Esse aspecto resulta de duas especificidades. Na primeira, eram casais novos que devido a falta de terras em seu local de origem, os pais adquiriam lotes no Oeste Catarinense e alocavam os filhos para “fazer a vida”. A segunda especificidade é relativa àqueles migrantes que possuíam pouca terra em seu local de origem. Ao vender sua propriedade, era possível comprar à vista, lotes maiores nas novas áreas de colonização.

*aspecto necessário*

O extrativismo vegetal, através da retirada das árvores e coleta do pinhão, desempenhou importante papel na vida inicial dos colonos. Uma pequena parte da madeira extraída foi utilizada nas construções dos agricultores como moradias e galpões. Os agricultores extraíam a madeira e, na base do trabalho manual, serravam as torras para retirar o tabuado das construções. Uma atividade que chegou a ocupar muitas pessoas, era a produção de “tabuínhas” para cobertura das casas. Por ser uma madeira muito fácil de ser lascada, o pinheiro era o preferido e a comunidade dos descendentes de imigrantes alemães destacou-se nesta atividade. Após a década de 1940 a venda da madeira, muitas vezes extraída pelos próprios agricultores, tinha a finalidade de juntar recursos financeiros e a de “limpar o terreno” para principiar o cultivo de produtos agrícolas de subsistência e comerciais. Segundo relatos dos agricultores, a dificuldade de conseguir o dinheiro para o pagamento das prestações sobre a terra<sup>5</sup> era enorme. Talvez

<sup>5</sup> As terras vendidas diretamente pelo governo do estado custavam cerca de 15 a 20 mil réis o ha. e eram quitadas, na maioria das vezes, em torno de 05 parcelas com vencimentos anuais.

por este motivo, muitos dos agricultores mais idosos, até hoje, ainda sejam muito parcimoniosos nos seus gastos.

No início do processo de ocupação espacial da área, as culturas de subsistência e a comercial não se diferenciavam. Com a dificuldade de se transportar os grãos, era preferível produzir algo que se movia, no caso o suíno. Criavam o porco preto, vulgarmente chamado de macau ou comum. Os agricultores estruturaram as primeiras criações a céu aberto. Cercavam uma dada extensão do terreno e engordavam os animais conforme a disponibilidade de alimento ou a necessidade de dinheiro. O recurso do pinhão foi amplamente utilizado pois a sua safra ocorre no período de outono/inverno, momento em que a carência de alimentos era mais severa. Inicialmente, dada a inexistência de comerciantes os próprios agricultores empreendiam viagens comerciais comboiando tropas de suínos para as cidades do RS, como Carazinho e Cruz Alta, entre outras.

Na agricultura, os produtos mais importantes eram o milho, a batata e a mandioca que atuavam como fonte de alimentação humana e animal. Também eram importantes o feijão, o arroz e o trigo para a despensa do agricultor e o fumo para o cigarro de palha. A cana-de-açúcar era utilizada no fabrico da cachaça, de doces e, no inverno, como alimento para o gado devido a queima das pastagens pelas geadas. As frutas e verduras sempre foram muito apreciadas pelos descendentes de alemães e italianos.

Os caboclos que habitavam a área, voltados para uma economia extrativista e de subsistência, foram relegados a um segundo plano pela produção mercantil que se originou com a colonização. Destacamos este fato, com alguns trechos das reminiscências de BREVES (1985), auxiliar da Comissão técnica Discriminadora de Terras, órgão do governo estadual, nas suas andanças pela década de 1920 no então município de Chapecó:

Os caboclos de Chapecó (...) Tinham manifesta má vontade para com os elementos coloniais de origem estrangeira (...) Os métodos de trabalho destes, a constância, a organização, tudo isso que trazia a estes tão rapidamente a prosperidade, enquanto eles,

caboclos, continuavam naquela pobreza, irritava-os, enchia-os de despeito. Não queriam sua vizinhança porque não queriam motivos para comparação. Muitos já ameaçavam ir embora para o Paraná ou mesmo para o Mato Grosso, visto que iam ficar apertados entre aqueles gringos...(op. Cit. p.26).

O autor citado também compara a organização produtiva e da paisagem produzidas pelo colono e pelo caboclo:

“A maior parte desses caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de alguma sanga ou rio a léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca perto da casa. Isto fazia com que a moradia de um caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. Às vezes umas galinhas e uns porcos soltos no terreiro e nada mais” (BREVES. Op cit. : 22).

Em relação a ocupação colonial BREVES, destaca: ...os lotes coloniais verdejavam com as grandes plantações de milho. feijão e fumo. Já se avistavam parreirais novos (...) as casas eram entrevistas através das plantações de milho. (...) Cada uma dessas casas era para os viajantes como nós, um pequeno hotel: em qualquer uma delas podíamos encomendar um almoço ou pedir uma pousada. Em todas havia grande abundância e, em pouco tempo, éramos servidos de galinha frita ou carne de porco, polenta, salada de radicce, pão-de-milho, leite e café: uma alimentação abundante e sadia. A dormida era feita em camas limpas com um colchão barulhento de palhas de milho. Como era feliz aquela gente! Em abundância e fartura viviam uma vida tranqüila, senhoras dentro do seu lote, quase tudo produzia para o seu sustento (op. Cit.: 39)”

Acreditamos que, diferente do que julgou BREVES, enfocando a superioridade do colono como educado para o trabalho com constância e método em comparação aos caboclos, a relativa prosperidade dos colonos decorria da necessidade de gerar aos meios de subsistência na propriedade e para não gastar o dinheiro necessário ao pagamento da prestação da terra. E, ainda, o fator responsável pelo relativo dinamismo do colono sobre o caboclo estava ligada ao aspecto cultural de um modo de produção diferente, o capitalista. Ao produzir valores de troca, o colono sobrepôs economicamente, ao caboclo. Assim, diferentemente dos caboclos que habitavam o Oeste Catarinense, os imigrantes já chegaram com uma mentalidade mercantil. E acreditamos, este foi o principal diferencial entre a mentalidade empreendedora do colono em relação ao caboclo. Por isso, não advogamos idéias ainda vigentes entre aqueles que defendem aspectos morais do tipo: “...o colono de origem européia é mais afeiçoado ao trabalho”, “... é parcimonioso em seus gastos e por isso enriqueceu.”

Examinando as diferenças entre o processo de ocupação anterior, efetuado por caboclos, como foi o caso dos milhares que existiram no Oeste de Santa Catarina por

ocasião da Guerra do Contestado e a ocupação por colonos de origem européia, consideramos que para os primeiros, a subsistência foi a tônica dominante. A terra era livre e bastava ocupar alguma “campina” não reclamada por algum coronel pecuarista. A erva-mate era colhida e cancheada, fornecendo os réis (moeda vigente na época) para cobrir os gastos daquilo que eles não produziam. Para a sua subsistência, os caboclos empreendiam uma pequena coivara de milho e feijão, coletavam o pinhão e criavam umas poucas cabeças de gado que, além de um cavalo, completavam as suas necessidades.

Para o coronelismo pecuarista, dominante na política e na economia nas áreas dos campos nativos (Planalto de Lages e Campos Gerais), o caboclo que vivia no entorno das grandes propriedades era útil quando das fainas de reunir o gado. No momento em que tiveram que lutar para garantir a sua posse da terra e a manutenção de uma “organização social comunitária, messiânica e voltada para a subsistência” os caboclos foram massacrados pelas forças do Estado, apoiadas pelos grandes fazendeiros e grupos privados como da Brazil Railway Company.

A derrota dos caboclos decorreu da entrada, em cena, de uma força mais dinâmica que as relações de dependência e obediência. A oportunidade de altas taxas de lucros na exploração extrativa e da transformação da terra em mercadoria, agudizaram os conflitos pela posse do solo. Desta forma, o Oeste Catarinense apresentou processo de ocupação diferenciado: um deles esteve ligado a uma ocupação esparsa, voltado para a subsistência e o extrativismo. O segundo foi mais intensivo com a colonização.

O trabalho de abrir as áreas para lavouras teve no trabalho braçal, no fogo, no machado e no boi, os seus principais instrumentos. O estabelecimento dos cultivos e a criação dos animais exigiu muitos braços, abastecidos pelas famílias numerosas. Nas famílias com falta de mão-de-obra, representada por poucos filhos ou casais recentemente formados, instituíam-se arranjos como a permuta em dias de trabalho, a ajuda de familiares (irmãos, cunhados, compadres...) que passavam a morar no domicílio

do agricultor, por um certo tempo. Outra forma de relação de trabalho consistia na contratação de um "peão" para trabalhar nos serviços existentes na propriedade rural.

Uma das primeiras atividades econômicas importantes, após estabelecida a colonização, foi a exportação da madeira que ocorreu principalmente, nas áreas com extensas reservas de araucárias onde se estabeleceram companhias de colonização mais estruturadas economicamente. Essas companhias, ao explorar a madeira, fizeram alguma infra-estrutura em relação aos transportes. Assim, parcela da madeira produzida a oeste da ferrovia que cortava o Rio do Peixe, era vendida para o Rio Grande do Sul e aos países platinos, sendo transportada pela calha do Rio Uruguai durante os períodos de maior vazão. Com a abertura de estradas e a mudança para o transporte rodoviário, pós meados da década de 1950, a passou a alcançar também outras áreas, abastecendo principalmente, o mercado interno. Atualmente, o extrativismo da madeira, baseado em essências nativas, praticamente tornou-se inexistente.

Ainda na segunda metade de década de 1950, o processo de acumulação comercial tomou força com a abertura das estradas. Casas comerciais se organizaram e seus caminhões se deslocavam em estradas de terra, ainda precárias, recolhendo a produção dos agricultores - milho, trigo, fumo, alfafa, feijão e suínos. Em viagens que duravam até 20 dias (ida e volta) para alcançar os centros consumidores, entregavam produtos primários e adquiriam bens industrializados. Naquela época, no Extremo-Oeste, os produtos agrícolas e os suínos viajavam de caminhão para o norte, principalmente até Ponta Grossa (PR); a madeira serrada e o fumo, iam principalmente para o Rio Grande do Sul. No retorno, os comerciantes traziam combustível, cimento, utilidades domésticas, sal, implementos agrícolas, tecidos, e ainda, outros produtos.

Até meados dos anos 70, a auto-subsistência alimentar ainda era importante nos estabelecimentos rurais. Ao mesmo tempo, os agricultores não despendiam recursos com a compra de insumos, produzindo grande parte das necessidades no interior das propriedades rurais. Contudo, eles geravam excedentes que eram vendidos no comércio



local. Nesse contexto, os colonos tornavam-se fregueses de certos comerciantes devido a relações pessoais de amizade e afinidade, tais como políticas, religiosas ou de parentesco.

Nesse sentido, o agricultor negociava somente com um comerciante e este, por sua vez, supria todas as necessidades do agricultor, acertadas monetariamente a cada venda de produtos ou em outra ocasião. De maneira geral, os comerciantes ficavam devendo aos agricultores e, por essa dívida, pagavam juros de até 3 ou 4% ao ano. O dinheiro investido junto aos comerciantes servia, na maioria dos casos, como manutenção de uma reserva financeira para ser usado em caso de necessidades não planejadas tais como: viagens, doenças ou acidentes na família.

Por outro lado, o recebimento de juros, pago por parte dos comerciantes, era uma fonte de renda aos colonos e considerado como um dinheiro extra. O dinheiro podia ser utilizado nas suas compras necessárias ou de um bem “desejado”. Por isto, muitos agricultores idosos ainda sentem saudade nos dias de hoje. Um deles, já idoso, relatou “eu sempre tinha o meu dinheiro depositado com o comerciante... a 3% e só retirava alguma parte quando eu precisava”. Ele ressaltou o valor dessa poupança, relacionando a quantidade de terra que poderia ser comprada com aquele valor.

Essa poupança dos colonos decorria de vários fatores. Na época não havia determinados gastos que hoje são necessários tais como insumos, sementes híbridas, implementos, rações e construções. Ocorria que as terras recém desmatadas apresentavam boa fertilidade natural, a ponto de grande parte dos entrevistados se referir a esses aspectos com certa tristeza, por não terem sabido cuidar direito da terra. Este fator permitiu boas safras, possibilitando a formação de poupança familiar e uma produção de subsistência bastante ativa. Atualmente, esta situação alterou-se e os agricultores não têm conseguido juntar uma poupança suficiente para adquirir terras para os filhos, por exemplo.

Sobre o processo de colonização, sem esquecer a expropriação sobre os primeiros ocupantes, acreditamos que se produziu uma relativa distribuição da riqueza inicial, ou seja, a terra foi dividida e uma significativa parcela teve condições de adquirir um lote. Desta forma, não se verifica uma excessiva concentração fundiária no Extremo-Oeste Catarinense. Contudo, analisando-se a estrutura fundiária, percebe-se a existência significativa de lotes com menos de 10 há. Portanto, sem ter passado uma ou duas gerações os lotes iniciais de 24ha, em média, não foram mais suficientes para reprodução do trabalho familiar.

LAGO (1998) chamou atenção para este fato e citou que este aspecto já havia sido notado por Leo Waibel na década de 1950. Este autor admitia que o tamanho dos lotes para serem viáveis deveriam ter entre 55 a um máximo de 105há. O tamanho das áreas, preconizado por Waibel, resultaria principalmente, dos fatores naturais, como clima, fertilidade do solo sob condições de tropicalidade, aspectos geomorfológicos e tecnologias de utilização da terra como a técnica do pousio. Mas, talvez o elemento mais importante é que o reduzido tamanho dos lotes não possibilitou a expansão da pequena produção familiar através das gerações futuras. Assim, partindo de lotes com aproximadamente 25há, verificamos hoje que mais de 40% dos estabelecimentos rurais no Oeste Catarinense têm menos de 10há (IBGE, Censo Agropecuário, 1996).

Por outro lado, a forma como foi organizado o processo de colonização e das relações produtivas, possibilitou apreciável acumulação e concentração de capitais, gerando por exemplo, o principal polo agroindustrial de aves e suínos do país. Assim, o processo de colonização desenvolvido sob uma ótica comercial possibilitou um processo de acumulação intra-regional, inicialmente baseado nas atividade mercantis e extrativa madeireira. A atividade madeireira abriu caminho para o povoamento e ao mesmo tempo se constituiu no setor mais importante da economia regional, até sua estagnação em meados da década de 1970. Após este período, as agroindústrias da carne e do fumo passaram a ocupar esse posto.

Ainda no final da década de 1960 e começo de 70, o processo de modernização da agricultura estimulou novas transformações na área. Mediante subsídios, a cultura da soja foi estimulada e encontrou ótima receptividade. No campo da produção familiar, e entre aqueles agricultores que não dispunham de tração mecânica, mesmo com técnicas tradicionais a soja era cultivada intercalada entre as fileiras de milho. A cultura do trigo foi estimulada mediante subsídios estatais e atuou na rotação de culturas e cobertura do solo, no período do inverno. Na área de estudo, com o gradual fim dos subsídios, em meados da década de 80, a soja e o trigo foram perdendo espaço na produção familiar.

Por outro lado, a introdução da soja “caiu de encomenda” para as madeireiras que ainda detinham áreas onde a extração da araucária entrava no final do ciclo de exploração. Assim, detendo grandes extensões de terras com relevo plano e ondulado e, maquinário resultante da atividade madeireira, rapidamente essas empresas partiram para a especialização agrícola. Na safra de verão cultivavam soja e, no inverno, o trigo.

Esse aspecto pode ser observado em vários municípios do Oeste Catarinense. Entre eles, destacamos: Guarujá do Sul, Palma Sola, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Xaxim, Xanxerê, Ponte Serrada, Abelardo Luz e Passos Maia, Destes, nas áreas onde as glebas de colonização não foram comercializadas devido a exploração florestal, surgiram ocupações coordenadas pelo Movimento Sem Terra, para tornar essas terras produtivas.

Essa situação está acontecendo porque os proprietários legais, na maioria investidores que apenas se preocuparam com a lucratividade resultante de uma exploração de rapina, não fixaram residência nestas áreas e comandavam os negócios de longe. Muitos destes, ao término da exploração madeireira, apenas se utilizaram dos subsídios estatais para cultivar soja e trigo. Por não estarem acostumados a trabalhar a terra e, apenas com o intuito de explorá-la, não fizeram os investimentos necessários de manutenção e conservação da fertilidade do solo. Ao utilizarem trabalhadores advindos da exploração da madeira, mal pagos, sem formação na agricultura e usando

agroindustrial. As agroindústrias criaram um novo mercado de matérias primas de consumo contínuo. Para isso grande parte dos insumos tem sido adquiridos na própria área, como suínos, milho, soja, fumo e, eventualmente, trigo, como no caso da Sadia. Por outro lado, introduziram novos itens de produção, como o frango e o peru, ao mesmo tempo que intensificaram o processo produtivo na agropecuária e, constantemente, inserindo inovações tecnológicas na produção.

O “sistema de integração” entre os agricultores e as agroindústrias funciona sob a supervisão direta e controle de todo o processo produtivo das matérias primas. Os frigoríficos fornecem aos agricultores, o material genético (suínos), os pintos (frangos e perus), as rações, a tecnologia de instalações e de criação dos animais e, por fim, adquirem o que foi criado. Os agricultores entram no sistema com as instalações, a propriedade rural, parte da matéria prima e animais - no caso dos suínos. A eles cabe o trabalho de criação dos animais. As empresas investiram em silos graneleiros em localizados em pontos-chave ou terceirizaram essas atividades, encarregando determinados comerciantes em adquirir a produção dos agricultores, distribuir as rações balanceadas, os concentrados, os animais de alta linhagem genética e, ainda, fazem o transporte dos animais e produtos agrícolas até as agroindústrias. Em cada município do Oeste Catarinense, as empresas mantêm, junto as casas comerciais, escritórios de assistência técnica, com profissionais treinados e pagos por elas, para prestar assistência aos agricultores “integrados”.)

A fumicultura, atividade tradicional na área, chegou junto com os colonos. Eles já praticavam essa atividade no Rio Grande do Sul. Atualmente, o cultivo de fumo encontra-se subordinado ao sistema de “integração” comandado pelas agroindústrias do setor. Planta-se o fumo de galpão, chamado de “Burley” ou, em menor quantidade, o fumo comum. As atividades de produção, tratos culturais e a comercialização são controladas por técnicos, dispostos estrategicamente em cada município ou grupo de municípios.

O sistema agroindustrial se concentrou em poucos produtos (aves, suínos, leite e fumo) e, gradualmente, a própria produção para subsistência foi sendo diminuída em

muitos estabelecimentos rurais. A crescente especialização das atividades agrícolas que o sistema industrial implementou, diminuíram o tempo que a família agricultora dedicava às atividades de subsistência. Mais recentemente, as empresas agroindustriais tem recomendado que os agricultores voltem a implementar a policultura. Como exemplo, o Projeto XXI, instituído pela Sadia e seguido por outros frigoríficos implica em aumentar o grau de eficiência e racionalidade na produção de suínos. Esse projeto, visa garantir a regularidade de suprimento de matéria prima com elevada qualidade genética em carne. Para isso, as empresas estão estimulando a organização de uma estrutura produtiva que profissionalize o suinoculor <sup>“integrado”</sup> e a implementação de diversas fonte de ganhos, mormente a policultura (PIZZOLATTI:1996).

Entre as décadas de 1960/70, decorrente da subordinação ao sistema agroindustrial e, estimulados pelas políticas oficiais de crédito, ocorreu o processo de modernização e mecanização nas propriedades rurais. A produção familiar foi, gradualmente, aumentando a produtividade agropecuária e, na mesma medida que produzia para o mercado, mais aumentava a sua dependência do mesmo.

Verifica-se assim, que de um sistema policulor, uma das principais características da agricultura familiar, emergiu em pouco menos de cinquenta anos, no Oeste Catarinense, uma organização do espaço rural baseada em poucos produtos, a saber: o milho que, junto a soja, se constituem nos principais insumos das rações para criação de suínos e frangos, o fumo, o feijão, e a pecuária de leite e de corte.

A dinamização espacial, inicialmente se deu com a indústria madeireira e a agricultura. A emergência do setor agroindustrial, abriu novas perspectivas. O poder econômico e a influência política das empresas que surgiram no Oeste Catarinense, permitiu pressionar o poder público para efetivar investimentos em infra-estrutura e, ao mesmo tempo, as empresas agroindustriais “modernizaram” e inseriram esse espaço definitivamente na economia estadual e nacional, num período de meio século.



---

#### 4. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO E EXCLUSÃO TÉCNICO PRODUTIVA

---

Quando procuramos compreender as transformações que a agricultura familiar vem enfrentando desde o início dos anos 90, tornou-se necessário analisar o processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva. Ao mesmo tempo, expomos as razões da utilização destes termos em detrimento de conceito usuais como modernização da agricultura e êxodo rural.

Ao utilizarmos estas noções, pensamos num processo de causa e efeito, onde a exclusão técnico-produtiva resulta da reestruturação técnico-produtiva causada pelas transformações atuais no sistema sócio-econômico. As transformações que o sistema econômico imprime, na sua versão atual, buscam retomar o processo de acumulação de capital nos setores a montante e a jusante da agropecuária, pela redução dos custos de produção. Esta diminuição decorre da aplicação de investimentos em máquinas, equipamentos e tecnologias poupadoras de trabalho, tendo a função de expandir a produtividade agropecuária.

A contradição deste curso de ação está representada pela exclusão dos agricultores que não conseguem ou não possuem condições de se inserir num processo modernizador de maior especialização produtiva e de responderem as novas condições impostas pelo mercado. Esses aspectos afetam principalmente a agricultura familiar, por ser um setor onde os ganhos são muito pequenos.

Para explicar essa situação contraditória, inicialmente trataremos do processo de reestruturação e da sua significação neste trabalho. Posteriormente, examinaremos como o avanço das relações capitalistas de produção tendem a expandir a exclusão técnico-produtiva na produção agropecuária, expondo uma síntese deste processo e uma definição sobre significado de exclusão técnico-produtiva. A partir da análise teórica destacamos, alguns resultados deste processo em Santa Catarina e no Oeste Catarinense.

#### **4.1. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO TÉCNICO PRODUTIVA.**

Com a abertura da economia, os acordos do Mercosul e a gradual diminuição de subsídios estatais, os custos de produção no setor agrícola passaram a ser comparados internacionalmente. Decorrente deste processo, parcelas de agricultores familiares que produzem para o mercado, necessitam fazer constantes investimentos para aumentar a produtividade, a fim de tornarem sua atividade viável economicamente e para se manter socialmente produtivos.

Por outro lado, fatores diversos também estão imprimindo novas conseqüências para agricultura familiar e variam conforme as condições espaciais. Na área objeto de pesquisa, as mudanças impostas pelas agroindústrias na criação e na aquisição de suínos, tem forçado um processo de transformações técnico-produtivas nas propriedades rurais. As instalações de criatório, a genética, o manejo e a alimentação dos animais vem passando por mudanças significativas, desde o início da década de noventa. Esse processo tem refletido na organização do espaço rural. Com o intuito de sustentar o plantel de suínos, evitando gastos com insumos e baixar os custos de produção, mais áreas estão sendo utilizadas para aumentar a produção de milho

Nas propriedades, onde os agricultores estão se voltando para a especialização leiteira, o plantio de pastagens de diferentes qualidades está aumentando em proporção a expansão do rebanho leiteiro. Instalações e os rebanhos também estão passando por um processo de transformação, ocorrendo investimentos em animais mais produtivos e, também, em equipamentos capazes de permitir a melhoria da qualidade do leite.

As técnicas de cultivo também vem mudando. Entre as técnicas que vem sendo bastante difundidas destacamos a expansão da tração mecânica, a generalização do plantio direto, a cobertura do solo com plantas para adubação e para proteger a terra da erosão. Deste modo, entendemos que um processo de

reestruturação econômica e produtiva está forçando e reorganizando as condições de produção nas explorações rurais na área de estudo.

Procurando entender a realidade, tanto aquela verificada na área da pesquisa como a do próprio setor da agricultura familiar, enfocamos as contradições que o avanço das relações capitalistas de produção produzem na estrutura social e técnico-produtiva. Examinamos os elementos que o sistema econômico implementa para assegurar a manutenção de uma taxa geral média de lucro<sup>1</sup> nas várias esferas da produção econômica. A contínua expansão capitalista visa assegurar, continuamente, a manutenção e expansão das taxas de lucro do capital investido. Esse processo tende a ocorrer, na maioria das vezes, pela incorporação ao sistema de setores excluídos, abertura de novos mercados ou por inovações tecnológicas.

Em nosso trabalho, associamos a idéia de reestruturação técnico-produtiva com as formulações de MARX sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucros que afeta periodicamente a acumulação do capital no interior do funcionamento do modo de produção capitalista (O Capital, livro III, vol. IV:1988).

MARX argumentou que o grau constante de exploração do trabalho expressa uma taxa decrescente de lucros dada pelo decréscimo relativo do capital variável (força de trabalho), em relação ao capital constante (meios de produção). O autor destacou que o processo de produção capitalista é essencialmente ao mesmo tempo

---

<sup>1</sup> De acordo com MARX (O CAPITAL, Vol IV), a taxa geral de lucro capitalista decorre de “determinado capital (aplicado) em determinada esfera da produção, durante dado período de tempo (dividido) pela massa de lucro que cabe, em média, durante dado período de tempo, a cada capital aplicado, como parte alíquota do capital global empregado na produção social em sua totalidade”. (...) Assim, a taxa geral de lucro é determinada segundo MARX por dois fatores: 1. Pela composição orgânica dos capitais na diversas esferas da produção, portanto pelas diferentes taxas de lucro nas esferas individuais. 2. Pela distribuição do capital social global entre essas diferentes esferas, portanto pela grandeza relativa do capital investido em cada esfera particular e, portanto aplicado a uma taxa de lucro particular: isto é, pela parcela relativa da massa do capital social global que cada esfera da produção engole... Explicando esse argumento continua Marx “como as mercadorias são vendidas por seus valores, as taxas de lucros tendem a ser muito diferentes nas várias esferas da produção de acordo com as diferentes composições orgânicas do capital nelas investido. O capital porém, se retira de uma esfera com baixa taxa de lucro e se lança em outra que proporciona lucro mais elevado. Mediante essa contínua emigração e imigração (...) conforme desça ou suba a taxa de lucros, o capital ocasiona uma relação entre a oferta e a procura, que o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo. (...) a contínua equalização das contínuas desigualdades realiza-se tanto mais rapidamente: 1. quanto mais móvel for o capital..., e 2. pressupondo a abolição de todas as leis que impeçam os trabalhadores de migrarem de uma esfera da produção para outra ou de uma sede local de produção para qualquer outra. (Op Cit. p 122 a 144.)”

processo de acumulação e leva, gradualmente, ao aumento da composição orgânica do capital, representado pelo crescimento das instalações e o uso de tecnologias que ampliam a produtividade do trabalho.

A concorrência capitalista<sup>2</sup> ao “igualar” o preço de venda das mercadorias produzidas nos vários estabelecimentos, tende a nivelar os ganhos dos capitalistas e “premiar” aqueles que conseguem elevar a produtividade, via melhorias técnicas ou aumento da exploração sobre o trabalho.

Diante disso, a introdução de métodos “que geram mais valia relativa” ou maior produtividade, podem ocasionar uma superprodução relativa de mercadorias e, conseqüentemente, a dispensa de trabalhadores. As inovações técnicas e introdução de maquinaria moderna, diminuem a necessidade de mão-de-obra no processo produtivo, resultando na denominação de MARX, em uma superpopulação relativa e artificial (Op. Cit.:155/156).

Assim, investimentos técnicos para expandir a produção, permitem um novo processo de acumulação baseado na elevação da composição orgânica do capital constante, reduzindo parcela do capital variável. Com isso, os lucros aumentam mas ocorre um empobrecimento social, pois parte dos trabalhadores são dispensados do processo produtivo. Nesta situação, a expansão da composição orgânica do capital, em função da queda tendencial das taxas de lucros, força um processo de reestruturação nos setores produtivos.

Neste contexto, na busca da produtividade empresas pioneiras conseguem, ao mesmo tempo, aumentar seu lucros e rebaixar os preços dos concorrentes que necessitam investir para melhorar a sua produtividade. No momento que os competidores capitalistas apresentarem produtividade mais ou menos semelhantes,

---

<sup>2</sup> “A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, e este da escala de produção. (...) A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. (MARX, o capital, livro 1, volume II: 728)”



ocorrem os momentos de superprodução e dispensa de trabalhadores<sup>3</sup>. Esse fenômeno, dada a própria dinâmica de acumulação e as contínuas inovações tecnológicas, não afeta todas empresas de um determinado setor ao mesmo tempo. Isso ocorre porque o mercado exclui as empresas que não conseguem acompanhar o contínuo processo de modernização. Nessa situação, o “sucateamento de homens” e máquinas se torna necessário para garantir a acumulação de capital.

Pensamos que junto aos pequenos produtores familiares, esses elementos tendem a acorrer conforme aumenta a sua inserção ao mercado. Tem ocorrido situações de superprodução com os produtores de hortifrutigranjeiros e de animais, ligados ao setor agro-industrial. A regulação estatal tende, na maioria das vezes, garantir um preço mínimo que cobre os custos de produção. Quando se deixa ao “sabor” do mercado, o papel de regulação e de “alocador ótimo de recursos”, como parece ser o caso das políticas de cunho neoliberais atuais, a tendência é que ocorra momentos de superprodução, com a possibilidade de promover o abandono do setor pelos produtores rurais. Pode ainda, no caso da produção familiar, ocorrer uma involução e os agricultores voltarem-se mais para a subsistência, como meio de evitar os riscos do mercado.

Na área de estudo, observamos que os agricultores familiares, de certa forma, estão “integrados” ao mercado capitalista pela esfera da circulação e diretamente subordinados às empresas agroindustriais. Desta forma, nas condições atuais em que um “novo” momento histórico, caracterizado pela crescente interdependência entre os mercados, força a liberação da economia e a sua regulação pelas “leis de mercado”, os produtores familiares precisam se reestruturar para se manter ou aumentar a sua produtividade em função da mundialização das taxas de produtividade. Pensamos que somente assim, eles poderão se manter na atividade.

---

<sup>3</sup> “...a produção de uma superpopulação relativa ou a liberalização de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelerada com o processo da acumulação, e do que correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação ao constante. Se os meios de produção, ao aumentarem a sua extensão e sua eficácia se tornam em menor grau meios de emprego dos trabalhadores, temos de considerar ainda que essa relação é modificada pelo fato de o capital, a medida que cresce a produtividade do trabalho, aumentar sua obtenção de trabalho mais rapidamente que a sua procura por trabalhadores (MARX, O Capital, livro 1, vol. 2: 738)

Nesse contexto, o presente momento é diferenciado daquele denominado de modernização da agricultura, pois as condições da sua emergência pressupõe outros atores hegemônicos. Por exemplo: a modernização da agricultura tinha, no Estado, seu ator social dominante, enquanto a reestruturação técnico produtiva apresenta os grupos agroindustriais e financeiros no comando do processo de produção e circulação. Diante disso, acreditamos que a noção de modernização da agricultura não pode mais dar conta desta realidade e, portanto, esta é a razão de trabalharmos com a noção de reestruturação técnico-produtiva e as conseqüências geradas neste processo.

SOJA<sup>4</sup> (1993) usa a noção de reestruturação como ponto de partida para entender as mudanças e transformações espaciais sob a dinâmica do processo de acumulação do capital. Segundo este autor:

“a reestruturação (...) transmite a noção de uma ‘freada’, de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. (...) Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material (op. Cit.192/193)”.

As colocações de SOJA apresentam uma idéia de processo, ou seja, a paisagem (espaço geográfico) está em contínua e permanente mutação. E, nesse sentido, o autor aponta a principal causa ou motor desta transformação espacial. Segundo ele, “...o ponto de partida é a ligação afirmativa entre a reestruturação e a espacialização (...) e, deve ser encarada como uma outra tentativa do capitalismo (...) de restaurar as condições fundamentais de sua sobrevivência (op cit: .195/223)”.

Comentando o trabalho de SOJA, PORTO GONÇALVES (1993) destaca que atualmente o processo de desenvolvimento espacial do capitalismo se dá pela apropriação de superlucros, via transformações tecnológicas nos setores produtivos

---

<sup>4</sup> Embora as análises de SOJA sob a lógica da reestruturação social, econômica e produtiva sejam desenvolvidas sob a dinâmica da questão regional e urbana, procuramos aplicar sua noção de reestruturação ao estudo da geografia agrária, porque também a agricultura se configura como um setor em que o processo de acumulação capitalista avança na criação e apropriação de “rendas tecnológicas - Lucros oriundos do processos de produtividade predominantemente baseados nos avanços tecnológicos e na reorganização dos sistemas de produção (Soja,1993:202)” e, ao fazer isso, são recriadas novas configurações espaciais.

e, em menor parte, pelo desenvolvimento desigual entre as regiões. Este argumento avança em relação a colocação de OLIVEIRA (1995:29). Para o autor citado “... o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e combinada.” Concordamos com OLIVEIRA, mas acrescentamos o argumento de SOJA, de que o capital gera seus lucros, na atualidade, mais em função das rendas tecnológicas<sup>5</sup> no processo produtivo do que em função do desenvolvimento desigual entre os lugares (SOJA, op cit. 202).

Assim, observamos que a idéia de reestruturação técnico-produtiva pode contribuir para entendermos as transformações que o espaço geográfico apresenta continuamente. Como instância medida pelo trabalho realizado socialmente, a análise do espaço geográfico necessita do exame das condições sociais de produção e dos processos que modificam as relações técnicas do trabalho humano.

Neste sentido, a análise de TEIXEIRA (1998:67) aborda a questão da reestruturação, destacando que transformações ocorrem paulatinamente no capitalismo. Elas acontecem “...por meio da criação de uma sucessão de formas, que surgem em decorrência da luta do capital para criar uma base adequada às suas exigências de valorização.” Ainda segundo TEIXEIRA (op cit:78), a reestruturação atual do processo de trabalho “transformou o produtor de valor-trabalho num vendedor de trabalho objetivado”.

Nesta nova relação de exploração, o trabalhador não se defronta no mercado como um mero vendedor de força de trabalho, mas traz consigo “...uma mercadoria que foi produzida antes de ingressar na esfera da circulação”. Por conta disto, apagam-se todas as diferenças sociais e econômicas entre os parceiros da troca, que passam a se reconhecer apenas como comerciantes. Portanto, quando os

---

<sup>5</sup> Na análise sobre os processos de reestruturação SOJA (1993: 202), define as rendas tecnológicas como lucros oriundos de processos baseados nos avanços tecnológicos e na reorganização dos sistemas de produção destacando que nos períodos anteriores do desenvolvimento do capitalismo a obtenção de rendas tecnológicas, que atualmente são sistêmicas, ocorriam em períodos de curta duração e eram menos importantes que o desenvolvimento desigual na divisão territorial do trabalho.



*sujeição: não palavras  
de uso comum e evitar  
com as palavras  
dúvidas*

trabalhadores ou produtores diretos, como é o caso dos agricultores familiares, “vendem” trabalho objetivado, estariam negociando mercadorias. Assim a qualidade do trabalho passa a ser controlada no produto e esta é feita pelas empresas mediante um manual que especifica o tipo de produto e/ou serviço exigido. Caso os produtos não cumpram as especificações, o produtor direto arca com o possível prejuízo.

Diante destes aspectos, a reestruturação está perpassando todas as esferas da produção e o elemento que agrega todo o processo é o controle de qualidade. Como exemplo podemos citar as modificações que estão ocorrendo na suinocultura. O sistema de “integração”, entre agricultores e agroindústrias, está passando por uma redefinição do papel dos atores sociais em função da nova lógica de acumulação capitalista. Num passado recente, o esquema de “integração” suinícola, organizado pelas agroindústrias do Oeste Catarinense, permitia maior liberdade de ação por parte dos criadores de suínos. Estes definiam o tipo de alimentação, o número de criadeiras que poderiam manter, a forma de criação, entre outras.

Com as recentes modificações imprimidas pelas agroindústrias, a partir dos anos 90, todo o controle do processo produtivo foi organizado em função da tipificação de carcaças. As agroindústrias passaram a adquirir suínos pelo percentual de carne magra contido na carcaça abatida<sup>6</sup>. A menor quantidade de gordura nos animais, é o indicador de qualidade que as empresas estão utilizando. Para os agricultores, quanto mais magro o suíno, maiores são os preços que as agroindústrias pagam. Este aspecto obrigou os agricultores a reestruturarem o processo de produção para atender as novas exigências da indústria. Estas, referem-se a aquisição de reprodutores de alta linhagem, alimentação balanceada e ultra especialização quanto ao criatório. Neste processo de “medir a qualidade dos animais”, o agricultor não tem como definir o valor dos animais criados até que a nota fiscal seja remetida pela agroindústria, após o abate.

---

<sup>6</sup> Em função deste aspecto, já existe no mercado um equipamento eletrônico, produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que mede diretamente no lombo do animais a espessura do toucinho. Contudo, esse produto tem a desvantagem de ter um custo alto e só pode ser adquirido produtores mais especializados.

Embora o produto do agricultor continue sendo o suíno, agora é o suíno tipo "lighth", ou seja, um animal com baixos percentuais de gordura. Essa característica vem sendo utilizada como "marketing" das agroindústrias para ganhar competitividade e mercado e, também, como forma de "impor" esse novo padrão ao produtor. Com isso, a tipificação de carcaças exigiu do agricultor transformações sobre as condições de produção na propriedade rural.

Neste processo, o produtor de suínos tende a deixar de ser encarado como um "integrado" da agroindústria que repassava ao produtor todo o pacote tecnológico e genético, auxiliando ainda na obtenção dos créditos necessários ao empreendimento. As novas condições estão "estimulando" o suinocultor a se tornar um empresário rural. Este deve organizar seu sistema de produção, melhorar a sua produtividade mediante investimentos em genética e alimentação balanceada, desenvolver meios de obter informações e aumentar o seu conhecimento sobre a atividade e situação de mercado da sua mercadoria. Como "produtor de mercadorias" este "empresário rural" assina "contratos de parceria" com grupos agroindustriais que se comprometem a comprar a sua produção. A compra se efetivará se os critérios de qualidade, estipulados pela empresa, forem cumpridos pelo suinocultor, o qual deverá vender sua produção a preços de mercado, este dominado por monopólios e oligopólios<sup>7</sup>.

Diferentemente dos pacotes dos anos 70, durante o período de modernização da agricultura, as transformações atuais estão centradas num processo de profissionalização da "produção integrada". A medida do processo é principalmente as noções de produtividade e qualidade em que o agricultor familiar é estimulado a se tornar um empresário rural que produz, compra e vende mercadorias. Nesta situação o mercado é o agente de regulação do processo a partir das noções de oferta

<sup>7</sup> Conforme exposição oral em palestra, de um diretor da Cooperativa Central Oeste Catarinense, em Chapecó, há ocorrência de reuniões entre os diretores dos frigoríficos para a definição dos preços dos suínos pagos aos agricultores. Ressaltando o papel da Cooperativa nesta reuniões com o propósito do "acordo de preços", ele destacou que esta empresa é a primeira a lutar junto aos integrantes das agroindústrias para se pagar mais pelos suínos e, nas situação de queda de preços, a cooperativa atua para diminuir esta queda.

e procura. Nesse contexto os agricultores devem estar “preparados” culturalmente, profissionalmente e aptos a enfrentar as mudanças.

Decorrente da análise anterior e procurando explicitar as transformações vigentes sobre a pequena produção elaboramos uma definição do processo de reestruturação técnico-produtiva neste trabalho. Para nós, a reestruturação técnico-produtiva configura um processo de reorganização das condições de produção, visando o aumento dos lucros empresariais pela expansão da produtividade do trabalho, a partir da utilização de tecnologias mais produtivas e que economizam mão-de-obra. Por ser reativa às condições vigentes, está centrada no progresso tecnológico produtivista sendo medida por resultados monetários. Com isso, tende a excluir significativo contingente social que não consegue se adaptar ao ritmo das mudanças econômicas. Geograficamente, constitui-se num vetor de mudanças na organização espacial. A produção, via divisão social do trabalho, tende a interferir na divisão territorial do trabalho em função da busca de localizações que ofereçam vantagens comparativas<sup>8</sup>.

Deste modo, a noção de reestruturação, pode ser um eixo capaz analisar as transformações que a agricultura familiar está enfrentando a fim de viabilizar o processo de acumulação do capital. Ao mesmo tempo, a noção de reestruturação pode ajudar a entender o processo de exclusão social e assim, compreender as causas do êxodo rural, na atualidade.

---

<sup>8</sup> Com a diminuição da atuação do Estado na esfera da regulação econômica há tendência de se observar processos de reorganização ou marginalização espacial. A ação empresarial medida no lucro monetário tenderia a buscar condições espaciais de produção onde os lucros sejam maiores. Um exemplo prático deste processo é a guerra fiscal entre os estados da federação na atração de investimentos industriais. Em SC, o lançamento do PRODEC INDUSTRIAL, via renúncias fiscais de ICMS a arrecadar das empresas futuramente,



## **4.2. O PROCESSO DE EXCLUSÃO TÉCNICO-PRODUTIVA:**

No item anterior procuramos demonstrar que a noção de reestruturação pode ser útil para entendermos as transformações que estão impactando sobre significativas parcelas de famílias agricultoras. Ao mesmo tempo, pode contribuir para entender o processo de exclusão social com o conseqüente abandono do campo e a concentração fundiária na área de estudo. Nesse contexto, a idéia de reestruturação técnico-produtiva, permite entender as causas do êxodo rural na atualidade.

### **4.2.1. Agricultura familiar e o processo histórico de exclusão no capitalismo:**

A saída de significativos contingentes populacionais do campo aparece, na história moderna a partir do início da manufatura na Inglaterra, durante a transição do feudalismo para o capitalismo. Nessa época, a instituição da servidão feudal foi extinta pelo avanço do Modo de Produção Capitalista. MARX<sup>9</sup> ao analisar a acumulação primitiva, a gênese do arrendatário e do industrial capitalista, destaca os processos e os procedimentos da nova classe hegemônica para expulsar e expropriar da terra, os servos protegidos pelas regulações feudais. O fim da legislação feudal dissociou os servos da terra, seu meio de produção, transformando-os, paulatinamente, em assalariados ou em arrendatários. Assim, foi liberado um contingente importante de “agricultores” familiares para a indústria então nascente.

A formação do mercado interno na Inglaterra, a criação de uma classe de assalariados, o processo de acumulação capitalista (inicialmente na manufatura e no arrendamento fundiário) e o desenvolvimento da revolução industrial, resultaram no aumento da urbanização inglesa. Com a industrialização, ocorreu também a mudança do padrão agrário inglês. A tradicional policultura cedeu gradualmente o seu espaço para a monocultura. Como exemplo, a “monocultura da lã”, que ocorreu devido ao

---

tem como objetivo, oferecer subsídios públicos indiretos para manter no estado a localização de empresas que poderiam obter aumento dos lucros em outra localização geográfica.

<sup>9</sup> Esta edição de *O Capital: crítica da economia política*, livro um: o processo de produção capitalista – vol. II, Trad. Reginaldo Sant’anna, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, não apresenta o ano de publicação

cercamento dos antigos campos de cultivo para a criação de carneiros e que tinha a finalidade de produzir matéria prima para indústria têxtil da Inglaterra.

Neste processo, descrito por MARX, em o CAPITAL, foi destacado aspectos como a fome e leis contra a vadiagem. KAUSTKY (1986) aprofunda esses aspectos enfocando que o camponês se tornou um faminto devido a eliminação dos direitos de uso comunal dos pastos, das florestas e da água que se completaram até o séc. XVIII. Ao mesmo tempo que aumentava a quantidade de produtos agrícolas destinados à cidade, a fome crônica tornou-se rotina nos anos de más colheitas e forçava os camponeses a abandonarem as terras em busca da sobrevivência nas cidades. Assim, com a introdução de novas maneiras de produzir, a organização social e produtiva da comunidade aldeã entrou em crise. Isso ocorreu porque a auto-suficiência do produtor, foi subordinada à produção comercial.

Alterando a economia, baseada na agricultura, em uma economia urbana e industrial, a evolução do Modo de Produção Capitalista teve a Inglaterra como seu primeiro exemplo. Com isso, ocorreu o primeiro grande processo de exclusão no campo, ao mesmo tempo em que ocorreu a mudança do “padrão agrário”. Este processo foi denominado por JOSÉ ELI DA VEIGA (1991) de Primeira Revolução Agrícola. Acrescentamos que foi também o embrião da agricultura moderna capitalista e, gradualmente, se estendeu pela parte ocidental da Europa e nos EUA. Enquanto isso, naquele período, na Europa Oriental foi aprofundada a servidão feudal e a escravidão intensificada nas colônias do continente americano.

A segunda grande transformação da agricultura, na época moderna, foi denominada por VEIGA (1991), de Segunda Revolução Agrícola. Baseada na propriedade livre da terra, teve como epicentro os Estados Unidos da América. O modo de produção não foi substituído, mas o padrão técnico de acumulação foi modificado. No período de 1860 a aproximadamente 1930, ocorreu nos EUA a

implantação de um setor agrícola muito dinâmico. Inicialmente houve uma ampla distribuição de terras com a promulgação da “homestead law”, em 1862. Esta lei tinha o objetivo de facilitar a distribuição de lotes de terra com até 65 hectares<sup>10</sup> a todos que se dispusessem a cultivá-los. Também ocorreu a venda de terras em grande escala pelas ferrovias e companhias privadas de colonização.

O desbravamento das grandes planícies e do oeste americano foi um esforço do governo dos EUA e de grandes companhias ferroviárias, interessadas no crescimento econômico das áreas onde se estendiam os trilhos. Para as companhias ferroviárias, o lucro com os fretes, devido o fortalecimento dos novos mercados que se localizaram ao longo dos traçados, justificou a sua expansão. Com essa política, distribuiu-se terra aos agricultores e aos novos imigrantes europeus, resultando em centenas de milhares de “smallfarms”. Ao mesmo tempo, no sul dos EUA, decorrente da colonização de exploração, eram mantidas as grandes propriedades monocultoras de algodão, cana e tabaco.

Esse processo de distribuição de terras durou até a Segunda Revolução Agrícola. As transformações decorrentes do avanço das condições capitalistas de produção também forçaram um abandono do campo de um grande número de “family farmings” e a saída de grandes contingentes do campo, nos EUA, perpassou dois momentos. No primeiro, talvez seja difícil utilizar o termo exclusão para o que ocorreu até meados de 1925. Havia a grande expansão urbana e industrial. Devido a falta de mão de obra, os salários urbanos eram mais altos que os ganhos auferidos por grande número de pequenas propriedades, fazendo com que agricultores pudessem optar pelo campo ou pela cidade. No segundo momento, possivelmente, podemos utilizar o termo exclusão e decorreu dos reflexos da crise de 1929. Muitos agricultores perderam suas terras e foram excluídos.

---

<sup>10</sup> A medida padrão para unidades de áreas nos países de língua inglesa é acre e equivale a 4046,7m<sup>2</sup>. A Homestead Law determinava que os lotes deveriam ter no máximo 160 acres, e portanto, equivalentes a 64.74 hectares.

Para entendermos o contexto da Segunda Revolução Agrícola e as razões da exclusão de milhares de “family farming” nos EUA, pós crise de 1929, é necessário um resgate dos seus processos antecedentes. Com a grande disponibilidade de mão-de-obra, dada pela imigração e a oferta de terra virgens, o país se tornou o maior produtor e exportador mundial de cereais, possibilitando, ao mesmo tempo, a acumulação comercial e industrial nos centros urbanos. Os constantes aumentos de produção, pela incorporação de novas áreas em um país de extensão continental, levaram a um excesso de produção que resultou em crise na agricultura devido a queda contínua dos preços agrícolas.

Por outro lado, nos centros urbanos ocorreu uma grande concentração de capital, com o surgimento de trustes, cartéis e monopólios e, queda nos rendimentos do trabalho (VEIGA 1991). A concentração de capitais industriais e bancários, baixos preços dos produtos agrícolas, redução na renda da terra, excesso de produção e retração no consumo dos trabalhadores urbanos contribuiu para a grande crise da bolsa de valores de Nova York em 1929.

Foi nesse ambiente que se iniciou o processo de exclusão na agricultura familiar norte americana. Baseado em COCHRANE, VEIGA (op. Cit:124) ressalta a situação que os agricultores americanos enfrentavam: “com pouco capital e excesso de mão de obra, os agricultores produziram o máximo possível esperando um milagre (...) o que não impediu que o tecido social viesse a se desintegrar.” Continuando, o autor cita como exemplo a expressiva migração para a Califórnia e o percentual elevado (25%) dos estabelecimentos rurais em Iowa que tiveram suas hipotecas executadas - “este processo foi chamado pelos americanos de “farmer’s strike.”

Depois da crise de 1929, a nova estrutura agrícola americana passou a contar com a ação intensiva do Estado para a sustentação dos preços agrícolas, mediante o controle da produção e dos estoques. Ao permitir a segurança e o retorno dos



investimentos, o Estado induziu também uma “onda de modernização”, via motomecanização e uso de fertilizantes, cabendo à ciência gerar novas máquinas e insumos para uma indústria necessitada de sair da crise. Foram esses elementos que introduziram a Segunda Revolução Agrícola nos EUA e, logo se espalhou aos países desenvolvidos na Europa.

Mesmo com essas transformações na economia, denominadas de políticas anti-cíclicas e embasadas pela ortodoxia Keynesiana, os EUA só se recuperaram da crise de 1929 com a Segunda Guerra Mundial, mas antes disso centenas de milhares de pessoas foram excluídas da agricultura americana. Com a guerra, os excluídos do campo encontraram nas cidades industriais um ambiente em grande crescimento econômico e com falta de mão-de-obra. Grande parte dos agricultores que ainda permaneceram produzindo no campo, subordinaram-se ao setor industrial de insumos e máquinas.

Assim, a situação dos EUA, nas últimas décadas tem sido de contínua exclusão. Destacamos um trecho do Relatório “**A Time to Act**” da Commission on Small Farms - United States Department of Agriculture National (USDA:01/1998)

“Em 1978, havia 2,3 milhões de fazendas no Estados Unidos, hoje, há dois milhões. Em 1980, 4 firmas controlavam 36% da carne de boi, hoje, 4 firmas controlam 80%. Em 1980, o fazendeiro recebia 37 centavos de todo dólar que o consumidor gastava em comida; hoje, recebe 23 centavos de todo dólar gastos em alimentação.

A industrialização da agricultura acelerou a verticalização das firmas integradas que controlam a maioria da produção e venda da comida e dos produtos agrícolas e fibras num processo crescentemente global de produção e distribuição, (...) Os agricultores competem num mercado onde as grandes empresas determinam os preços agrícolas resultando na contínua queda dos lucros dos pequenos fazendeiros.” (Tradução do autor; s.p) Internet: [reeusda.gov.agsys.smallfams](http://reeusda.gov.agsys.smallfams)

Na agricultura Norte-americana, se pratica a agropecuária mais avançada e modernizada do planeta. A atividade é altamente especializada e voltada para o mercado, apesar de receber polpudos subsídios públicos para manter a renda dos agricultores. Mesmo assim, o texto da Secretaria de Agricultura do governo

americano apresentou uma queda de 15% no número de estabelecimentos familiares em duas décadas. Por outro lado, mostra que a produção agropecuária vem sendo absorvida e dominada pelo setor agroindustrial, enquanto diminui o ganho dos agricultores. O fenômeno da exclusão no centro do sistema capitalista, mesmo levando em consideração que VEIGA (1991) e ABRAMOWAY (1995) destacam em seus trabalhos o caráter predominantemente familiar da Agropecuária Norte-americana, espelha uma situação que tende a ocorrer no Brasil, se mantidas as políticas agrícolas atuais.

#### **4.2.2. Agricultura Familiar e exclusão no Brasil.**

No Brasil, a estrutura fundiária remonta historicamente a um modelo concentracionista da terra. Desde o início da ocupação do território, poucos tiveram acesso a um pedaço de chão. Na primeira divisão fundiária, as capitâneas hereditárias, um território continental foi repartido em apenas 14 “donos”.

Apesar de retrocessos, a unidade de produção familiar teima há quase 500 anos em subsistir da terra. O irônico é que a situação desta temática não é nova. A exclusão e a negação do acesso a terra e, principalmente, em se manter nela, é coetâneo com a toda história da nação brasileira. Mesmo assim, em algumas áreas e regiões do país, a pequena propriedade familiar conseguiu se instalar, embora com muitas dificuldades para manter produzindo e subsistindo enquanto tal.

No Sul do país, num misto de colonização de povoamento e de exploração, vicejou a pequena produção familiar ao lado de grandes propriedades. Embora a nossa generalização não aprofunda essa questão, podemos dizer que as grandes propriedades se instalaram nas áreas de relevo pouco ondulado, como os campos gerais com pastagem nativa ou nas áreas com florestas de araucária, em grande parte também localizadas em áreas mais planas.

Já à pequena propriedade restou ocupar as terras íngremes e junto aos cursos fluviais. Apenas algumas áreas com relevo e solos mais favoráveis, também foram ocupadas por pequenas propriedades, mas intervaladas as grandes fazendas. Este fato ocorreu no noroeste do RS, em algumas áreas no litoral catarinense, no sudoeste e parte norte do Paraná, entre outras. Em geral, nas partes onde o relevo tende ao aplainamento, as “grandes” propriedades foram instaladas.

A situação de exclusão na produção familiar no Brasil tornou-se mais acentuada após a década de 1960. No bojo desse processo, haviam as negociações do acordo entre o MEC (Brasil) e USAID (EUA). A partir da experiência norte-americana gestada durante a Segunda Revolução Agrícola, o governo brasileiro implementou o projeto de modernização da agricultura, também denominada de “modernização conservadora da agropecuária brasileira” (GRAZIANO da SILVA:1979).

A modernização conservadora no Brasil, se deu quase no mesmo momento em que ocorria uma outra modificação importante a nível mundial, a “revolução verde”. Nestes dois processos foi dada ênfase na melhoria do padrão tecnológico, aplicado a agropecuária. Com isso, o Estado, as empresas, universidades e centros de pesquisa públicos e privados, reformulam seus ensinamentos e práticas agropecuárias em função dos novos aportes tecnológicos (EHLERS, 1996:39).

A “revolução verde” foi implantada, inicialmente, na Ásia e contava com auxílio de instituições públicas e privadas dos EUA. A finalidade era a de “solucionar” o problema da escassez de alimentos. Posteriormente, foi expandida a outros países subdesenvolvidos, caracterizando um processo de modificações genéticas nos cultivares sob um enfoque de elevada produtividade, manejo técnico dos ambientes de cultivo, com ênfase na adubação intensiva, controle de “pragas” pelo uso de agroquímicos e uso intensivo de energia.

No Brasil, a modernização da agricultura expressou a subordinação da agropecuária e a acumulação de capitais no setor industrial, a montante e a jusante da

produção agropecuária, sem efetuar mudanças estruturais que requeria a situação agrária do país. Este processo de modernização tecnológica foi comandado pelo Estado, via o Serviço Nacional de Crédito Rural, criado em 1965 (PIZZOLATTI, 1996:95). O crédito agrícola foi o principal instrumento para a tecnificação, mecanização e (re)concentração da propriedade da terra como reserva de valor, no período inflacionário.

Concebido com a finalidade de aumentar a produção de gêneros agrícolas, com cotação e potencial de atingir o mercado externo, o sistema estatal de financiamentos subsidiados possibilitou que as indústrias de insumos (adubos e agroquímicos), de maquinaria agrícola e as agroindústrias de transformação passassem a controlar grande parte das atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, esse fator permitiu que as margens de ganhos dos agricultores sofressem uma significativa redução, apropriada pelo setor agroindustrial e comercial, durante a fase de comercialização de insumos ou dos produtos agrícolas.

No Brasil, a modernização conservadora incorporou os preceitos da “revolução verde” e junto com o aumento de produtividade, ocorreu a dependência dos agricultores ao sistema de financiamento e ao uso de insumos modernos. Com o crédito subsidiado acessível apenas ao setor agrícola integrado ao mercado que tinha até 1982, garantias de preço mínimo para a produção, “os colonos recorreram aos empréstimos bancários” para adquirirem novos equipamentos agrícolas (PIZZOLATTI, op cit:96)

E, enquanto um pequeno grupo de agricultores aumentou o seu patrimônio pelo bom uso que fizeram do crédito rural subsidiado, as agroindústrias, o setor de máquinas agrícolas e de insumos se expandiram e se consolidaram como grandes grupos industriais verticalizados. Por outro lado, o contexto histórico e social em que ocorreu um acentuado êxodo rural, encontrou o setor urbano brasileiro em expansão econômica. Com isto, as grandes transformações no campo eram amortizadas socialmente, pois os egressos conseguiam uma colocação no setor de trabalho urbano em expansão.



Segundo a lógica governamental, com a absorção de novas técnicas mais produtivas, haveria condições de resolver a crise estrutural da agricultura brasileira, relacionada com sua baixa eficiência produtiva. Mas, por outro lado, a crise realmente estrutural, a da distribuição da terra, emergia no campo social e político através de manifestações e movimentos sociais das massas excluídas, como por exemplo as ligas camponesas, promotoras da primeira forma de luta pela reforma agrária no país (OLIVEIRA, 1985:48).

De forma não linear, o processo de exclusão se deu inicialmente, com parte dos agricultores que não tiveram acesso ao sistema de crédito rural. Acontecia que esses não participavam das relações formais de mercado e apenas vendiam os excedentes ocasionalmente ou na época de safra. Por terem uma produtividade menor e concentrada no momento da safra, se tornaram dependentes dos atravessadores que geralmente rebaixavam os preços dos produtos agrícolas.

Dada a situação, muitos jovens vêm abandonando as propriedades rurais. Geralmente migram para os centros urbanos e, depois de algum tempo, acabam por arrumar colocação para outros membros ou para o restante da família. Outro fator é que as pequenas propriedades são, na maioria das vezes, partilhadas por ocasião da morte do titular, resultando em áreas muito pequenas para manter uma família. Por não estarem inseridas em um processo de modernização, muitos não conseguem produzir e gerar recursos para a manutenção de sua família. Dessa forma só resta aos seus titulares a progressiva venda dos diminutos estabelecimentos.

No momento atual, a globalização da economia impõe uma nova e perversa modernização. O avanço da informática, da microeletrônica, da robótica, novas formas de produção e de administração, imprimem uma “nova revolução” na agricultura, ampliando a produtividade, a acumulação de capital nos setores monopólicos e oligopólicos e excluindo um número significativo de trabalhadores rurais.

Baseando-se em macro-agregados como produção máquinas e implementos, o BNDES<sup>11</sup> coloca que está ocorrendo uma tendência mundial na elevação do tamanho médio e, ao mesmo tempo, uma queda no número de propriedades rurais. Acreditamos, que por ser uma instituição financeira, a análise do BNDES procura destacar que o processo em curso tende a aumentar a produtividade da economia devido ao fato do departamento um (D<sub>1</sub>) da economia (setor produtivo de máquinas, equipamentos e bens de capital), apresentar demanda em expansão, resultando em aumento de lucros nesses setores. Na agricultura familiar, isso ocorre porque o processo em curso estimula a aquisição de máquinas e equipamentos mais produtivos, com a finalidade de se manterem enquanto pequenos produtores .

Assim, ao investir em novas tecnologias não significa que a situação dos agricultores tenha melhorado. Isso ocorre porque a nível de produção agropecuária, a reestruturação técnico-produtiva procura impor aos produtores familiares um aumento constante nos investimentos para expandir a produtividade. Com o afastamento do Estado das políticas de planejamento e principalmente, a garantia de que o preço mínimo, na maioria das vezes abaixo dos custos de produção, seja respeitado, o que ocorre é um processo de exclusão que afeta tanto o campo<sup>12</sup> como as cidades.

OLIVEIRA (1985), analisando os censos agropecuários em escala nacional, destaca que o número de estabelecimentos rurais explorados por camponeses vêm aumentando o que provaria que a produção camponesa resiste e busca se manter enquanto tal. Acreditamos que a tese de OLIVEIRA está correta, mas no que tange aos produtores familiares que de alguma forma ou outra, mantêm vínculos regulares com o mercado e uma situação legal e regular da propriedade, acreditamos, existe uma tendência gradativa de abandono do campo que passa pela estratégia de futuro dos filhos.

---

<sup>11</sup> BNDES, (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) área de operações industriais - setor de bens de capital; Máquinas e equipamentos agrícolas; 08/12/1995

<sup>12</sup> Só durante a vigência do Plano Real, argumenta-se que mais de 450.000 famílias abandonaram o campo, número maior que as 300.000 assentadas pelo programa de Reforma Agrária (seg. a propaganda governamental) e 1.500.000 assalariados perderam seus postos de trabalho na agropecuária brasileira. Diretrizes básicas para a agricultura. Programa de Governo da Coligação União do Povo Muda Brasil

Resultado do processo de reestruturação, que dispensa mão de obra, parcela dos filhos abandonam as propriedades. Estas, na fase de sucessão, se fragmentam por ocasião de heranças. Outras são vendidas pelos genitores ainda vivos que, após terem assegurada uma aposentadoria de salário mínimo pelo casal idoso, decidem viver perto dos filhos e vendem o estabelecimento para comprar uma residência urbana. Assim, é possível que o número de estabelecimentos pode estar aumentando mas pelo fracionamento de estabelecimentos familiares e pela ação de agricultores excluídos nas áreas de colonização tradicional que migram para áreas de fronteira agrícola e organizam pequenas explorações em terras não legalizadas. Ainda deve ser agregada a análise a situação de estabelecimentos rurais, localizados perto de grandes e médias cidades que gradualmente são transformados em sítios de lazer, ou se fragmentam para dar lugar a moradias para habitantes urbanos.

A exclusão dos agricultores pode ser resultante de duas situações. No primeira são afetados aqueles que não conseguem se reestruturar e acabam alijados do mercado em função da baixa produtividade. Na maioria dos casos, tendem retornar à produção de subsistência ou deixam o campo. Na segunda estão aqueles que conseguem efetuar investimentos necessários para se manter competitivos em função da necessidade de aumentar a produtividade mas que, devido os baixos preços dos produtos não conseguem saldar as dívidas contraídas.

Nesse contexto, números fornecidos pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) destacam que a crise da agricultura, iniciada em 1994, levou à desocupação de mais 400 mil famílias agricultoras. Este resultado foi maior do que a meta de assentamento pela reforma agrária para o período de 1994/98, em torno de 280 mil famílias. Acreditamos que os baixos preços dos produtos agrícolas desestimularam os pequenos produtores a se manter na agricultura.

Na tabela 3, numa comparação feita pela FENAMA (Frente Nacional dos Municípios Agrícolas) entre os dois produtos mais importantes para a agropecuária moderna, por serem ao mesmo tempo de consumo direto pela população e servirem como as principais matérias primas para o setor de carnes e de leite, a defasagem

entre preço mínimo estipulado pelo governo e de produção, a diminuição dos ganhos dos agricultores, em 1997 ficou mais evidente.

Tabela 3: DEFASAGEM ENTRE O CUSTO DE PRODUÇÃO E O PREÇO MÍNIMO DO GOVERNO (1997) - SOJA E MILHO

Produto	Preço Mínimo(R\$)	Custo (R\$)	Custo + 30%*	Defasagem %
Soja	8,88	11,21	14,57	64,0%
Milho	6,70	7,97	10,36	54,6%

\*Pela Lei (Estatuto da Terra<sup>13</sup>), o preço dos produtos agrícolas deveria ser igual ao custo de produção mais 30% (trinta por cento). Fonte: Fecotrigo (1997)

Procuramos reafirmar nossa análise, com base nos dados da tabela acima, mostrando que os ganhos dos produtores rurais vem sendo achatados, ao mesmo tempo que aumenta as suas necessidades de investimento. Esta necessidade decorre do processo de reestruturação técnico-produtiva em curso, que os obriga a ser mais produtivos para se manter no mercado. Acontece que muitos agricultores não conseguem fazer os investimentos necessários e tendem a ser excluídos da agricultura.

Os dados expressos na tabela 4 correspondentes ao período de 1993/96, mostram que enquanto a agricultura experimentou um aumento de produção, em contrapartida ocorreu uma diminuição nos rendimentos dos agricultores.

TABELA 4 -PRODUÇÃO E VALOR: ENQUANTO CRESCE A PRODUÇÃO, CAI A RENDA

Ano	CARNES		LEITE		PROD. AGRÍCOLA*	
	1.000 ton	R\$ milhões	1.000 ton	R\$ milhões	1.000 ton	R\$ milhões
1993	8.702	14.902	15.591	5.145	75.171	31.077
1996	10.778	12.530	19.021	5.136	78.126	30.288
Var %	+23,8%	-15,9%	+22,0%	- 0,17%	+ 3,9%	- 2,5%

\*algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja, trigo, mamona, algodão, amendoim, arroz, batata, cacau, café, cana, cebola, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, sisal, soja, tomate, trigo e uva.

Fontes: Agroanalysis, Safras e Mercados, ABPLB, Carta HM, Fecotrigo (1997) in FENAMA(1998).

Com auxílio dos dados expressos nas tabelas 1 e 2 acreditamos que esteja ocorrendo uma situação de empobrecimento. Em nosso entendimento, este fator de

<sup>13</sup> Art. 85. § 1º “Para fixação do preço mínimo se tomará por base o custo efetivo da produção, acrescido das despesas de transporte para o mercado mais próximo e da margem de lucro do produtor, que não poderá ser inferior a trinta por cento - Lei 4.504 (Estatuto da Terra) de 10/11/64, Editora Síntese, Porto Alegre, p. 60.”



empobrecimento pode ser um dos responsáveis pela exclusão de muitas famílias agricultoras do campo. Os dados apontam ainda, que houve um processo de transferência de renda, da agricultura para outros setores da economia.

Por outro lado, em que pese toda a incorporação de equipamentos nas propriedades familiares, estes são apenas meios de produção para o agricultor familiar e não tem a finalidade de acumulação patrimonial. Arriscamo-nos a dizer que, a exemplo da posse da terra, os investimentos produtivos constituem apenas meios de vida para o pequeno produtor rural. Com isto, o dispêndio em recursos para adquirir máquinas que aumentem a produtividade e reduzem o esforço físico do produtor, apenas funcionam como meios para que o agricultor familiar continue produzindo, sem que a situação econômica da maioria dos agricultores familiares tenha melhorado.

Desta forma, a subordinação da agricultura familiar ao mercado traz riscos e benefícios. Portanto, subordinando-se ao setor mais dinâmico da economia como indústria e serviços, o agricultor agrega valor aos seus produtos, mas os custos de investimento retiram, na mesma medida, grande parcela dos novos valores gerados. A criação de valor ocorre com mais rapidez e fluidez no setor industrial e, o produtor participa desse processo apenas como um gerador de matérias primas. Esse aspecto pode ser ampliado para o caso da produção daqueles produtos consumidos “in natura”, pois o controle do processo econômico tende a ser efetuado pela rede comercial.

Nesta situação, o processo de exclusão se aprofunda com a crescente subordinação da agricultura familiar ao mercado, resultando num gradativo e relativo desaparecimento da indústria artesanal rural e a expansão da produção para o mercado. Ao se tornar especialista em poucos produtos, o uso da mão-de-obra e do tempo fica direcionado à principal fonte de renda da propriedade. Diante disso, muitos preferem cultivar 1000 pés de fumo a mais ou criar mais suínos na atividade principal. Assim, ele precisa adquirir gêneros de primeira necessidade no mercado,

ao invés de gerar na própria propriedade rural, a base de sua subsistência. Além disto, há o aumento da necessidade em investir em meios de produção. Esses aspectos retiram, do agricultor familiar, a sua capacidade de resistir as oscilações de preços, de custos de financiamentos, ou de clima, entre outras.

Diante do exposto, definimos que a exclusão técnico-produtiva na agricultura familiar, significa um processo de desligamento do produtor direto das condições atuais de produção. A dificuldade de incorporar meios para se manter economicamente produtivo no interior da conjuntura econômica, resulta na sua exclusão produtiva, enquanto ator social, por outro mais “eficiente”, precarizando a sua condição humana.

Assim, no atual estágio do desenvolvimento capitalista que adentra um novo período de acumulação do capital, em função de políticas neoliberais de atuação global, a atividade agropecuária familiar está sendo, forçosamente, reestruturada. Esta reestruturação tem objetivos produtivistas de manter a acumulação de capital no setor agroindustrial-financeiro e garantir a sua capacidade de competitividade frente a concorrência interna e internacional.

Como a agricultura familiar, geralmente, trabalha com margens negativas ou diminutas de ganhos, ela está passando por uma situação conjuntural muito adversa. Com a queda da rentabilidade, muitos agricultores estão abandonando o campo. O aumento dos custos de produção e a redução dos ganhos dos agricultores indicam que o mercado e a lógica eminentemente financeira não conseguem resolver o problema estrutural de subsistência da agricultura familiar. Esta situação conjuntural pode até promover o aumento da produção em função do acréscimo de produtividade, mas persiste a questão da rentabilidade do trabalho dos pequenos agricultores. Esta pode até piorar e, desta forma, aumentar o processo de exclusão no campo.

No contexto colocado, consideramos que o setor de produção familiar está dependente de ações e políticas que não estão atentando para a sua especificidade sócio-econômica. Mesmo assim, esse setor vem passando por uma reestruturação técnico-produtiva que não visa a sustentabilidade do produtor rural, mas sim, a acumulação de capital nos setores a montante e a jusante do processo produtivo que se realiza no campo. Pensar uma reestruturação na agricultura familiar implica em diminuir a dependência do produtor familiar das oscilações do mercado, garantir o acesso a recursos condizentes<sup>14</sup> com as especificidades da agricultura e estimular a produção de acordo com as necessidades dos consumidores. Por outro lado, torna-se necessário que as práticas de planejamento incorporem, no Brasil, o relevante serviço prestado por um exército anônimo que produz grande parte da alimentação e das matérias primas que chegam aos centros urbanos.

#### **4.2.3. Agricultura Familiar e exclusão em Santa Catarina e no Oeste Catarinense:**

A situação da agricultura familiar em Santa Catarina, a exemplo de outras unidades da federação, está passando por um processo de reestruturação técnico-produtiva. Neste processo, tende a aumentar as perspectivas de exclusão de parcela dos agricultores familiares. Isso ocorre devido ao aumento dos investimentos em novas tecnologias, com tendência a aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, liberar mão-de-obra .

Em Santa Catarina, dados censitários publicados pelo IBGE de 1985e 1996, mostram que mais de 31.626 mil famílias de agricultores deixaram o campo entre o intervalo do censos agropecuários. Isso equívale a 14 % dos estabelecimentos agrícolas do Estado. Segundo o próprio IBGE, a média de moradores por domicílio particular caiu de 4,31 para 4,23, no período. Tomamos esse valor médio para

---

<sup>14</sup> Ao contrário de outras mercadorias, o dinheiro na forma de empréstimos para investimentos nunca apresenta custos negativos. As taxas de juros implicam sempre um acréscimo no momento de seu pagamento, ao contrário dos produtos agrícolas, muitas vezes comercializados abaixo do custo de produção.

calcular o número aproximado de pessoas que deixaram o campo. Assim, na última década, no mínimo 133.778 pessoas deixaram o campo. Ainda pelos dados do IBGE, no período 1991/2000, quando a crise na agricultura tornou-se mais severa, a diminuição média da população rural em Santa Catarina, foi de aproximadamente 1,27% ao ano. Esse número é preocupante pois não leva em conta o incremento populacional dado pelas taxas de natalidade. Segundo a mesma fonte, o número do pessoal ocupado na agricultura catarinense se reduziu em 168.600 trabalhadores.

Nesse contexto, as pesquisas de ALTMANN (1997:82) ao analisar a agricultura familiar e os contratos na agroindústria sinaliza para um número de “37 mil pessoas por ano nos últimos cinco anos, ou o equivalente a três mil pessoas ao mês ou cem pessoas ao dia” que deixaram o campo em Santa Catarina, no período 1991/96.

Esta situação se apresenta com mais gravidade na principal zona agrícola de Santa Catarina, o Oeste Catarinense. Com base nos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, entre 1985 e 1996, a evolução da estrutura fundiária, no Oeste Catarinense apresentou uma diminuição de 12,76% dos estabelecimentos rurais. Partindo de um total de 101.185 estabelecimentos rurais<sup>15</sup> em 1985, numa década estes diminuíram em 12.900 imóveis rurais.

Outrossim, enfatizando a década de 1990, numa reportagem sobre êxodo rural, publicada pelo jornal CORREIO RIOGRANDENSE em 07/02/1996, com utilização de dados da Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina, destaca-se

---

<sup>15</sup> Ao tomarmos como indicador o número de estabelecimentos familiares sabemos que este elemento pode apenas oferecer uma visão parcial da realidade. A variação no número de estabelecimentos não leva em consideração, por exemplo o número de estabelecimentos que foram fracionados por ocasião de partilhas por heranças. Isso pode mascarar nossos resultados pois ao mesmo tempo que está ocorrendo um processo de concentração fundiária existe uma situação de desconcentração que partilha ainda mais, os pequenos estabelecimentos rurais. Esse fato é importante porque no caso do Oeste Catarinense a colonização teve seu auge entre as décadas de 1940/50 e muitos estabelecimentos (foram) estão sendo partilhados, entre os herdeiros, nas décadas de 1980/90.



que de um total de 32.000 estabelecimentos rurais que desapareceram em SC, vinte mil estavam localizados no Oeste Catarinense.

Ainda nesse sentido, projeções feitas pelo Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedade da EPAGRI em Chapecó/SC, apontam que apenas 36% dos estabelecimentos agropecuários no Oeste Catarinense são viáveis economicamente. Os pesquisadores responsáveis pelo estudo, estimam que cerca de 250.000 pessoas podem ser excluídas da produção agrícola comercial, a partir de um total de 1,1 milhões de habitantes, nos próximos anos se nada for feito para evitar esse processo. (TESTA *et al.*, 1996).

A causa dessa situação, segundo o trabalho citado, está relacionada a concentração expressiva da suinocultura. Os pesquisadores destacam como fatores conjunturais adversos à agricultura, a diminuição do crédito agrícola, as altas taxas de juros, o esgotamento dos recursos naturais, a redução da área plantada e a queda da rentabilidade dos cultivos. O trabalho nomeia ainda dificuldades estruturais como a distância dos centros de consumo, a escassez de terras nobres, o esgotamento da fronteira agrícola, a alta densidade demográfica rural e estrutura fundiária pulverizada, com 40% dos estabelecimentos menores que 10 hectares (*op.cit.*:24/ 25)

Além da análise do Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedade da EPAGRI, destacamos dados mostrando que processo de reestruturação no setor suinícola, resultou na exclusão de 63% dos produtores de suínos. Esse número, é resultado de informações publicadas no jornal Diário Catarinense em 12/04/98. Segundo este, "...dos 67 mil produtores de suínos em 1980, hoje são menos de 25 mil". Ao mesmo tempo, o jornal A Notícia (30/08/98) publicou que produção de suínos entregues às agroindústrias aumentou em torno de 43,5%, nos anos 1997/98. Diante destes aspectos, acreditamos que o aumento na produção suinícola contribuiu para o achatamento de preços pagos aos produtores. Ao mesmo tempo, as transformações técnicas na suinocultura, aumentaram a produtividade de tal forma

que compensou o desligamento de mais da metade dos agricultores familiares que produziam suínos, comercialmente.

A esse respeito, PIZZOLATTI (1996:101) estudando os efeitos da globalização na pequena produção “integrada” ao setor das agroindústrias de carne de frango e suínos, no Oeste Catarinense, verificou que:

“ mesmo não se tornado por completo a exclusão dos elevados índices de 40 a 50% dos atuais “integrados” (...) há possibilidade de centenas de pequenos produtores serem desligados do sistema porque desde o início dos anos 90, o processo vem acontecendo, estando mais evidente a partir de 1995 a eliminação dos mais fracos e dos que não conseguem se reestruturar”

O autor citado comenta ainda que, ao mesmo tempo que o sistema exclui, inclui aqueles com capacidade de investimento, de incorporar novas tecnologias e crescente especialização na atividade integrada. Da mesma forma, segundo o autor, a empresa integradora prefere manter os produtores que conseguem conjugar a ultra especialização da atividade comercial, no caso a criação de frangos, perus, suínos, leite e fumo, com um alto volume de trabalho acessório e produção diversificada.

As transformações em curso estão afetando um grande número de agricultores familiares. Excluídos do sistema de “integração” agroindustrial, esses produtores têm diminuído os seus ganhos, ao mesmo tempo que a sua autoestima pessoal e laboral são destruídas. A diminuição dos ganhos com a atividade agropecuária, em nosso entender, está sendo uma das principais causas para o agricultor deixar o campo. Esse aspecto é tão significativo, que o grupo de técnicos que está montando o “Projeto Microbacias 2<sup>16</sup>”, formado por profissionais da EPAGRI, ICEPA, CIDASC

---

<sup>16</sup> Em SC o Projeto Microbacias é uma tentativa do poder público em reverter os problemas ambientais nas propriedades rurais associando aspectos de melhoria de produtividade e da renda dos agricultores, com práticas sustentáveis de manejo de solo e água nas 1.683 microbacias hidrográficas. A inovação do projeto consiste na tentativa de compatibilizar e inserir a sustentabilidade ambiental e da produção agrícola e promover a conscientização de um uso mais racional dos solos, com o controle dos problemas erosivos e da poluição hídrica. Na fase 2, em que os recursos de mais de 150 milhões estão em fase de aprovação pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o grande desafio está sendo em gerar novas oportunidades num espaço geográfico determinado a partir da compatibilização das noções competitividade e solidariedade.

e Secretária da Agricultura de SC, elegeram a dimensão renda como um dos principais pontos a ser trabalhado pelo projeto, juntamente com a dimensão sustentabilidade ambiental e a produtividade.

O diagnóstico do Projeto Microbacias 2, a respeito da situação atual do setor agrícola de Santa Catarina aponta que:

‘É significativa a parcela da população rural que passa por um processo de empobrecimento. A ausência de perspectivas de geração de renda para assegurar mínimas condições de vida vem expulsando famílias rurais para os principais centros urbanos regionais ou estaduais, predominando entre os migrantes, os jovens. No meio rural, as propriedades dos migrantes são vendidas para os vizinhos, para as pessoas da cidade, arrendadas ou simplesmente abandonadas(ICEPA:1998 p.2)’.

Diante da citação, os técnicos ligados a instituições públicas e a classe política têm ciência do problema. Mas, diferente do diagnóstico do Projeto Microbacias, supomos que a crise não envolve apenas o campo, mas a relação produtiva, representada pelo setor agrário e os setores que adquirem e transformam os produtos agrícolas.

Nesta relação produtiva que envolve agricultores, cooperativas, Estado e agroindústrias, destacamos que em Santa Catarina, os agricultores familiares tendem a apresentar um razoável padrão de modernização agropecuária, devido ao constante acompanhamento técnico propiciado pelas agroindústrias, cooperativas e técnicos do governo. O processo de competição que foi estimulado pela abertura comercial, iniciada no governo Collor de Mello, no início dos anos 90, e os reflexos do Plano Real sobre a agricultura a partir de 1994, possibilitaram à população urbana aumentar o consumo de produtos alimentícios a custos menores. Com isso, os preços de alguns produtos fundamentais à agricultura catarinense ficaram abaixo do custo de produção, como frango, suínos, leite e milho. Por outro lado, também o setor agroindustrial enfrentou achatamento de preços<sup>17</sup>(ICEPA:1997/98). Esta situação, forçou as empresas a adequar suas estruturas de produção a conjuntura vigente e,

---

<sup>17</sup> O caso do frango, elevado pelo *merchandizing* governamental como a âncora do Plano Real sinaliza, como os produtos agrícolas apresentaram queda de preços e aumento de consumo.

desta forma, lançaram um processo de investimentos para aumentar a produtividade e reduzir seus custos de produção.

“A situação crise” do sistema agroindustrial durou até o início de 1998. Nesse processo, ao mesmo tempo em que faziam investimentos para ampliar a produtividade e elevar seus lucros, as agroindústrias e cooperativas passaram a enfrentar problemas financeiros, de gestão empresarial e de competitividade comercial. No Oeste Catarinense, empresas do ramo frigorífico como Ceval, Perdigão e Chapecó, mudaram de controladores acionários e ainda fecharam unidades. A maioria das agroindústrias da carne diminuíram operações de abate e estão investindo na geração de novos produtos com maior valor agregado como alimentos congelados prontos para consumo ou semi prontos.

A recuperação do setor agroindustrial está ligada aos novos investimentos em tecnologias mais produtivas tanto parte das empresas, como pelos agricultores que produzem frangos e suínos. Outro aspecto que melhorou a situação das empresas, resultou da desvalorização forçada da moeda nacional durante a crise do balanço de pagamentos e fuga de divisas em dólares, no início de 1999.

Por outro lado, as cooperativas agropecuárias que atuam na área estão em situação difícil. As cooperativas como a de São Miguel do Oeste (Cooper São Miguel), de Cunha Porã (Auriverde) e São Lourenço D'Oeste (Caslo), entraram em processo falimentar durante o ano de 1998 e estavam em negociações para serem incorporadas a CooperCentral<sup>18</sup>. Já as cooperativas de Palmitos (Cooperarco) e de Descanso (Cooper Santa Lúcia), estão em negociações para uma fusão ou incorporação a fim de viabilizarem suas operações. O apoio do governo federal com o aporte de 150 milhões de reais pretende revitalizar o setor. Para isso as

---

<sup>18</sup> Central de cooperativas controlada por cooperativas do Oeste Catarinense, detendo algumas parcerias no RS e MT. Está é proprietária da marca AURORA e controla frigoríficos de suínos, de frango, indústrias de sucos. Também está investindo em outras alternativas como a erva-mate. No Oeste Catarinense, é o maior abatedor de suínos e suas cooperativas filiadas tem a função principal de garantir a matéria prima para industrialização.



recomendações expressas são “eficiência, profissionalização, redução de custos e ganhos de escala”, Ainda, segundo as palavras do presidente da Federação da Agricultura de SC e vice presidente da Coopercentral, em maio de 1998, destacando a necessidade de profissionalização e preparação para concorrência no mercado: “uma cooperativa tem que ser competitiva e agressiva no mercado e para isso precisa baixar custos”

Julgamos que a crise das cooperativas decorre de dívidas contraídas. Desde o início do Plano Real elas aumentaram o seu endividamento e pagam, na maioria dos casos, juros reais muito superiores a inflação. Ao mesmo tempo, os produtos agrícolas enfrentaram acentuada queda de preços. Outro problema a ser destacado é o fato de que estas empresas não praticam uma gestão profissional de tipo capitalista. Com isso, apresentam excesso de funcionários, e funcionam com baixa produtividade. Os próprios agricultores filiados entendem que a cooperativa foi organizada para ajudá-los e não aceitam uma gestão profissionalizada e baseada em contratos, em que as empresas e os agricultores filiados têm obrigações específicas.

Outro aspecto que contribui para a crise das cooperativas agropecuárias resulta das dívidas dos agricultores filiados com estas empresas. Na área de estudo observamos que os principais produtores rurais, membros da cooperativa local, são os que apresentam, também, os maiores débitos. E, embora esses agricultores tenham se reestruturado sob orientação técnica das cooperativas, estes não tem conseguido gerar saldos positivos para quitar os seus débitos.

Decorrente da situação colocada, as cooperativas agropecuárias estão sendo forçadas a se reestruturarem e, por sua vez, forçam os agricultores filiados a fazer o mesmo. Verificamos em conversas com agricultores e com diretores da cooperativa local que “...talvez seja necessário não aceitar mais os agricultores que tenham

produção pequena e que não cubram os custos de mantê-los como sócios cotistas da cooperativa”.

Com isso, o processo de reestruturação técnico-produtiva vem forçando a modernização das estruturas de produção no campo. Com as transformações em curso, a produção familiar tende a aprofundar sua dependência do mercado. Os produtores familiares que não se inseriram nesta ótica de produção podem ser excluídos do processo produtivo e, gradativamente, abandonar o campo. Mesmo aqueles que conseguem se reestruturar e produzir segundo as exigências atuais, correm esse risco. Isto acontece porque não existem sistemas de regulação e de proteção, seja via Estado, seja por parte das empresas, para que os investimentos que os agricultores estão fazendo sejam amortizados pela venda da sua produção.

Portanto, consideramos que a situação da agricultura familiar, subordinada ao mercado, tende a apresentar uma situação em que os riscos de continuar produzindo são muito altos. Para que este setor continue produzindo e ofertando alimentos é importante a minimização dos riscos por políticas capazes garantir o retorno dos investimentos e dos ganhos dos agricultores. A sobrevivência da atividade produtiva na agricultura de pequena escala, torna-se necessária pois, segundo dados já citados neste trabalho, este setor é tão ou mais produtivo que o patronal, com o benefício de ser socialmente mais equitativo.

Nesta nova relação de “produzir mais com qualidade”, os agricultores vêm se lançando num processo de adequação de suas estruturas de produção, justamente num momento conjuntural muito adverso. Com o lançamento do Plano Real, os preços dos produtos agrícolas tiveram quedas acentuadas e, por outro lado, os custos de investimentos no tocante a empréstimos bancários sempre foram elevados e muito acima dos indicadores de preços ou da inflação. Dos problemas colocados, talvez o mais grave ainda seja relacionado com as finanças. Ocorre que a maioria dos

investimentos foram efetuados com empréstimos bancários, a taxas de juros muito altas se comparadas com a evolução dos preços dos produtos, da inflação e do volume do investimento em relação ao retorno esperado pelos agricultores. Esses aspectos resultaram, em alguns casos, em dívidas maiores que o valor venal de muitas propriedades rurais.

Assim, acreditamos que as duas situações trazem complicadores. Na primeira, temos um processo de modernização a partir de uma reestruturação com riscos porque mesmo havendo novos investimentos e maior produtividade, o retorno financeiro não está garantido. Na segunda, o produtor tende a ser excluído antecipadamente do mercado, a não ser que o consumo interno cresça em função de aumento na renda social e esse produtor possa ser incorporado ao sistema.

Outra forma de exclusão decorre do individuação que os agricultores fazem para acompanhar a reestruturação em curso. Com a queda constante dos ganhos, apropriados em grande parte pelo setor de máquinas, insumos, atravessadores e agroindústrias, ocorre o empobrecimento dos agricultores e, com isso, o abandono do campo. Entre os vários processos causadores do êxodo rural, acreditamos que estes são os mais típicos a atingir a produção familiar, neste momento histórico. A seguir analisaremos como as condições locais estão reagindo ao processo de reestruturação e de exclusão, em curso.

## **5. A ORGANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO MEIO RURAL EM GUARACIABA-SC:**

O padrão da produção agropecuária e as suas características em Guaraciaba foram analisadas nos capítulos dois e três. As características atuais e os elementos condicionantes do processo de reestruturação técnico-produtiva no “mundo rural”<sup>1</sup>, em Guaraciaba-SC, foram analisadas a partir de vários indicadores. Entre eles, a disponibilidade de mão-de-obra, a sua alocação produtiva e o grau de preparação educacional; a tecnologia utilizada através de equipamentos e de instalações de produção; o uso do solo através da área cultivada, a produção agropecuária e as fontes de ganhos na produção familiar. O Censo Agropecuário Municipal, realizado em 1998, pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba e pela Empresa de Pesquisa Agrícola de SC (EPAGRI)<sup>2</sup> constitui-se na principal fonte dos dados analisados. Esse levantamento foi aplicado nos estabelecimentos rurais do município, perfazendo um total de 1.121 famílias.

### **5.1. A exploração da terra em Guaraciaba-SC:**

Visando analisar as características gerais dos estabelecimentos recenseados, levantamos a exploração da terra a fim de caracterizar o tipo de organização das práticas agropecuárias. Os resultados alcançados estão dispostos nas tabela 5.

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma nova maneira de abordar as especificidades do conceito de rural. A conceituação de “mundo rural” procura avançar numa significação mais aprofundada dos fenômenos que acontecem no campo, incorporando todas as atividades produtivas que estão em desenvolvimento no espaço rural. São atividades que vão além do setor primário como a agricultura, pecuária e extrativismo e incorporam novos fatores produtivos como a transformação de bens finais no setor secundário e a gradual expansão do terciário em atividades de lazer, turismo, gastronomia, comércio e hospedagem. Esse conceito vem tendo grande atuação junto a setores governamentais que procuram estimular alguns programas de estímulo à novas atividades econômicas no espaço rural.

<sup>2</sup> Os dados oficiais do referido Censo ainda não estão publicados. Tivemos acesso aos dados graças a funcionários da Prefeitura Municipal de Guaraciaba e do escritório regional da EPAGRI em São Miguel do Oeste-SC.

**Tabela 5. Exploração da terra de Guaraciaba/SC – 1998**

CLASSES/hectares	TERRAS PRÓPRIAS				ARRENTA TERRAS PARA TERCEIROS			
	Nº. Absoluto		Nº. relativo		Nº. Absoluto		Nº. relativo	
	estab.	Há	estab.	ha	estab.	Ha	estab.	ha
+ 0,1 e - de 05	189	442,8	17,0	2,3	1	8,6	2,0	2,3
+ 5,1 e - de 10	254	2.032,9	23,0	11,3	7	42,5	14,4	12,3
+ 10,1 e - de 25	519	7.897,2	47,0	43,6	29	164,2	59,2	45,0
+ 25,1 e - de 50	121	4.458,8	10,8	24,6	8	69,0	16,3	18,9
+ 50,1 e - de 75	16	907,3	1,5	5,0	3	76,7	6,1	21,0
+ 75,1 e - de 100	4	329,0	0,35	1,8	0	0,0	0,0	0,0
+ de 100,1	4	2.061,8	0,35	11,4	1	5,0	2,0	1,4
<b>TOTAIS*</b>	<b>1.107</b>	<b>18.129,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>49</b>	<b>365,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

CLASSES/hectares	ARRENTA TERRAS DE TERCEIROS				USA TERRAS EM PARCERIA			
	Nº. Absoluto		Nº. relativo		Nº. Absoluto		Nº. relativo	
	estab.	ha	estab.	ha	estab.	Há	estab.	ha
+ 0,1 e - de 05	81	586,4	47,9	41,6	10	61,0	45,5	16,7
+ 5,1 e - de 10	41	236,0	24,3	16,7	4	32,0	18,2	8,7
+ 10,1 e - de 25	32	200,5	18,9	14,2	5	45,0	22,8	12,3
+ 25,1 e - de 50	14	308,5	8,3	21,9	1	6,0	4,5	1,6
+ 50,1 e - de 75	1	80,0	0,6	5,6	0	0,0	0,0	0,0
+ 75,1 e - de 100	0	0,0	0,0	0,0	1	10,0	4,5	2,7
+ de 100,1	0	0,0	0,0	0,0	1	212,8	4,5	58,0
<b>TOTAIS*</b>	<b>169</b>	<b>1.411,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>22</b>	<b>366,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Quatorze entrevistados não declararam e/ou apresentaram dados incompletos

Fonte: Censo Agropecuário de Guaraciaba, Pref. Municipal e EPAGRI, 1998.

Com base nos dados da tabela 5 podemos perceber o predomínio absoluto de estabelecimentos com menos de 50ha, alcançando 97,8% dos estabelecimentos e 81,8% da área agrícola do município. A classe mais expressiva estava entre 10 e 25ha abrangendo 47% de todos os estabelecimentos e 43,6% da área agrícola detentora de terras próprias. Com isso, predomina a agricultura feita em pequenas propriedades. O número elevado de estabelecimentos com menos de 25há, ou seja 87,0% do total, indica, que a maioria destes originaram-se de um processo de partilha, por ocasião de heranças ou de venda de parcelas do lote inicial. Essa afirmação decorre do fato de que no processo de colonização a maioria dos lotes foram delimitados em torno de 24 hectares.

Entre os proprietários rurais que mais necessitam arrendar terras estão aqueles que detém estabelecimentos com dimensões reduzidas, ou seja, inferiores a 10há, alcançando 72,2% dos estabelecimentos rurais que arrendam terras de terceiros. Esse aspecto indica a tentativa de subsistir, enquanto produtor familiar, através do trabalho em terras alugadas.



Na área da pesquisa, o arrendamento de terras tem sido pago em produtos agrícolas, na proporção de  $\frac{1}{3}$  dos resultados da colheita. Assim cabe ao proprietário da terra  $\frac{1}{3}$  dos produtos colhidos e  $\frac{2}{3}$  ao executor do trabalho. Outro tipo de arrendamento ocorre quando as terras são alugadas a suinocultores. Nos contratos de arrendamento ou em acertos verbais são estipulados, antecipadamente ao plantio, um determinado valor em sacas de milho ou em quilos de suínos. Isso ocorre porque o criatório de suínos necessita de milho para sua principal alimentação.

A expansão da suinocultura comercial nos últimos anos, obrigou grande parte dos produtores familiares a aumentar a produção de milho. As empresas estimulam ou exigem que os criadores de suínos em ciclo completo, mantenham um plantel de no mínimo 30 matrizes e produzam de 70 a 80% do milho consumido pelos animais. Com isso, a necessidade de milho aumentou e o aluguel de terras foi a maneira que muitos suinocultores encontraram para conseguir o alimento necessário à sua atividade.

Alguns agricultores que possuem estabelecimentos de reduzidas dimensões trabalham as terras em parceria. Na maioria dos casos, o produto cultivado tende a ser o fumo. Essa maneira de organizar o processo produtivo decorre do fato de que a cultura necessita de pouca terra, muito trabalho e investimentos constantes. Nesta situação, ocorre uma “parceria” entre o dono da terra, possuidor dos galpões de secagem e determinadas pessoas que entram com, o trabalho necessário do início ao fim da safra. Após a venda da produção, os resultados da colheita são, divididos entre as partes, cabendo 50% a cada um dos parceiros.

## **5.2 Disponibilidade de mão-de-obra e grau de educação dos agricultores e familiares.**

Para examinar mais de perto a produção familiar e partindo da definição de CHAYANOV (1974), que destaca a junção entre a unidade de produção e a de consumo, tendo a disponibilidade de mão-de-obra como um dos fatores determinantes no comportamento econômico da pequena produção familiar,

procuramos analisar este aspecto nos estabelecimentos rurais que fizeram parte do censo agropecuário municipal. Os resultados estão organizados na tabela 6.

**Tabela 6: Distribuição da mão de obra por faixas etárias.**

Faixas etárias	Total absoluto	Total %
- 12 anos	881	19,47
- 20 anos	711	15,71
- 40 anos	1.363	30,12
- 65 anos	1.295	28,62
+ 65 anos	275	6,08
Totais	4.525	100,0

Fonte: Censo agropecuário rural de Guaraciaba, Pref. Municipal e EPAGRI, 1998

Conforme os dados da tabela 6, a maior disponibilidade de mão de obra ocorre entre os indivíduos adultos com mais de 20 e menos de 65 anos. Essas duas faixas de idade correspondem a 58,74% da população total. Por outro lado, observamos que o número de jovens de 12 a 20 anos é bastante reduzido, correspondendo a menos de uma pessoa por estabelecimento recenseado. Em nossa opinião, esse fator está relacionado com o abandono dos jovens do meio rural. Os dados sintetizados no quadro 1, apresentam um resumo da distribuição das atividades laborais nos estabelecimentos rurais em Guaraciaba/SC.

**Quadro 1: Estrutura do trabalho nos estabelecimentos rurais de Guaraciaba/SC-1998**

Total de trabalhadores nos estabelecimentos rurais	Pessoas que não exercem atividades nos estabelecimentos rurais	Média de horas que os agricultores trabalham por dia	Média de dias que os agricultores trabalham por ano	Média de trabalhadores nos estabelecimentos rurais	Média de dias trabalhados por ano nos estabelecimentos que contratam mão-de-obra ocasional	Número de estabelecimentos rurais que com-tratam trabalhadores ocasionais
3577	948	7,2	273	3,2	65	21

Fonte: Censo agropecuário rural de Guaraciaba, Pref. Municipal e EPAGRI, 1998

Dos números destacados no quadro 1, chamamos atenção para a média de 3,2 trabalhadores por estabelecimento rural. Para nós, este aspecto aponta para uma organização da produção, em que o casal de agricultores ainda é o fator de produção mais importante nos estabelecimentos rurais. Ao mesmo tempo, esses valores podem refletir, uma redução na quantidade de mão-de-obra disponível na agricultura familiar. Outro aspecto significativo, refere-se ao número de apenas 21 estabelecimentos que contrataram mão-de-obra ocasional.

O baixo número de mão-de-obra existente nos estabelecimentos rurais, tende apontar para um processo de tecnificação através da utilização de tecnologias poupadoras de trabalho. Para tanto, procuramos analisar os resultados referentes a educação formal dos agricultores, fator que pode contribuir para definir as decisões familiares no tocante ao investimento em novas técnicas e equipamentos.

**Tabela 7: Instrução formal da população rural em Guaraciaba/SC-1998**

GRAU DE INSTRUÇÃO	VAL. ABSOLUTOS	VALORES RELATIVOS
Não alfabetizados <sup>3</sup>	601	13,28
Primário incompleto	822	18,16
Primário completo	1.748	38,62
Ginásio incompleto	768	16,98
Ginásio completo	280	6,19
Segundo grau incompleto	163	3,61
Segundo grau completo	113	2,50
Curso superior incompleto	19	0,42
Curso superior completo	11	0,24
<b>Totais</b>	<b>4.525</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Agropecuário Municipal, Pref. Municipal de Guaraciaba e& EPAGRI, 1998

Na análise dos dados da tabela 7, observamos que a maior parte da população apresentou baixo nível de escolaridade. Apenas cerca de 13% possuíam mais de 8 anos de estudo. Nesta situação, presumimos que, esse grupo é o que apresentaria condições técnicas de optar, por processos de incorporação tecnológica, com a finalidade de substituir o uso de mão-de-obra familiar para aumentar a produção agropecuária.

Tal como os dados levantados pelo Censo, confirmamos fato semelhante com as de pesquisas que realizamos em 49 propriedades rurais de Guaraciaba-SC, durante o ano de 1995. Constatamos que 28,5% dos agricultores que ficaram de oito anos ou mais na escola produziram 39% dos produtos agrícolas vendidos. O restante dos agricultores, 71,5% que apresentavam escolaridade menor do que oito anos, produziram e venderam 61% dos produtos agrícolas. Para fins de comparação, transformamos esses valores num índice proporcional de base 100. Os agricultores com mais anos de escolaridade apresentam um índice de produtos vendidos de 136 e os produtores rurais, com menos escolaridade, um índice de 86. O diferencial de

produtividade entre os dois grupos foi de 50%. Desta forma, mesmo numa pesquisa de reduzida amplitude foi possível observarmos que um maior nível de escolaridade apresenta correlação positiva com a produtividade. Assim, acreditamos que o fator educacional pode responder pela ampliação da produtividade. Ao mesmo tempo, achamos que agricultores com mais escolaridade tendem a optar por técnicas e equipamentos que diminuam a penosidade<sup>4</sup> do trabalho e aumentam a produtividade agropecuária. (GRANDO:1996)

A seguir analisaremos a disponibilidade de equipamentos agropecuários no município enfocado. Para isso levamos em consideração o tipo de equipamento agropecuário levando em consideração o tempo de aquisição segundo três aspectos: equipamentos com tecnologia tradicional baseadas na força humana ou animal; equipamentos resultantes da modernização conservadora, inseridas na área a partir da década de 1970 e aqueles incorporadas à produção a partir do início da década de 1990, na área da pesquisa

### **5.3. Disponibilidade de equipamentos:**

A utilização de equipamentos pode revelar as condições em que o processo produtivo vem sendo efetivado. Mesmo assim, é importante destacar que a análise do processo produtivo, a partir dos elementos utilizados para viabilizar a produção, não é suficiente para caracterizar e analisar o objeto de estudo. Outros fatores também são importantes como a estrutura fundiária, organização sócio-cultural, características naturais como relevo, clima, solos, conjuntura econômica, entre outros. A tabela 8 ressalta os equipamentos disponíveis em Guaraciaba.

---

<sup>3</sup> No grupo de não alfabetizados, 509 são crianças que não atingiram a idade escolar.

**Tabela 8- Equipamentos de trabalho em 1021 imóveis rurais: Guaraciaba/1998:**

Tipos de equipamentos	Unidades	Imóveis recenseados %
Arado de discos <sup>2</sup>	157	15,38
Arado subsolador <sup>3</sup>	239	23,40
Batedor de cereais <sup>3</sup>	132	12,93
Carreta para trator <sup>2</sup>	156	15,78
Carreta agrícola motorizada <sup>2</sup>	38	3,72
Colheitadeiras <sup>2</sup>	19	1,86
Desintegrador de cereais <sup>3</sup>	302	29,59
Distribuidor de esterco - tração mecânica <sup>2</sup>	100	9,79
Motores Elétrico bifásicos/trifásicos <sup>3</sup>	255	24,98
Motores a diesel <sup>1</sup>	119	11,65
Motosseras <sup>2</sup>	407	39,86
Ordenhadeiras <sup>3</sup>	87	8,52
Plantadeira de tração animal <sup>2</sup>	403	39,47
Plantadeira de trator <sup>2</sup> convencional	52	5,09
Plantadeira de trator - plantio direto <sup>3</sup>	93	9,11
Pulverizador de barras – trator <sup>2</sup>	130	12,73
Pulverizador de barras – tração animal <sup>2</sup>	39	3,82
Resfriadores de leite <sup>3</sup>	203	19,88
Trilhadeiras de cereais <sup>1</sup>	726	71,11
Tratores <sup>2</sup>	188	18,41
<b>Outros equipamentos</b>	<b>1.153</b>	<b>112,93</b>

<sup>1</sup> Tecnologias tradicionais baseadas na força humana ou animal

<sup>2</sup> Tecnologias resultantes da modernização conservadora, inseridas na área a partir da década de 1970

<sup>3</sup> Tecnologias incorporadas à produção a partir do início da década de 1990, na área da pesquisa.

Fonte: Censo agropecuário Municipal, Pref. Municipal de Guaraciaba & EPAGRI, 1998

Analizamos os dados da tabela 8 sob vários aspectos. O primeiro se refere àquelas tecnologias ditas “tradicionais”, como carroção de boi, trilhadeiras e motores estacionários de combustão interna. Em que pese a diferença tecnológica entre uma baseada na força animal e outra baseada na força como a trilhadeira, o elemento que permite juntá-las no mesmo grupo se refere a incorporação dessas tecnologias que vai desde o início da colonização até meados da década de 1970.

Certos equipamentos, como o carroção de boi, presente em 96,77% dos estabelecimentos rurais e a trilhadeira em 71,11% mostram que os agricultores ainda dependem de equipamentos que poderiam ser considerados tecnicamente obsoletos para funções essenciais nas propriedades rurais, representando fatores de trabalho e

<sup>4</sup> ABRAMOWAY (1995:93/94) analisa o aspecto da aversão do agricultor à penosidade do trabalho como um dos elementos do comportamento microeconômico na tomada de decisões para investimentos.



não de aplicação de recursos. Esses equipamentos, ainda tem sido necessários, principalmente para serviços rotineiros do dia a dia.

O carroção de boi vem sendo útil ao trabalho familiar, porque grande parte das lavouras se situam em imóveis rurais com topografia acidentada, o que dificulta a tração mecânica. A esse respeito, os dados apontam que 79% da área do município é ondulada e acidentada. Com isso, existe pouca superfície agricultável que permite uma maior utilização da tração mecânica.

A trilhadeira de cereais tem sido utilizada para debulha de cereais. Muitos agricultores pagam para fazer a colheita mecânica com parcela do produto comercial e mantêm a trilhadeira para debulhar os cereais utilizados à subsistência da propriedade, os quais foram colhidos manualmente e armazenados em galpões ou paióis.

Consideramos que equipamentos tradicionais não são incompatíveis na atividade agropecuária comercial como a fumiçultura e a suinocultura que apresentam dinamismo importante em Guaraciaba-SC. Como diz GRAZIANO da SILVA (1991) “... não se pode fazer uma crítica isolada das tecnologias, mesmo porque elas são métodos e processos de organização da produção adequados ao sistema no qual se inserem. A tecnologia adotada num determinado momento histórico concreto é a expressão das relações de produção (...) e dos fenômenos sociais existentes.”

Outro aspecto ligado ao uso de equipamentos e, talvez, o mais emblemático pela sua associação com as políticas de modernização da agricultura trata do uso da tração mecânica e dos equipamentos associados como máquinas de plantar, de aplicar agrotóxicos, de revolver o solo, entre outras, utilizadas a partir da década de 1970 por estímulo do Estado. Contudo, o seu uso vêm sendo aprofundado atualmente para dar suporte as novas técnicas como por exemplo o plantio direto. Nessa situação foram introduzidas novas culturas comerciais e estimuladas outras, mediante

subsídios diretos, como o trigo e a soja, cultivos que permitem sua mecanização desde o plantio até a colheita.

Os equipamentos que se destacam são o trator, o arado subsolador e a plantadeira de tração mecânica para plantio direto. Para definir a intensidade do uso de equipamentos de tração mecanizados dois elementos orientarão a nossa análise: a disponibilidade de terras aptas à utilização de tratores e o tamanho dos estabelecimentos rurais.

Acreditamos que o número de tratores em relação ao número de estabelecimentos rurais deve ser relegado a um segundo plano de avaliação. Ao cruzarmos os dados do tamanho dos estabelecimentos com a disponibilidade de tratores, observamos que os estabelecimentos menores que 10há não declararam possuir tratores. Assim, em apenas 60% dos estabelecimentos rurais de Guaraciaba-SC, a tração mecânica teria condições de ser viável economicamente. Esse aspecto decorre do fato de que na agricultura praticada em Guaraciaba predominam cultivos de ciclo anual como o milho, o feijão e o fumo. O tamanho reduzido dos imóveis e o tipo das culturas praticadas não geram saldos que permitem aos agricultores investirem em motomecanização.

Nesse sentido, na área de estudo, segundo os dados do Censo Agropecuário Municipal (1998), a área apta à mecanização, apontada pelos agricultores foi 5.363há. Destes já se encontram mecanizados 4.200ha. Dividindo-se o número de tratores pela área que os agricultores consideraram aptas à mecanização, verificamos que existia um trator para cada 27ha. Diante deste resultado e observando a potência mínima dos tratores utilizados em Guaraciaba, estimamos que 27 ha é uma quantidade de área que pode ser facilmente, trabalhada por cada máquina. Assim, inferimos que o número de 188 tratores disponíveis na área de estudo, é suficiente quando se observa a disponibilidade de terras aptas à mecanização<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Sabemos que este aspecto não é suficiente pois deve-se ainda considerar as relações de propriedade de tratores com a propriedade das terras e a disponibilidade da área mecanizável, tanto no município como dos estabelecimentos rurais que possuem tratores.

Outro fator que consideramos importante se refere a utilização das tecnologias de plantio direto. A quantidade de máquinas de plantar, disponíveis nos estabelecimentos rurais, era de 548, sendo que destas 145 de tração mecânica e 403 de tração animal. Os agricultores de diversas comunidades rurais informaram que a expressiva maioria estava utilizando a técnica do plantio direto, exceto na lavoura de fumo. A pesquisa do Censo mostrou que 36% dos estabelecimentos usavam máquinas de plantio direto com tração animal. Naqueles que utilizam a tração mecânica, 47% usavam máquinas de plantio direto enquanto que apenas 26,6% ainda utilizavam plantadeiras adaptadas ao trator do tipo convencional.

A soma do uso de plantadeiras de cereais, que podem ser consideradas “modernas”, estava presente em 54% dos estabelecimentos rurais. Diante disso, observamos que 44% dos agricultores ainda utilizavam equipamentos rudimentares como a máquina de plantar manual, a matraca. A plantadeira de plantio direto é um equipamento que foi incorporado ao processo produtivo, na área de estudo, sobretudo em meados dos anos 90.

O Censo Agropecuário Municipal (1998) levantou dados sobre o tempo de uso, dos equipamentos mais caros que os agricultores dispunham. Para as plantadeiras de plantio direto com tração mecânica, a média de idade do efetivo total das máquinas foi de 3,4 anos. O alto custo deste equipamento, que em alguns casos é superior ao do trator, fez com que esse equipamento fosse adquirido em parcerias ou em associações de produtores. Pelo fato de baratear os custos de plantio, grande parte dos agricultores vêm utilizando o plantio direto.

Muitos agricultores que não possuem máquinas também optaram pelo plantio direto. Com o fim das tarefas de preparo do solo, eles fazem a aplicação dos herbicidas com pulverizadores colocados nas costas do trabalhador e, pagando ou trocando por dias de serviço nas propriedades de vizinhos ou parentes, conseguem algumas horas de trator para fazer o trabalho de plantio.

O crescimento da técnica do plantio direto, em nossa opinião pode ser considerado uma mudança fundamental na agricultura de climas quentes e úmidos. O plantio direto pode ser utilizado tanto em propriedades que dependem de tecnologias derivadas do processo industrial como tratores, agroquímicos e “agrobiogénéticos”, como em processos agrícolas baseados em métodos simples como trabalho manual e tração animal.

A técnica do plantio direto consiste basicamente na manutenção da estrutura física dos solos, sem o revolvimento deste e, com a utilização permanente de algum tipo de cobertura vegetal. Esta cobertura é dessecada com herbicidas ou cortada e acamada sobre o solo com auxílio de rolos-faca, no momento do plantio. O plantio é feito sobre a palha, apenas rasgando-se o solo para a colocação da semente. O estado de Santa Catarina, através de instituições como a EPAGRI, tem se destacado na produção e utilização de espécies vegetais que atuam como adubos verdes, permitindo um bom planejamento na hora de aplicar a técnica de plantio direto (ver fotos 13, 14 e 15).

Quanto ao fator econômico, o plantio direto pode atuar como elemento de competitividade da agricultura tropical nos mercados externos. Nos países de clima temperado são necessárias, no mínimo, seis grandes intervenções mecânicas entre o plantio e a colheita. Em países tropicais, com a técnica de plantio direto, as intervenções mecânicas podem ser reduzidas a um máximo de quatro. Outro aspecto de competitividade decorre do fato de que essa técnica permite o aumento de safras numa mesma área. Com um sistema planejado de rotação de cultivos, é possível fazer o segundo plantio ao mesmo tempo em que a colheita está se processando, permitindo uma maior utilização do ano agrícola.

Na propriedade rural essa técnica atua como um importante fator de diminuição da quantidade de trabalho necessária. Na área da pesquisa, as atividades mais extenuantes como a aração, gradagem e capinas estão sendo abandonadas.



TÉCNICAS DE CULTIVOS QUE ESTÃO SENDO DIFUNDIDAS EM GUARACIABA/SC  
FOTO 13



Fonte: TAGLIARI, P.S. & FREITAS, V. H. Revista Agropecuária Catarinense, v.11, nº 2, jun. 1998

A foto apresenta a técnica de adubação verde sendo acamada com a utilização de um rolo-faca sobre o nabo forrageiro. A utilização de adubos verdes protege a terra contra a erosão e, ao mesmo tempo, recupera a fertilidade e a estrutura física do solo.

FOTO 14



Fonte: TAGLIARI, P.S. & FREITAS, V. H. Revista Agropecuária Catarinense, v.11, nº 2, jun. 1998

A foto mostra a técnica do plantio direto com tração animal sobre a palhada da adubação verde e restos da cultura anterior. Com esta técnica são feitas três operações simultaneamente: o disco corta a palha, o sulcador rasga a terra e as duas canaletas despejam as sementes e o adubo químico. Esta técnica, vem tendo grande aceitação junto aos agricultores na área de estudo.



EQUIPAMENTO: PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO PARA  
TRAÇÃO MECÂNICA

FOTO 15



Fonte: GRANDO:1998

Esse é um equipamento mecânico para a prática do plantio direto. Na área de estudo, um equipamento deste porte só é acessível a poucos agricultores. Além do elevado custo, que pode superar o valor de muitos estabelecimentos rurais, é necessário que o tamanho do estabelecimento rural viabilize a sua incorporação no processo produtivo.

Nesse novo contexto, a enxada, símbolo da agricultura, tende a perder o prestígio e o romantismo que caracteriza este instrumento de trabalho. A recuperação da estrutura física dos solos, a gradual recomposição dos teores de matéria orgânica com a manutenção de um maior teor de umidade na terra, melhora a solubilidade dos adubos químicos aumentando os níveis de produtividade e, economiza no plantio. Esses são os principais fatores (menor dispêndio em trabalho, menor gasto com insumos e melhor retorno em produto), que tem motivado a adoção dessa técnica. Na área da pesquisa, o grande incentivador do emprego desta técnica foi o programa de microbacias, desenvolvido entre 1991 e 1997 (GRANDO:1995).

O aumento da utilização de equipamentos e do plantio direto, juntamente com a utilização de equipamentos elétricos (55,5% dos estabelecimentos usam motores bifásicos ou trifásicos, quando até pouco tempo, a disponibilidade de energia permitia apenas o uso de motores monofásicos ou a diesel) e as tecnologias relativas ao setor leiteiro (8,5% de ordenhadeiras e 20,0% de resfriadores nos estabelecimentos) constituem-se em fatores importantes que podem indicar um processo de reestruturação técnico-produtiva na área da pesquisa.

O Censo Agropecuário Municipal de Guaraciaba apontou que existiam 1.020 propriedades que criando bovinos e destes, 66% vendiam leite. Em apenas 32% dos estabelecimentos o rebanho era específico para produção leiteira. Do total de 66% dos estabelecimentos que vendem leite, 13% utilizavam ordenhadeiras com média de idade de quase três anos e, 30% possuíam resfriadores com média de idade em torno de três anos e capacidade de armazenamento médio de 285 litros.

Presumimos que o aumento de investimentos no setor leiteiro, representado pelo pouco tempo de uso e incorporação de equipamentos como ordenhadeiras e resfriadores, esteja ligado ao investimento na produção de leite com a diminuição da atividade na criação de suínos. Esse aspecto é aventado pelo fato de que o leite vem se constituindo numa alternativa para os pequenos produtores familiares que foram



“cortados” da suinocultura. Eles deixaram a atividade por não terem se “modernizado” e dedicaram-se ao aumento do rebanho leiteiro porque o reduzido tamanho dos estabelecimentos rurais de Guaraciaba não permite que os agricultores produzam a quantidade de milho necessária à suinocultura. Os produtores, afirmaram que “a saída é o leite” e colocavam a necessidade de investir nesta atividade, como “uma saída para os pequenos.”

#### 5.4. Instalações e benfeitorias:

As instalações e benfeitorias (quadro 2) são elementos que complementam o processo produtivo e podem indicar as diferentes especializações que a produção agrícola apresenta na área da pesquisa.

**Quadro 2: Instalações e benfeitorias nos 1121 imóveis rurais em Guaraciaba-SC.**

Tipo de instalações e benfeitorias	Unidades valores absolutos	Porcentagem em relação aos imóveis recenseados	Dimensão total dos estabelecimentos em m <sup>2</sup>	Área média das instalações em m <sup>2</sup>
Açudes	411	40,25	72.986	177,6
Aviários Automatizados	10	0,98	2.563	256,3
Aviários manuais	11	1,07	4.647	422,5
Aviários de Quintal	512	50,15	6.819	13,32
Esterqueiras	385	37,70	141.339	367,1
Estábulos	818	80,12	35.700	43,6
Galpões de fumo	781	76,49	155.763	199,4
Galpão de máquinas	108	10,58	8.209	76,0
Depósitos	115	11,26	6.296	54,7
Paíóis de madeira	709	69,44	43.926	61,9
Paíóis Chapecó	127	12,44	5.914	46,6
Pocilgas p/suínos	759	74,34	70.558	93,0
Potreiros	856	83,84	336.047	392,6
Silo graneleiro	8	0,78	2.604	325,5
Silo trincheira	40	3,92	3.354	83,8

Fonte: Censo agropecuário Municipal, Pref. Municipal de Guaraciaba & EPAGRI, 1998

Entre as benfeitorias destinadas ao processo produtivo, na maioria dos estabelecimentos recenseados, ocorria uma associação entre produção agrícola e atividade pecuária. Isso acontece porque os valores relativos a quantidade de açudes, estábulos, pocilgas e potreiros serem significativos. O baixo número de silos trincheiras, utilizados para armazenar forragem que alimenta os bovinos no inverno, decorre dos agricultores utilizarem as terras, que no passado eram usadas para o

trigo, para cultivar gramíneas de inverno como aveia e azevém ou fazem silos provisórios, onde a forragem, principalmente de milho, é amontoada no interior de uma lona preta e coberta com terra (ver fotos 16 e 17).

O tamanho médio das construções também nos apontou algumas considerações. Entre elas, as esterqueiras, que apresentam dimensões maiores que o tamanho conjunto dos estábulos e das pocilgas. Sobre esse assunto, os agricultores relacionaram os vários tipos de acúmulo de dejetos de animais como esterqueira. Além disto, a adubação orgânica é um fator importante para economizar em gastos financeiros com adubos químicos e, ao mesmo tempo, permitido a manutenção da fertilidade do solo.

Os galpões de fumo apresentavam em média, uma área construída de cerca de 200m<sup>2</sup>, ou seja um galpão de 10 por 20 metros (ver foto 7). Esse tamanho permite que os agricultores cultivem, em média, 25.000 pés de fumo a cada safra. O número de galpões existente no município (781) aponta uma especialização nesta atividade, representados por 605 produtores.

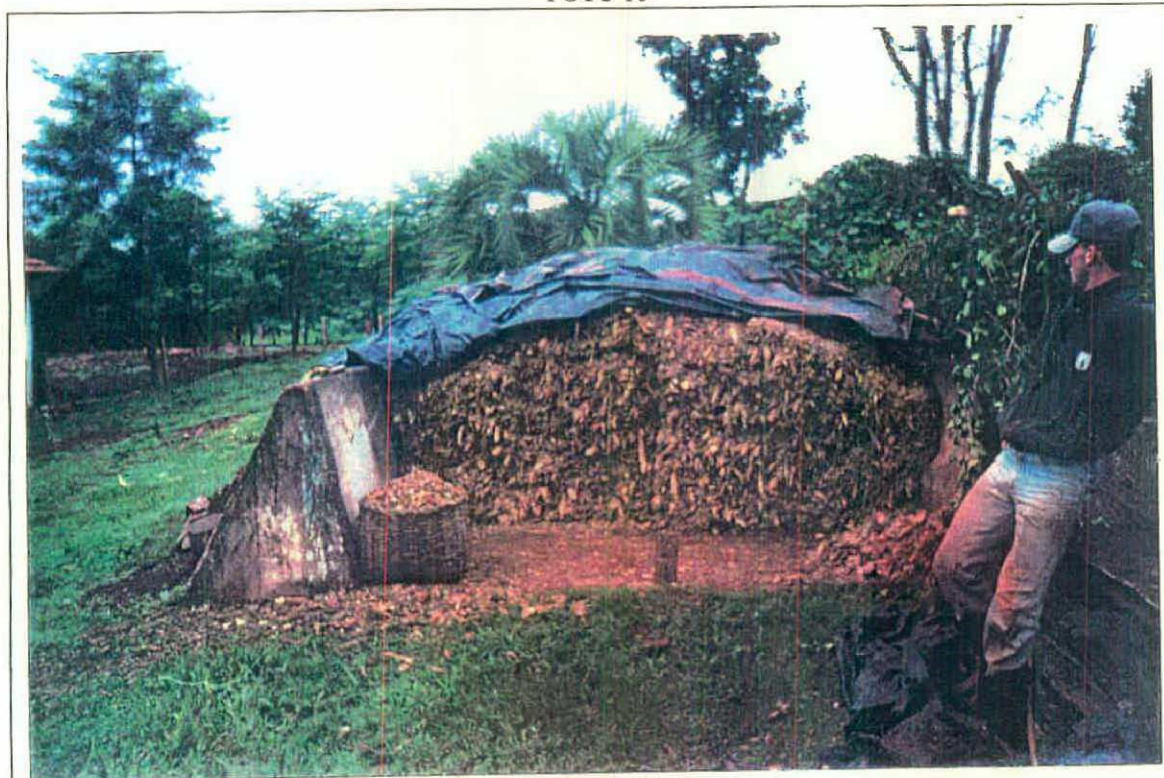
### **5.5. A produção vegetal e animal em Guaraciaba-SC:**

Ao analisarmos o resultado do trabalho dos agricultores em Guaraciaba, levamos em consideração os dados produzidos pelo IBGE, enfatizando produtos como o milho, o feijão, o fumo, a produção de pastagens, a criação de animais e o leite. Ao levantarmos os dados do período 1990/98 o nosso objetivo foi observarmos o comportamento ao longo do período em relação a quantidade produzida e principalmente a utilização da terra para efetivação da cultura. Não nos concentramos na observação de alterações em algumas safras, pois o que consideramos importante é a tendência ao longo do período focado.



## ATIVIDADES AUXILIARES A PECUÁRIA LEITEIRA

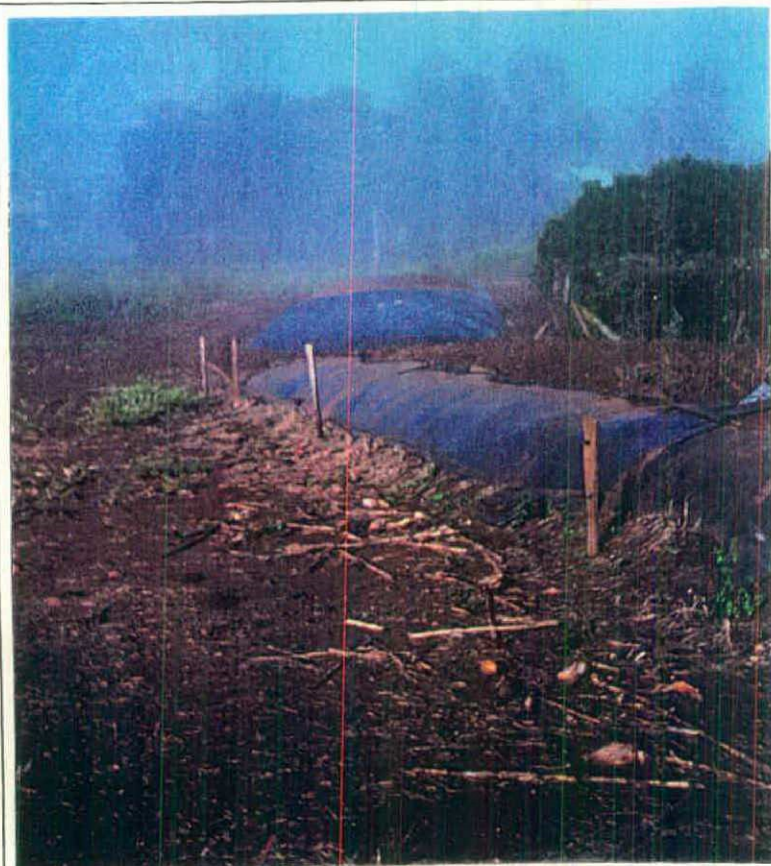
FOTO 16



Fonte: GRANDO:1998

A foto mostra um silo trincheira numa propriedade em Linha Olímpio em Guaraciaba/SC. Esse sistema tem a função de armazenar alimento para o rebanho consumir nos períodos de escassez. Devido a sua rigidez e o elevado custo de construção, tem sido pouco utilizado pelos agricultores.

FOTO 17



A foto em um estabelecimento rural de Linha Sete em Guaraciaba-SC, mostra o sistema de armazenagem de forragens para o inverno em silos provisórios. Este sistema é o mais adotado no município, devido a sua praticidade e o baixo custo de construção.

Fonte: GRANDO:1998



O cultivo de milho é a atividade agrícola mais importante de Guaraciaba. Além de ser a principal cultura comercial, ela serve de base à suinocultura, à pecuária de leite e é o principal produto de subsistência. Os dados relativos a produção de milho estão dispostos na tabela 10, a seguir.

Tabela 10: Produção de milho em Guaraciaba – 1990/98

Ano da safra	Produção – ton.	área da cultura – há	Produtividade Ton/há
1990	42.340	14.600	2,90
1991	26.280	14.600	1,80
1992	48.840	14.800	3,30
1993	48.840	14.800	3,30
1994	53.280	14.800	3,60
1995	62.160	14.800	4,20
1996	37.157	12.716	2,92
1997	42.900	11.000	3,90
1998	29.040	11.000	2,64

Fonte IBGE: Relatórios da Produção Agrícola Municipal: 1990 a 1998.

Os dados contidos na tabela 10, sobre a produção de milho em Guaraciaba mostraram bastante variação. Os anos de 1993 e 1994 apresentam excelentes safras, enquanto os anos de 1991, 1996 e 1998 tiveram safras ruins com quebra da produção. Contudo, o aspecto mais importante é que após 1995, observamos uma diminuição da área da cultura. Como principal cultura do município, o milho é muito importante como cultura comercial e básica para a suinocultura comercial e pecuária leiteira assim como para a subsistência das propriedades.

A diminuição na área da cultura sinaliza para outros fatores que não problemas de preço do produto. No momento dos levantamentos de campo e durante a confecção deste trabalho, observamos que os preços do milho estavam em níveis razoáveis mas, bastante elevados quando adquiridos como insumo básico para a suinocultura a ponto dos suinocultores estarem trabalhando com prejuízo. Por outro lado, observamos que entre os colonos entrevistados, existia a preocupação em aumentar os investimentos para expandir a produtividade do milho mas, ao mesmo tempo, eles reclamaram que os custos de produção aumentaram.

Diante dos aspectos apontados, aventamos que a possível redução da área da cultura poderia estar correlacionada com o abandono de áreas mais difíceis de serem trabalhadas, e provavelmente pela saída de contingentes de mão-de-obra que trabalhavam essas áreas. Talvez o fator que pode salvar essa situação é que o milho não é apenas um produto que os agricultores plantam para comercializar, mas para transformar em carne e leite. A título de comparação, o Censo Agropecuário Municipal levantou que apenas 39% da safra de 1997 foi vendida. O restante foi utilizada no interior dos estabelecimentos rurais. Assim, ao manter o consumo de milho na propriedade, os agricultores estão incorporando trabalho na suinocultura e na bovinocultura de leite e a questão de preço se transfere do milho para a criação de suínos e à pecuária leiteira.

Outro produto agrícola importante na pequena produção familiar é o feijão. Na cultura do feijão, o período do plantio e o da colheita são muito curtos. Ao mesmo tempo, este produto exige muita mão-de-obra, dependendo da quantidade de braços no interior dos estabelecimentos familiares. Num passado não muito distante, esse produto era cultivado na maioria dos estabelecimentos da área de estudo e representava uma entrada de dinheiro durante o final de ano.

**Tabela 11: A cultura do feijão em Guaraciaba, 1990/98**

Períodos	Produção em ton.	Área colhida há.	Produtividade média/há
1990	1.920	2.500	0,77
1991	1.060	1.970	0,54
1992	1.800	2.000	0,90
1993	415	750	0,55
1994	990	1.100	0,90
1995	1.500	1.200	1,25
1996	840	1.400	0,60
1997	558	620	1,11
1998	79	330	0,23

Fonte IBGE: Relatórios da Produção Agrícola Municipal: 1990 a 1998.

Os resultados da tabela 11 mostram a evolução de uma cultura que tem variado, tanto na quantidade produzida quanto na área de cultivo. As oscilações de produtividade reflete as dificuldades que o feijão apresenta para ser cultivado. Essa



cultura é muito suscetível, tanto as pragas como as condições climáticas. Acreditamos que é por isso que o feijão é uma cultura que não está subordinada ao setor agroindustrial.

Ainda, devido os grandes riscos que essa cultura apresenta, o cultivo de feijão enfrenta dificuldades para ser financiado pela rede bancária oficial e privada. Nesse sentido, quando o preço está bom, acreditamos que os agricultores se sentem estimulados a plantar este produto na esperança de terem um ganho a mais. Outro fator importante se refere a disponibilidade de mão-de-obra. Como acreditamos que a disponibilidade de braços esteja diminuindo devido a saída dos jovens, esta cultura e a do fumo, tendem a apresentar diminuição na área plantada.

Outro produto muito importante para a agricultura familiar em Guaraciaba-SC é o fumo. Caracteriza por ser a mais comercial de todas as atividades praticadas pela agricultura familiar. A tabela 12 apresenta os resultados da fumicultura em Guaraciaba.

**Tabela 12: A produção de fumo em Guaraciaba -1990/98**

Períodos	Produção - ton.	Área plantada - há	Produtividade ton/ha
1990	1.197	801	1,49
1991	1.140	738	1,54
1992	1.744	1.003	1,74
1993	1.969	1.750	1,13
1994	2.151	1.216	1,77
1995	1.128	823	1,37
1996	1.296	887	1,46
1997	1.829	1.129	1,62
1998	1.226	1.080	1,13

Fonte IBGE: Relatórios da Produção Agrícola Municipal: 1990 a 1998.

Os dados que a tabela 12 apresenta, não mostram um padrão específico. Por exemplo a produção apresenta um pico de 2.151 toneladas em 1994 e um mínimo de 1.128 toneladas em 1995. A produtividade física da cultura também mostra variações de ano para ano.

Em comparação com as culturas de milho e feijão não se observa uma diminuição significativa da área plantada após o ano de 1995, aspecto que ocorreu com as culturas citadas. Acreditamos que o intensivo acompanhamento técnico das empresas fumageiras, a garantia de preço mínimo antecipado, facilidades para financiar a safra, venda garantida e seguro contra perdas de colheita, contribui para que os agricultores continuem cultivando fumo. Este aspecto é aventado porque no estudo de campo, observamos a diminuição gradual de mão-de-obra nos estabelecimentos rurais. Como o fumo é a atividade agrícola mais intensiva em trabalho, a diminuição de trabalhadores poderia estar causando a diminuição da área cultivada com fumo, fato que não vem acontecendo. Outro aspecto que poderia afetar tanto na produção como na área plantada seria as decisões de safra tomadas pelas empresas fumageiras. Como as empresas aplicam um acompanhamento constante de todo processo produtivo elas tenderiam a sinalizar para aumentar a área cultivada ou reduzi-la segundo as condições de mercado para o produto.

Na produção vegetal, o município de Guaraciaba não apresenta tradição no campo das lavouras permanentes. O cultivo de erva-mate apresentou 66 produtores em 35há. Na mesma situação está o cultivo de laranja que contava com apenas 37ha de plantio comercial. O estímulo da Cooperativa AURORA para cítricos e erva-mate, através da Cooperativa São Miguel e negociações da Prefeitura Municipal para implantar uma indústria de beneficiamento no município, tenderão estimular o crescimento destas culturas.

A silvicultura não se apresentou como alternativa econômica. O eucalipto foi a espécie mais plantada com 118ha e o pinus aparecia com apenas 16ha. Devido aos estímulos oficiais e a quase extinção de madeiras nativas, o plantio de espécies exóticas poderá aumentar, podendo se constituir numa fonte de ganhos futuros. Essa alternativa pode acontecer devido a diminuição da mão-de-obra disponível para as lides agropecuárias.



## 5.6. A produção de suínos e de leite em Guaraciaba-SC:

A produção pecuária tem sido significativa em Guaraciaba, destacando-se a suinocultura e a bovinocultura de leite, além da criação de gado para corte em menor escala. Trata-se de uma atividade secundária que não premia pela qualidade genética mas que aproveita os bezerros machos engordando-os para o abate no município ou vendendo para abatedores em municípios vizinhos. O abate destes animais é, na maioria das vezes, feita em abatedores clandestinos. A avicultura é uma atividade recente e poucos agricultores investiram nessa alternativa de renda. Apenas 21 produtores foram relacionados nesta atividade e a principal causa deste baixo número decorria da distância dos abatedouros e da falta de tradição dos agricultores neste setor.

A suinocultura tem se constituído na atividade mais tradicional na área de estudo e vem sendo reestruturada pelas agroindústrias com a finalidade de diminuir custos e aumentar a produtividade. A estrutura montada pelas agroindústrias para dar suporte à produção e garantir a matéria prima, segundo suas necessidades, vem sendo modificada. No Extremo-Oeste Catarinense, a SADIA, eliminou 16 postos de fomento suinícola, a quase maioria dos existentes na área, segundo declarações de um comerciante parceiro da SADIA em Guaraciaba.

Os postos de fomento eram responsáveis pelo fomento da “integração” em cada município e foram organizados, pelas agroindústrias através de contratos com um comerciante selecionado. Este já atuava como comprador de produtos agrícolas e suínos. Num primeiro momento, cabia ao comerciante comprar suínos dos produtores rurais e encaminhá-los, com transporte próprio, para as agroindústrias. Com o tempo, essa relação foi sendo aperfeiçoada. As agroindústrias passaram a cadastrar os suinocultores, criando o “sistema de integração” e os comerciantes que adquiriam os suínos com recursos próprios e depois vendiam aos frigoríficos, passaram a fazer apenas a intermediação comercial entre a empresa integradora e o criador.



As empresas disponibilizavam um técnico agropecuário, com escritório de apoio na casa comercial vinculada à agroindústria e um automóvel para visitas técnicas nos estabelecimentos rurais. Sob o controle da agroindústria, o comerciante e o técnico passavam a cumprir funções específicas. Cabia ao comerciante conduzir as cargas de suínos para serem abatidos nos frigoríficos e distribuir entre os integrados, rações, concentrados e reprodutores de alta linhagem. A diferença entre o processo original de compra e venda é que o comerciante auferia lucros de duas maneiras na atividade de compra e venda e no transporte. Com a passagem do controle para a agroindústria, o ganho do comerciante ficou restrito ao fretamento das cargas e uma porcentagem sobre a venda das rações.

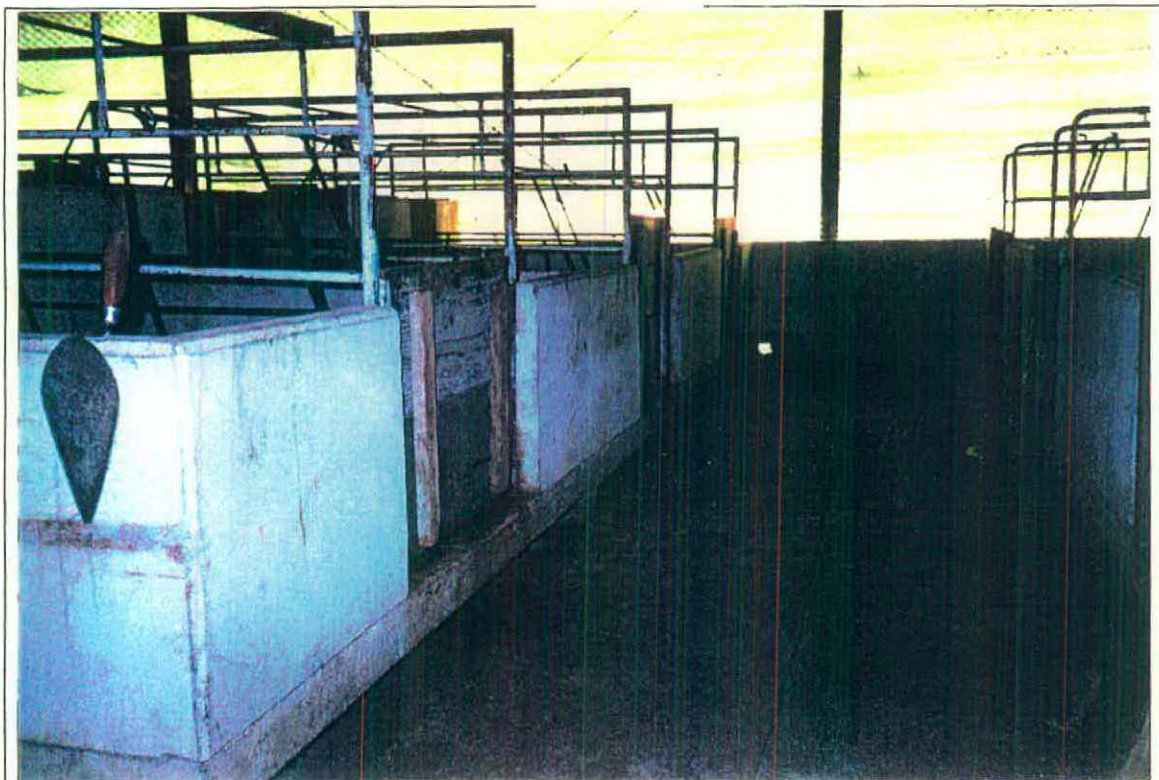
O técnico agropecuário que as empresas disponibilizavam junto as casas comerciais, atuava no controle das doenças nos animais, a melhoria genética dos rebanhos, o controle da alimentação dos animais, treinamento dos suinocultores e “controle dos rebanhos e suinocultores”. Na atualidade, essa estrutura foi desmontada, e técnicos, comerciantes e muitos agricultores, desligados do sistema.

Somente foram mantidos os suinocultores que demonstraram capacidade de inovarem continuamente, de profissionalização na atividade, de aumento do número de animais e melhorias constantes na qualidade genética dos rebanhos. Isso ocorreu porque os frigoríficos implementaram um programa de concentração dos fornecedores num raio de até 60km do abatedouro (GUIVANT:1997).

Para que isso ocorresse, as empresas desenvolveram, a partir do Projeto SADIA XXI, um processo de inovações técnicas e de melhoria genética para obter maior quantidade possível de carne magra por animal. Isso foi conseguido, principalmente, através de um sistema que medisse a qualidade dos animais adquiridos pelos frigoríficos, a tipificação de carcaças. Com essas modificações, os agricultores foram obrigados a fazer enormes investimentos em instalações, matrizes geneticamente mais produtivas em carne magra e na alimentação do plantel. (ver fotos 18 e 19)



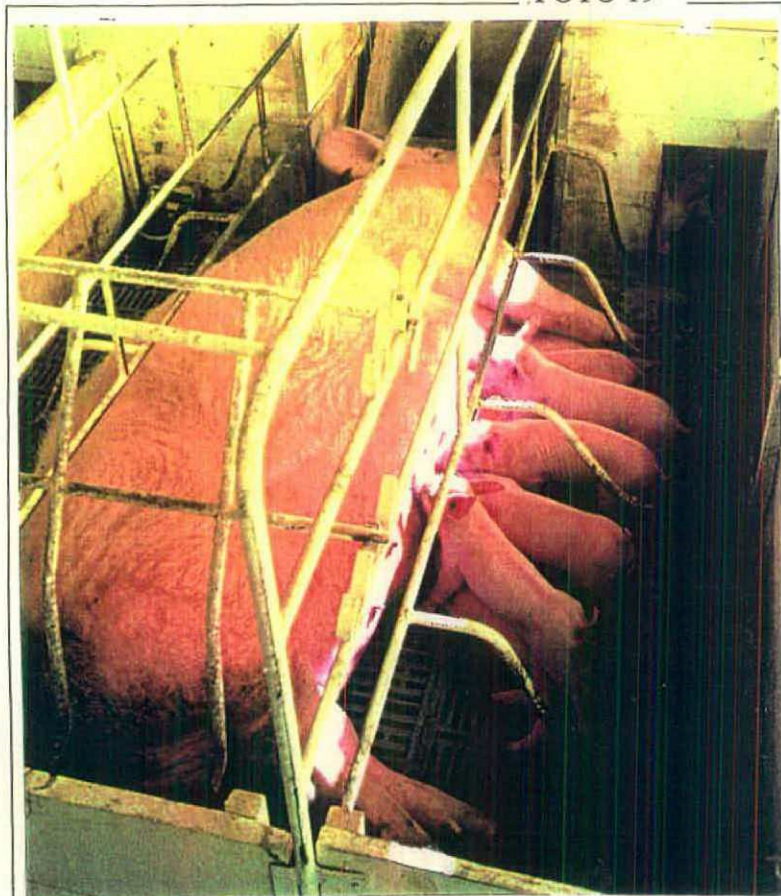
FOTO 18



Fonte: GRANDO:1998

A foto mostra baias de parto para suínos. O piso suspenso sobre o solo evita umidade para os leitões. O confinamento severo aumenta o estresse das matrizes, com isso, os leitões nascem muito frágeis e a pneumonia torna-se comum. Com esta técnica construtiva este problema é evitado.

FOTO 19



A foto mostra a baia vista de cima. As ferragens tem o objetivo de prender a criadeira e de proteger os leitões. Ao mesmo tempo, o trato com os animais pequenos é facilitado. Cada baia conta ainda com um sistema de aquecimento para os leitões recém nascidos. O piso lateral de cada baia é todo de plástico e removível para higienização

Fonte: GRANDO:1998



A partir de 1994, o projeto de “Expansão da Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos” reivindicado pelas agroindústrias e financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), liberou uma linha de crédito equivalente a 100 milhões de dólares, sendo a principal fonte de recursos para esse processo. Esses recursos, destinavam US\$ 40 milhões para expansão da suinocultura, US\$ 40 milhões para controle de dejetos e US\$ 20 milhões para compra de equipamentos. Os suinocultores de Guaraciaba conseguiram captar 2,2 milhões de reais desta fonte de financiamento e foram utilizados predominantemente para ampliar e modernizar as instalações e melhorar a genética do rebanho (GRANDO:1996).

A esse respeito, GUIVANT (1997:12) coloca que “ grande parte dos recursos foi destinada à expansão e implantação de instalações e aquisição de matrizes, contra um reduzido investimento nas atividades relacionadas exclusivamente com a conservação do meio ambiente que respondeu por 2,5% dos projetos”. Comungamos com o exposto por GUIVANT e apontamos ainda, que esses recursos serviram para reestruturar o setor, implementando uma transformação nas condições técnicas de produção e na introdução de um novo “paradigma genético”, o “suíno lighth” um animal com teores maiores de carne magra e menos colesterol.

Nesse contexto, suinocultores do Extremo-Oeste Catarinense, “integrados” a SADIA e ao frigorífico CHAPECÓ, cujos abatedouros estão localizados a uma distância maior que 130km, para se manterem vinculados, precisam aumentar a sua produção e organizar o transporte dos suínos até os frigoríficos. Com isso, poucos conseguiram se manter “integrados”. Por outro lado, suinocultores “integrados” a Cooperativa AURORA, que possui abatedouro em São Miguel do Oeste, foram estimulados a aumentar a sua produção. Isso ocorreu porque a distância média de entre os estabelecimentos rurais e o frigorífico está situada em torno de 25km.

Ao examinar os condicionantes que orientaram a atividade verificamos, que a partir de 1995, ocorreu uma grande expansão da suinocultura, viabilizado pelos

créditos do Programa implementado pelo BNDES, numa conjuntura de preços ascendentes. Logo em seguida, a reestruturação do setor agroindustrial foi iniciada com o lançamento do Plano Real e a abertura da economia. Segundo dados publicados pelo Diário Catarinense (16/08/98), cerca de 55% dos suinocultores “integrados” foram eliminados. Foi a partir desta conjuntura que passamos a examinar os dados da tabela 13, sobre a suinocultura em Guaraciaba.

**Tabela 13: Efetivo do rebanho suíno em Guaraciaba – 1990/98**

Anos								
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
38.500	39.000	36.120	36.300	36.860	42.120	44.203	45.000	46.034

Fonte IBGE: Relatórios da Produção Agrícola Municipal: 1990 a 1998.

Mesmo com muitos suinocultores sendo cortados dos esquemas de “integração” após 1995, os dados expressos na tabela 13 apresentaram uma queda em 1992 e a seguir mostram um crescimento constante até 1998. A queda em 1992, pode ser explicada pelo mecanismo de preços que afeta a atividade, seguidamente. Os preços e a rentabilidade na suinocultura dependem, essencialmente, dos custos do milho e da soja (cotados internacionalmente em dólares) e, da demanda dos produtos suínos no mercado interno. Qualquer alteração nesses fatores, aumento dos insumos ou diminuição da demanda, afeta a rentabilidade da atividade. O pior momento para a suinocultura é quando acontecem crises na produção de milho e soja, conjugadas com a diminuição na demanda de carne suína. Nesses momentos ocorre aumento de custos e diminuição de preço dos suínos. Quando isso acontece, os agricultores reduzem o plantel, enviando as matrizes menos produtivas para o abate. Quando ocorre o inverso, insumos em baixa e demanda em expansão, os agricultores rapidamente expandem os plantéis de animais.

Os dados do Censo Agropecuário Municipal de 1998 apontaram que dos 885 produtores de suínos, o sistema de integração respondeu por 22,% dos suinocultores de Guaraciaba, destacando-se a cooperativa AURORA com 13% dos produtores “integrados”. Os suinocultores não integrados às agroindústrias, passaram a trabalhar como no período anterior ao sistema de “integração”. Eles estão produzindo suínos



no sistema de ciclo completo. Sua venda, vem sendo feita aos comerciantes do município, que também estão voltando a serem comerciantes e deixando de serem freteiros das empresas integradoras.

Os comerciantes tem adquirido os suínos dos agricultores, e os vendem para frigoríficos de São Paulo, Estrela (RS) e Guarujá do Sul. Mesmo nesta situação, os suínos produzidos no município tem sido bem aceitos em outras praças devido a qualidade genética, ou seja, maior quantidade de carne magra nas carcaças. Em função deste aspecto, a suinocultura continua sendo importante no município estudado.

A respeito da bovinocultura, o Censo Agropecuário Municipal de Guaraciaba levantou um efetivo total de 14.065 animais, com vendas de 1.601 cabeças e 2.118 animais abatidos para consumo próprio em 1998. As matrizes correspondiam a 5.817 animais que pariram 6.105 cabeças. Os animais de trabalho somaram 1.688 cabeças, havendo ainda 371 reprodutores. A venda de apenas 26% do total de nascidos indica que a pecuária de corte apresenta pouca expressão, ao contrário da pecuária de leite que será examinada em detalhes a seguir.

**Tabela 14: A bovinocultura de leite em Guaraciaba –1990/97:**

<i>Anos</i>	<i>Vacas ordenhadas valores abs</i>	<i>Vacas ordenhadas Variação % entre os períodos</i>	<i>Produção de leite (1.000 l)</i>	<i>Produção de leite variação % entre os períodos</i>	<i>Prod. média em litros animal/dia</i>
1990	4.200		5.400		3,52
1991	4.500	+ 7,1	5.900	+ 9,3	3,59
1992	4.770	+ 6,0	6.210	+ 5,3	3,57
1993	5.073	+ 6,4	6.772	+ 9,0	3,68
1994	5.150	+ 1,5	6.844	+ 1,1	3,64
1995	5.650	+ 9,7	7.510	+ 9,8	3,64
1996	5.940	+ 5,3	11.005	+ 46,5	5,08
1997	6.000	+ 0,2	11.400	+ 3,58	5,21

Fonte IBGE: Relatórios da Produção Agrícola Municipal: 1990 a 1998.

Os dados da tabela 14 mostram uma expansão contínua do rebanho e da produção de leite durante os anos de 1990/97. Pode ser observado que veio ocorrendo um crescimento constante no número de vacas leiteiras e na produção de

leite em Guaraciaba. O fator responsável por este aspecto foi aumento da produtividade em litros de leite por animal/dia, destacando-se os anos posteriores a 1995. Creditamos este fato, a instalação de uma usina de beneficiamento de leite no município em 1995. Para expandir a produção de leite, a empresa passou a importar matrizes geneticamente mais produtivas, disponibilizando-as aos agricultores num sistema de pagamento em troca de litros leite.

Mesmo assim, ao acompanharmos a ordenha em várias propriedades constatamos que, em alguns estabelecimentos rurais, existem animais muito produtivos, chegando a produzir mais de quarenta litros de leite por dia. Ao mesmo tempo, os agricultores mantêm vacas com baixa produção. Ainda, constatamos, que os agricultores, em sua maioria, não programam os períodos e de cobertura e os partos dos animais leiteiros. Com isso, os períodos de lactação são menores e a produtividade dos animais diminui.

A Secretaria Municipal da Agricultura de Guaraciaba, detectou essa situação qualitativamente ao destacar no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (1996:18) que a pecuária leiteira estava sendo praticada em “instalações velhas e inadequadas, com baixa produtividade, rebanho com baixo número de bezerros nascidos por vaca/ano, alta lotação de animais com baixo potencial genético e alimentação deficiente.” Dos dados apresentados, queremos destacar que o potencial de crescimento desta atividade é muito grande e a produtividade de leite por animal ainda tem potencial para evoluir (ver fotos 21 a 27).

Ainda, acreditamos também, que em Guaraciaba a atividade leiteira tende incorporar gradualmente os agricultores familiares que foram excluídos da suinocultura. Para isso, devemos considerar o exame da conjuntura econômica nacional. Com a liberalização da economia, o Brasil se tornou um grande importador de leite como mostra a tabela 15, abaixo, publicada pelo ICEPA em 26/11/98 a partir de dados da Secex/Desex:



**Tabela 15: Importações de leite e derivados no Brasil –1992 a 1998**

<i>Ano</i>	<i>Quantidade (ton)</i>	<i>Valor (US\$ 1.000)</i>
1.992	40.584	67.825
1.993	74.742	124.881
1.994	60.135	94.310
1.995	293.520	502.340
1.996	274.995	383.571
1.997	250.734	364.247
1.998	302.177	404.332

Fonte: MARCONDES, T. ICEPA, Informe Conjuntural n°. 712.

A tabela 15, mostra que o país era deficiente na produção de leite, necessitando do crescimento desta atividade. Com os acordos do Mercosul e a valorização da moeda, nos primeiros anos do Plano Real, a importação de leite rebaixou o preço pago aos produtores rurais. Com a desvalorização do Real, o potencial de crescimento da atividade voltou a ser interessante para os produtores nacionais.

Nesta situação, levando em consideração a experiência da suinocultura, citada neste trabalho, observamos o processo de expansão da atividade leiteira com preocupação. Caso não seja levado em consideração, a especificidade da produção familiar e for deixado ao mercado, o papel de regulação da oferta e da remuneração aos produtores, os investimentos na produção de leite podem se transformar em frustração e desestimular os produtores. Acreditamos que seja necessário um período em que os preços de remuneração aos produtores de leite sejam fixados acima dos custos de produção, com margens suficientes para quitar investimentos e permitir ganhos aos agricultores. Durante esse período, seria possível reestruturar o setor e definir metas de “qualidade” para os produtores de leite, visando atender os interesses dos consumidores. Isso deve ser feito, em nossa opinião de acordo com as especificidades regionais.

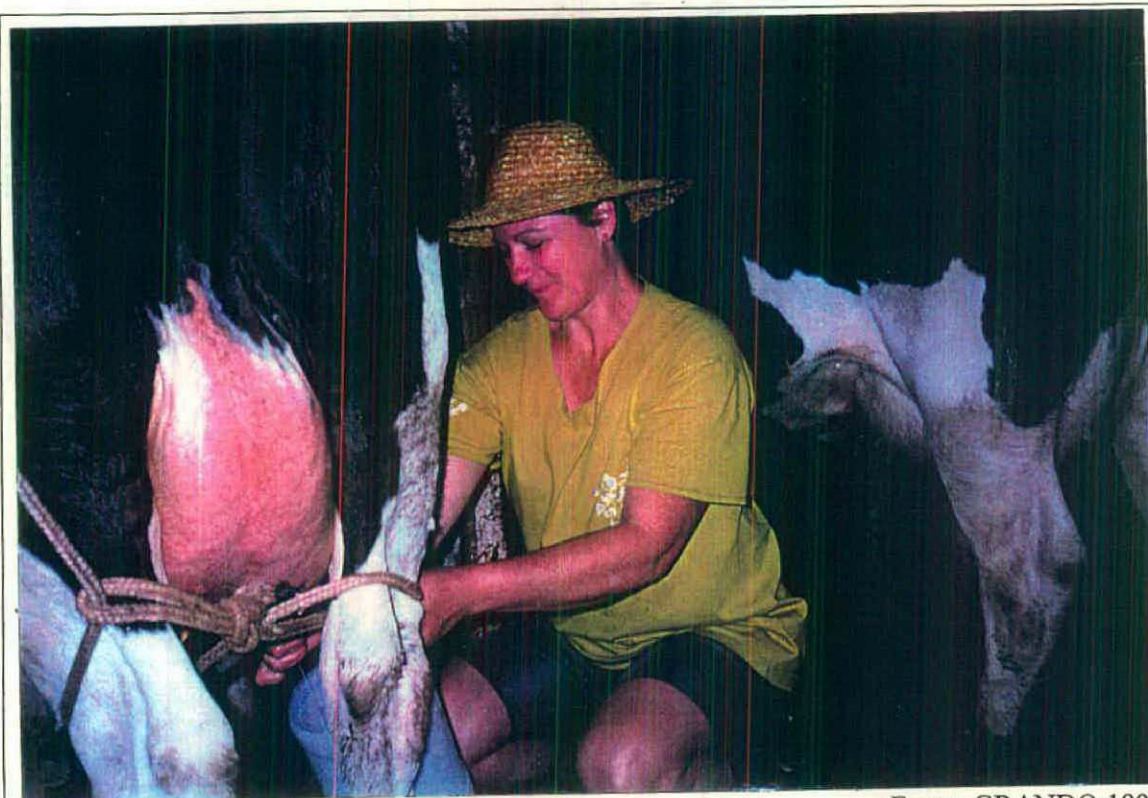
Acreditamos que se a atividade for deixada ao sabor do mercado, a produção tenderá à se especializar. Ao mesmo tempo, os agricultores se subordinarão as empresas que dominam o setor, que por sua vez também passarão por um processo de concentração de empresas. Esse fenômeno que já vêm acontecendo. Empresas como a Parmalat (Batavo), Fleischmann Royal (leite Glória e Nabisco), já se instalaram no Extremo-Oeste Catarinense e vêm incorporando empresas menores.

Após o exame das condições de produção em Guaraciaba-SC, enfatizaremos no capítulo seguinte o processo de exclusão técnico-produtiva. Neste, procuramos levantar elementos que podem mostrar a nossa afirmativa de que está ocorrendo um processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva que influi na organização espacial e produtiva da produção familiar em Guaraciaba-SC.



## CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM GUARACIABA/SC

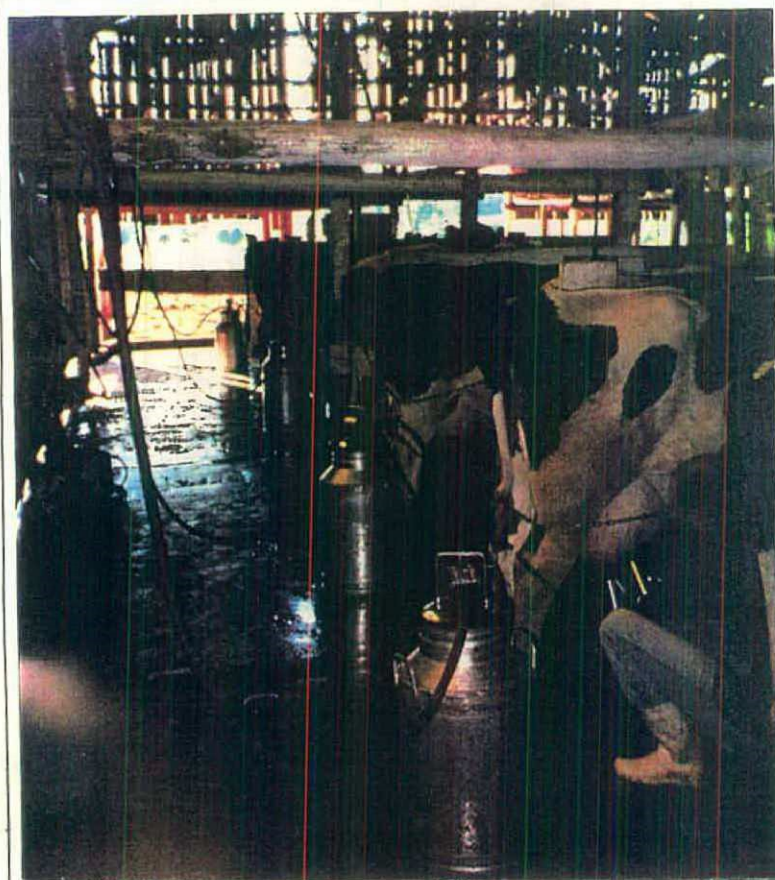
FOTO 20



Fonte: GRANDO:1998

A foto mostra a de ordenha feita de maneira tradicional sem utilização de equipamentos. Por outro lado, os animais em lactação apresentam uma razoável qualidade genética para a produção leite

FOTO 21



A foto mostra a baia de ordenha. É possível observar ao mesmo tempo, a utilização de equipamentos como ordeñadeira e animais aptos à produção de leite de raça holandesa.

Fonte: GRANDO:1998



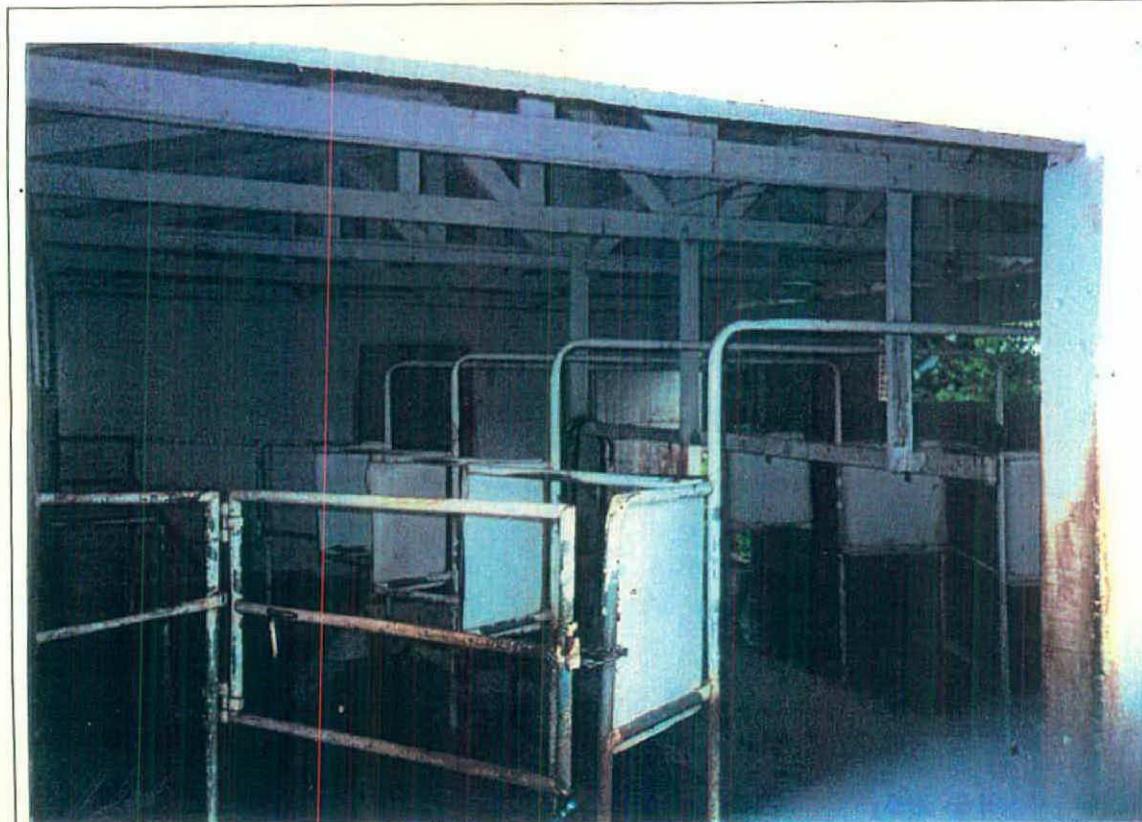
FOTO 22



Fonte: GRANDO:1998

A foto apresenta uma benfeitoria para o trabalho de ordenha vista pelo lado externo da construção

FOTO 23



Fonte: GRANDO:1998

A foto mostra as instalações internas destinadas a ordenha.





# **O RECOLHIMENTO DE LEITE NOS ESTABELE- CIMENTOS RURAIS DE GUARACIABA/SC**

A foto mostra como a maioria dos agricultores faziam a entrega do leite às empresas do setor. O sistema mostrado reflete um produtor de leite de baixa quantidade. Com as transformações em curso este produtor tende a ser excluído da produção comercial de leite. Mesmo o sistema mostrado pela foto 25 está ultrapassado. As empresas estão solicitando que os agricultores instalem resfriadores de leite com maior capacidade.

Fonte: GRANDO:1998

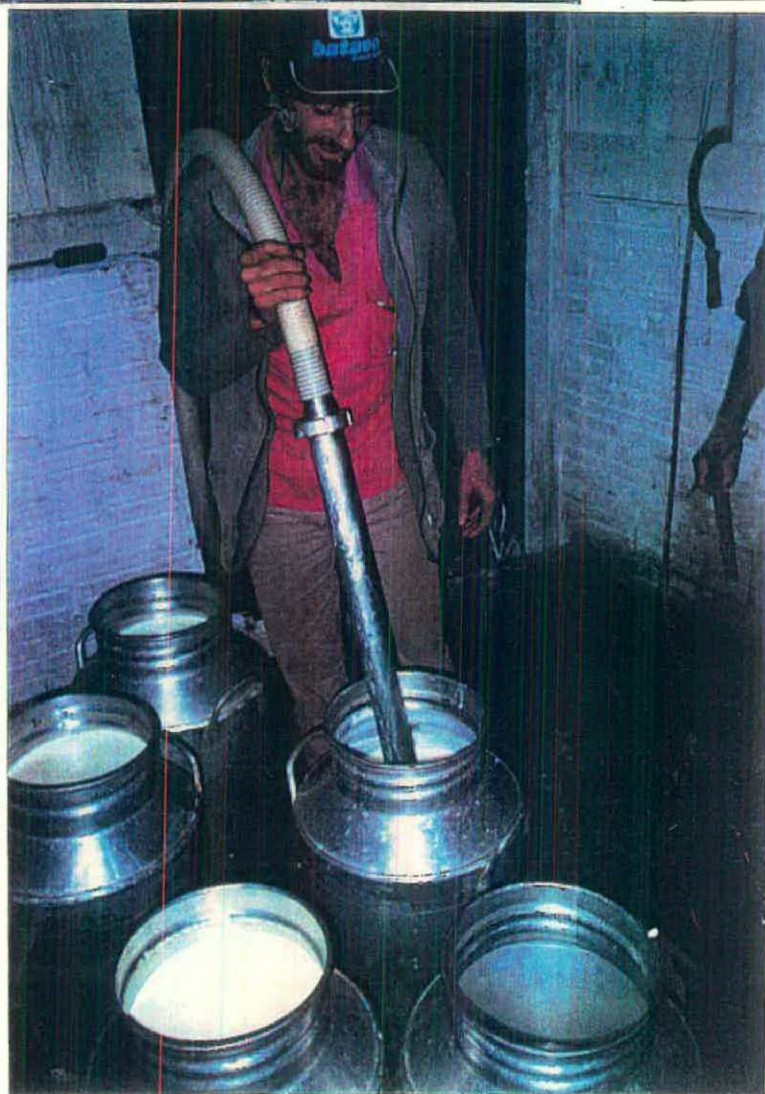


FOTO 25



---

## 6. A EXCLUSÃO TÉCNICO-PRODUTIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM GUARACIABA-SC

---

Utilizamos o termo exclusão técnico-produtiva em lugar da noção de êxodo rural<sup>1</sup>, pelo fato de vivermos um período histórico diferente daquele que foi denominado de modernização da agricultura. Naquele período, os centros urbanos e o processo de industrialização acolhiam os migrantes com oferta de trabalho. Hoje, os postos de trabalho, no meio urbano, precisam ser garimpados. Ao mesmo tempo, a fronteira agrícola, no norte do país, a partir de terras baratas ou migrações incentivadas pelo Estado em moldes semelhantes ao que ocorria na década de 1970, foi praticamente desestimulada.

Na área rural de Guaraciaba está ocorrendo um processo sócio-econômico, que pelas características citadas nos capítulos anteriores, não está permitindo a manutenção da sua população rural trabalhando no campo. Os agricultores familiares, ao se inserir nas condições de produção engendradas e controladas pelos complexos agroindustriais (CAIs), vêm sofrendo um processo continuado de perda de ganhos financeiros. Este aspecto vem se conjugando com a necessidade de investir continuamente no aumento da produtividade. Esse fator resulta em grande desestímulo, principalmente entre os agricultores mais jovens. Em virtude disso, muitos estão abandonando o campo e, também, deixando o município.

Para avaliarmos a ocorrência do fenômeno que denominamos de exclusão técnico-produtiva, buscamos expor e analisar alguns resultados de nossa pesquisa de campo sobre o processo de diminuição dos efetivos populacionais, na área rural do município de Guaraciaba. Para tanto, destacamos indicadores como a estrutura etária por sexo e idade da população rural, a partir do Censo Agropecuário Municipal de 1998. Expomos ainda um levantamento sobre a variação do número de famílias existentes nas comunidades rurais do município entre os anos de 1995 e 1998.

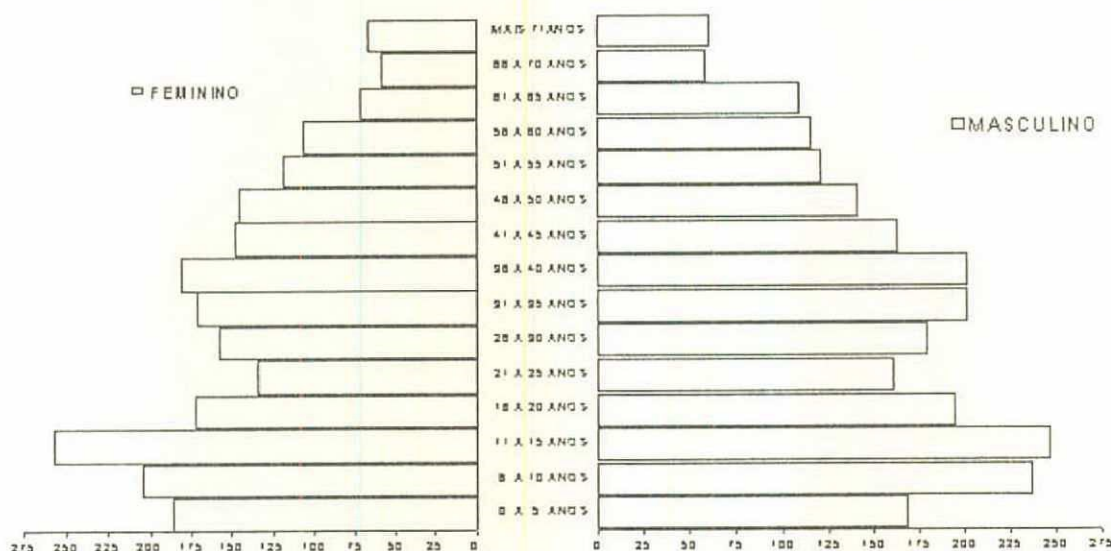
---

<sup>1</sup> Segundo PORTO GONÇALVES (1984:106) "O êxodo rural é a manifestação do processo de despovoamento do campo, significa, antes de mais nada, a expropriação do trabalhador, sua completa desvinculação da terra e de seus meios de produção – em suma sua proletarianização."



Analizamos também, os resultados sobre o número de matrículas nas escolas administradas pela secretaria municipal de educação. No mesmo sentido, avaliamos indicadores como o consumo de energia elétrica na zona rural, a emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social pelo poder público municipal para os egressos da área rural, e as transações imobiliárias na área rural do município. O levantamento da exclusão no campo em Guaraciaba, pode ser visualizada na estrutura etária da população rural (gráfico 1).

**Gráfico1: Estrutura etária em Guaraciaba/SC – 1998**



Fonte: Censo Agropecuário Municipal, Prefeitura Municipal de Guaraciaba & Epagri, 1998

Embora não dispomos de parâmetro de comparação anterior a não ser as classes subsequentes, o gráfico da estrutura etária mostra uma queda sensível na natalidade, observada pelo estreitamento da base da pirâmide. Agrupando-se as classes entre 16 a 30 anos, houve uma sensível redução no número de jovens. A nosso ver, esse aspecto pode indicar um processo de abandono do campo por parte da população jovem. Nossa afirmação resulta da análise de modelos teóricos sobre estruturas populacionais<sup>2</sup>, que apontam para os países subdesenvolvidos e áreas rurais, uma base larga e topo estreito.

<sup>2</sup> Santa Catarina, Projeções Populacionais por Sexo e Idade, Florianópolis / Rio de Janeiro, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, IBGE & Centrais Elétricas de SC, 2000. O referido estudo aponta para uma projeção demográfica em que a partir de 1996, a população infantil em Santa Catarina passou a apresentar um processo de redução em relação as classes etárias subsequentes.

Outro ponto a ser destacado é o número de residentes rurais do sexo feminino, menor em relação aos do sexo masculino. Geralmente elas têm saído para estudar ou trabalhar em residências particulares.

A análise dos elementos apontados permite que algumas observações sejam feitas. Os argumentos teóricos<sup>3</sup> destacam que a população rural tende a ter mais filhos que a população dos centros urbanos. Os dados coligidos mostram o contrário e a população rural de Guaraciaba apresentou uma sensível redução nas taxas da natalidade. Acreditamos que a redução dos indicadores demográficos nas classes de 0 a 10 anos esteja ligada com a saída da população em idade fértil. Com efeito, verificamos que no intervalo de 16 anos até aproximadamente 35 anos houve uma significativa redução de pessoas.

Esse aspecto, a nosso ver, pode apontar para um processo em que uma parcela expressiva das pessoas, consideradas em idade fértil e ativas para as atividades produtivas, estejam deixando a atividade agrícola. Esse aspecto foi ressaltado pelos agricultores entrevistados. Algumas assertivas foram muito repetidas: uma, junto aos agricultores em seus estabelecimentos rurais como “a falta de gente em casa para tocar o serviço”; a outra nas reuniões de finais de semana nos clubes das comunidades rurais: o baixo número de jovens nos bailes do interior e a dificuldade de se montar times de futebol.

Os dados estatísticos podem apenas fundamentar o sentimento generalizado de que “a juventude não quer mais trabalhar na roça, prefere ir trabalhar em restaurantes

---

<sup>3</sup> KENNEDY, Paul. (1993) Preparando para o séc. XXI, Rio de Janeiro, Ed. Campus. PIERRE, Geoge. População e povoamento. São Paulo, Ed. DIFEL 1974, & Geografia da População, São Paulo, Ed. DIFEL, 1969



de São Paulo, Brasília, praias do Nordeste ou ir para o litoral”. Esse aspecto também pode ser indiretamente observado pela variação no número de alunos matriculados nas escolas rurais do município conforme mostra a tabela 16.

**Tabela 16. Levantamento sobre o número de alunos matriculados nas escolas municipais de Guaraciaba / SC no período 1993/99**

Períodos	Número de alunos matriculados nas escolas municipais Guaraciaba/SC	Variação no número de matrículas em valores absolutos	Variação no número de matrículas em valores relativos
1.993	760		
1.994	731	- 29	- 3,82
1.995	746	+15	+2,05
1.996	705	- 41	-5,50
1.997	681	- 24	-3,40
1.998	613	- 68	-9,98
1.999	555	- 58	-9,46

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Guaraciaba /SC, 1999

Em que pese o incremento demográfico da natalidade, a tabela 16 mostrou uma queda contínua no número de matrículas escolares. Ainda, segundo informações prestadas pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, de um total de 36 escolas municipais construídas na zona rural, 22 foram fechadas por falta de crianças. Com isso, a autoridade responsável pela educação no município, destacou que o quadro de professores efetivos do município é muito superior a necessidade atual.

Dos números apontados na tabela 3, ao se calcular a média anual da redução de alunos pode ser observada uma diminuição média de 34 crianças. No conjunto da rede escolar do município isso representaria aproximadamente, a redução de uma classe escolar por ano. Como as escolas rurais em Guaraciaba estão organizadas em turmas multiseriadas e funcionam, em sua maioria, com apenas uma sala de aula é compreensível o fechamento de escolas por falta de alunos.

Diante deste contexto, o poder público municipal está optando por fechar as escolas que apresentam redução significativa de crianças. O município concentrou as

crianças em quatro colégios que funcionam de primeira a oitava série. Um está localizado na sede município e três, estrategicamente na área rural. Para isso, foi organizado um sistema de transporte escolar para que as crianças possam continuar estudando. Portanto, os dados do número de efetivos matriculados tendem a apontar um processo de abandono do campo em Guaraciaba, sugerindo a idéia de exclusão, ou seja a progressiva saída de contingentes populacionais da área rural em Guaraciaba.

Esses aspectos podem ainda ser aprofundados pelos resultados da tabela 17 a seguir. Antes, destacamos alguns aspectos de ordem metodológica que nos fazem considerar os dados da tabela 17 como aproximativos da realidade<sup>4</sup> encontrada na área pesquisada. Esse aspecto decorre do fato de que para termos uma base de comparação, utilizamos os levantamentos do censo paroquial efetivado pelos sacerdotes católicos por ocasião das Missões em Guaraciaba em 1995. Para a Igreja Católica local, esse levantamento teve a função de gerar informações sobre o recolhimento do dízimo dos fiéis e preparar os trabalhos de catequese.

A partir desse referencial, buscamos efetuar uma correção dos dados sobre o número de famílias na Secretaria Municipal da Agricultura. Feito este trabalho, visitamos as comunidades rurais e em conversas com os agricultores, levantamos o número de famílias que moravam em cada comunidade rural em 1995 e, quantas famílias deixaram a localidade. Nas pequenas comunidades rurais as famílias se conhecem e a mudança de alguém se transforma em acontecimento não usual. Houveram casos em que os administradores do clube comunitário ou responsáveis pela igreja apontaram até o número de pessoas que deixaram a comunidade. Mesmo assim, acreditamos que os dados apresentam uma margem de erro e deve ser considerada, não invalidando os resultados apresentados.

---

<sup>4</sup> Um método de levantamento que permitiria resultados tecnicamente mais exatos seria o exame documental dos blocos de notas fiscais de produtor rural nos anos acima citados. Esse documento é entregue pelas prefeituras municipais durante o exercício fiscal e apresenta o nome dos produtores rurais e os seus endereços. Tal trabalho, por ser totalmente manual levaria um tempo que não dispúnhamos no momento das pesquisas de campo.



**Tabela 17: Variação no número de famílias nas comunidades rurais<sup>5</sup> de Guaraciaba no período 1995/1998**

Comunidades Rurais <sup>6</sup>	Número de famílias <sup>7</sup>		Variação relativa entre 1995 – 1998
	Existentes em 1995	Existentes em 1998	
Linha Aparecida	62	45	- 27.4
Linha Castelo Branco	37	27	- 27.0
Linha Cordilheira	66	56	- 15.2
Linha Daltro Filho	101	90	- 8.9
Linha Ferreira	51	48	- 5.9
Linha Sede Flores	93	59	- 36.6
Linha Flores da Cunha	14	09	- 35.7
Linha Guataparema	146	135	- 7.5
Linha Guataparé Alto	66	48	- 27.3
Linha Guataparé Baixo	58	48	- 17.3
Linha Indio	112	100	- 10.7
Linha Indiozinho	56	45	- 19.6
Linha Laranjeira	24	14	- 41.7
Linha Liso	101	96	- 5.0
Linha Mirim	64	29	- 54.7
Linha Olímpio	92	81	- 12.0
Distrito de Ouro Verde	126	113	- 10.3
Linha Perondi	27	18	- 33.3
Linha Poca	23	12	- 47.8
Sanga Bonita	39	34	- 12.8
Linha Santo Antônio	27	22	- 18.5
Linha São Luiz	94	68	- 27.7
Linha São Roque	79	54	- 31.6
Linha São Vicente	66	48	- 27.3
Linha Traíra	58	45	- 22.4
Linha Tigre	110	98	- 10.9
Linha Velter	82	72	- 12.2
São Domingos	17	17	0.0
Totais	1.891	1.531	-19,03

Fontes: Levantamento de Campo (1999), Levantamento da contribuição do dízimo da Igreja Católica de Guaraciaba (1995/1998) & Prefeitura Municipal de Guaraciaba / Secretaria da Agricultura (1999)

<sup>5</sup> Esse aspecto é similar ao que Vicente Tavares dos Santos em Colonos do Vinho, denomina como “sociedade da capela”. Comunidades rurais isoladas constituem uma centralidade geográfica e cultural em torno de instituições como a igreja, o clube e a escola, esta geralmente construída com recursos do poder público. Estes bens públicos da comunidade rural são edificados sob forma de ajuda mútua como doação de dias de trabalho, uma parcela em dinheiro, doação de produtos da terra ou animais, doação dos terrenos, e produção de festas onde toda a comunidade trabalha na sua organização. São neste ambiente que os agricultores familiares edificam os locais de encontro para o lazer do corpo e mente, e para o conforto espiritual, que praticam aos sábados e domingos. O clube é ainda o lugar de encontro da comunidade com os vendedores de produtos agrícolas, com técnicos agrícolas, encontros de jovens e lugar de reunião política que ocorrem principalmente, durante os dia da semana.

<sup>6</sup> Não foi possível levantar os dados da comunidade da Linha Carravágio, dado que a mesma faz parte da diocese de São Miguel do Oeste. Levantamentos preliminares apontaram para um total entre 85 a 95 famílias.

<sup>7</sup> O levantamento do número de famílias não implica em tomar como indicativo que todas são agricultoras. Existem casos de famílias que moram na zona rural e se dedicam a outras atividades como comércio, professores da rede municipal, motoristas de caminhão como os que fazem a coleta de leite, meeiros, entre outros. Desta forma, chamamos atenção para o fato que o levantamento do Censo Municipal levantou o número de 1.121 estabelecimentos onde a agropecuária era praticada como atividade predominante, e não o total de famílias que habitavam a área rural em Guaraciaba.

Analisando os resultados da tabela 17, excetuando-se uma comunidade rural, houve diminuição no número de famílias residentes em todas as demais. Durante os anos de 1995 a 1998 ocorreu uma redução de aproximadamente 360 famílias, ou seja, numa diminuição percentual de 19% das famílias nas comunidades rurais de Guaraciaba/SC. Como em sua maioria estas eram de pequenos agricultores, verifica-se que houve uma exclusão significativa de famílias agricultoras.

Nas comunidades de Sede Flores, Linha São Roque, Linha Mirim, Linha São Luiz e Linha São Vicente, Flores da Cunha, Linha Laranjeira, Linha Perondi, Linha Poca, Linha Aparecida, Linha Castelo Branco, Linha Guataparé Alto, o percentual de exclusão foi superior a 27% das famílias que habitavam estas comunidades em 1995 (Ver figura 4, sobreposta à imagem de radar com os limites municipais e figura 5, de localização das comunidades rurais).

Nas seis primeiras localidades assinaladas, a severidade do relevo e da topografia são menos acentuadas que nas demais localidades. Contudo, observa-se que a saída de famílias veio ocorrendo tanto nas áreas onde o relevo é mais acidentado, como naquelas onde as condições topográficas são mais favoráveis. Diante deste aspecto, explicações baseadas na idéia de perda da fertilidade dos solos devido a intervenções incorretas e intensiva sobre o ambiente não podem ser generalizadas. Mesmo assim, observamos em estudos anteriores que existe a necessidade de maiores investimentos na recuperação da fertilidade dos solos e da cobertura vegetal (GRANDO:1995; PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA:1996; TOSIN :1995).

Um outro dado, o uso de energia elétrica pode indicar a ocorrência de um processo de exclusão na zona rural de Guaraciaba. A rede de eletrificação cobre toda a área territorial do município. Com isso, a tendência é que todas as residências estejam ligadas a rede elétrica. A distribuidora de energia elétrica detém o cadastro dos consumidores para efetivar a cobrança da energia consumida. Assim, esse indicador também se configura um elemento ao destacar a variação no número de consumidores ligados a rede de eletrificação. Os resultados do levantamento dos consumidores estão apresentados na tabela 18, a seguir.



**Tabela 18: Levantamento do número de consumidores de energia elétrica em Guaraciaba/SC por classe de consumo no período 1995/98**

Mês / Ano	Consumidores na zona rural. <sup>8</sup>	Consumidores na residenciais urbanos
Jan / 95	1.876	863
Dez / 95	1.894 <sup>9</sup>	932
Dez / 96	1.771	963
Dez / 97	1.768	994
Dez / 98	1.735	1.070

Fonte: Escritório local das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), 1.999

Os dados da tabela 18 indicam a redução do número de consumidores rurais, enquanto que na área urbana esse número veio crescendo. Com isso, também por esse indicador ficou evidente que a área rural tem perdido população.

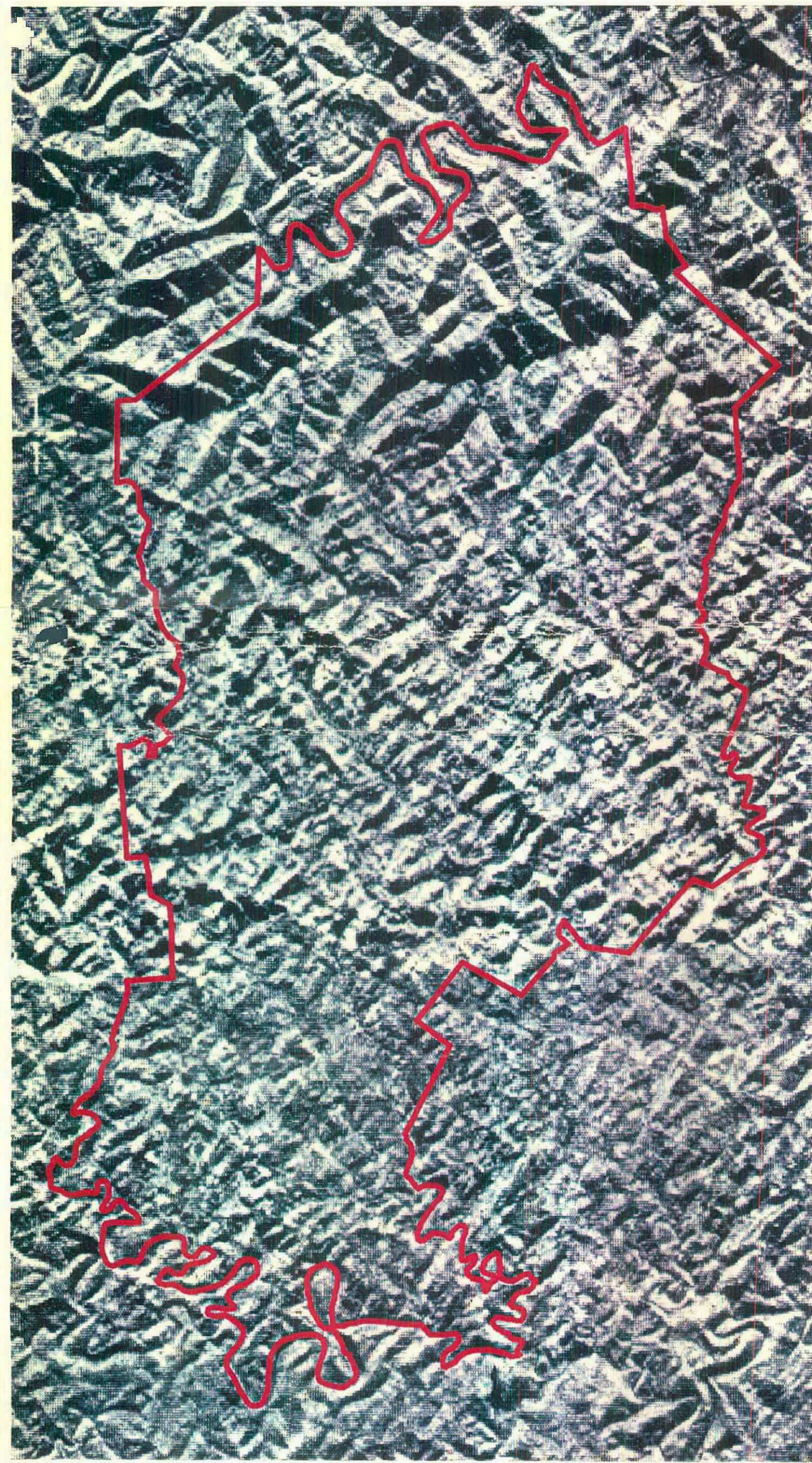
Analisando o conjunto de dados apresentados, destacamos que o processo de exclusão se tornou acelerado, principalmente após 1995, depois do lançamento do Plano Real, da aplicação dos Acordos do Mercosul e de liberalização da economia, como já citamos anteriormente. Acreditamos que aspectos como o aprofundamento da competitividade comercial no meio agropecuário, a eliminação gradual de incentivos estatais, a diminuição do preço dos produtos agrícolas<sup>10</sup> e por conseguinte, dos ganhos dos agricultores, além do alto custo dos financiamentos para produção e investimentos em melhoria da produtividade tem sido responsáveis pelo significativa número de famílias que abandonaram o campo e a agricultura na área estudada.

<sup>8</sup> É possível afirmar que há muita pouca discrepância entre os dados coletados sobre o número de famílias do levantamento de campo e os dados de consumo de energia elétrica relativos a área rural do município pois devem ser admitidos pelo menos de 2 a 3 consumidores por localidade, que são relativos ao patrimônio comum da comunidade rural, tais como as Igrejas, o clubes e o campos de futebol que podem chegar a mais de 100 ligações elétricas. Outro elemento é que em alguns estabelecimentos existem mais de uma moradia ligada a rede elétrica. Outro aspecto importante se refere ao número de residências fechadas. Muitos agricultores deixaram o campo mas não venderam o estabelecimento. Assim, as casas estão fechadas mas a rede elétrica não foi desligada. E, ainda pela falta dos dados relativos a comunidade rural da Linha Carravágio que acreditamos ultrapassa mais de 90 famílias.

<sup>9</sup> Instalação do Programa Viva Luz pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) até o final de 1998 de forma subsidiada, ligou energia elétrica para 113 residências rurais. Mesmo assim, em seguida, os dados indicam um decréscimo de consumidores.

<sup>10</sup> Basta lembrar que o frango foi considerado durante certo tempo, símbolo do Plano Real, ao mesmo tempo em que o presidente da república comemorava o fato de que os pobres estavam tomando iogurtes e bebidas lácteas...





## MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Limite municipal sobreposto a imagem de radar

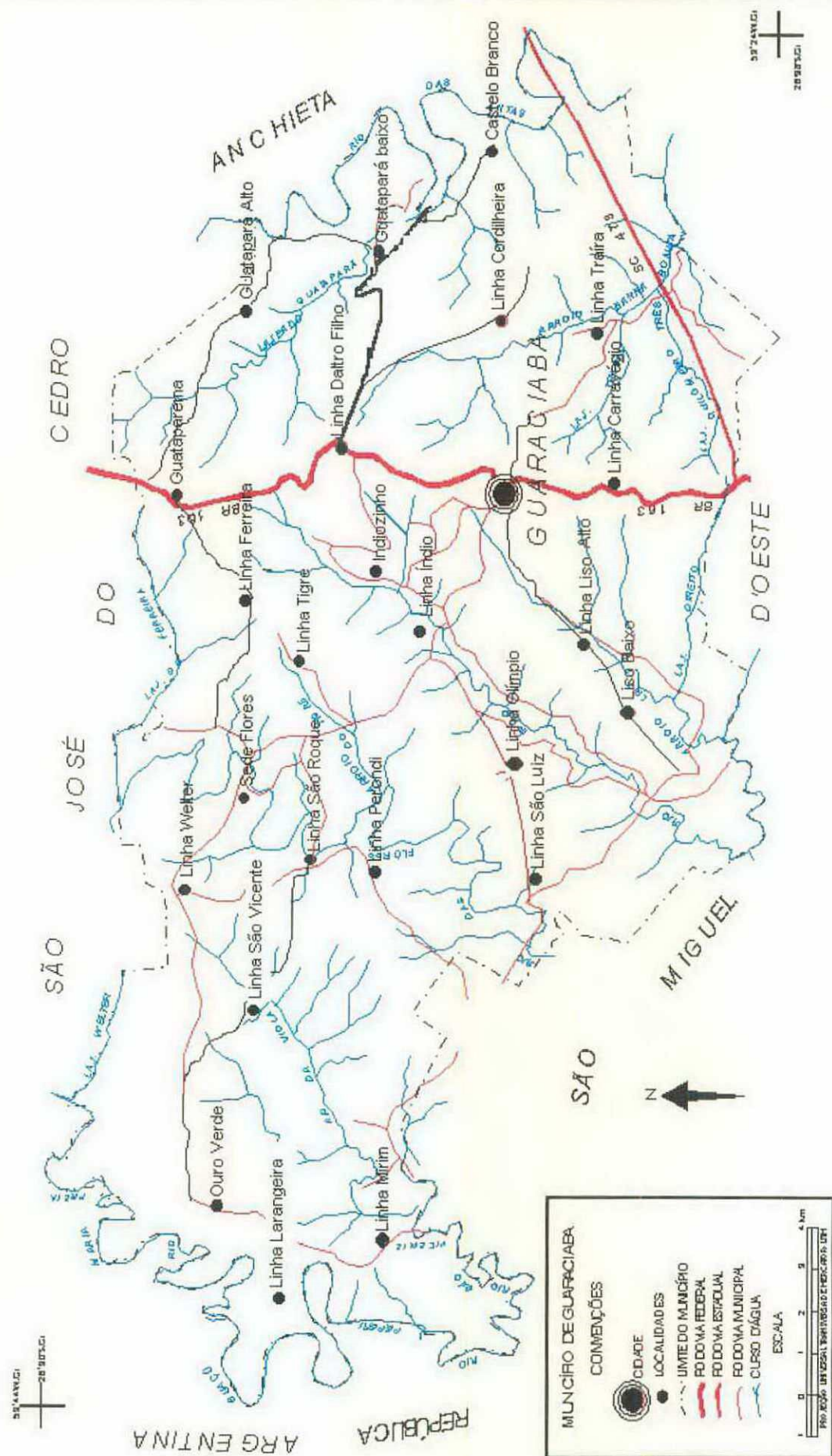
ESCALA

2.500 0 2.500 5.000 metros





# Guaraciaba - localização das comunidades rurais



Nesse contexto, é possível supor que esteja ocorrendo um processo em que o número de estabelecimentos rurais esteja se reduzindo. Com efeito, os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba apontam para esse aspecto. No ano de 1995, a Secretaria Municipal da Agricultura registrou o número de 1733 estabelecimentos rurais<sup>11</sup>. Em 1996, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural trabalhou com um total de 1600 estabelecimentos. Em fins de 1998, o Censo Agropecuário Municipal realizado pela Prefeitura de Guaraciaba e EPAGRI, apontou um total de 1121 estabelecimentos rurais<sup>12</sup>. Assim, verifica-se um processo em que o número de estabelecimentos rurais vem diminuindo e que ocorre de várias maneiras. Estas serão analisadas a partir de levantamentos qualitativos que fizemos nas comunidades rurais.

Observamos que em casos muito restritos e no contexto da estrutura agrária local, estão sendo formadas grandes propriedades dedicadas a pecuária. Constatamos a formação de três estabelecimentos<sup>13</sup> que se enquadram nesse aspecto. Um empresário urbano chegou a adquirir 19 estabelecimentos rurais, outro comprou 14 propriedades, enquanto outro adquiriu nove, incorporando as que já possuía (Pref. Mun. de Guaraciaba, Cadastro Municipal por Transmissão de Bens Intervivos (1995/99)).

Verificamos ainda, que enquanto alguns empresários urbanos estavam entrando na atividade agrícola, outros a estavam deixando. Isso vem ocorrendo porque até 1996, os comerciantes vinculados as agroindústrias de suínos (SADIA, CHAPECÖ, CEVAL

---

<sup>11</sup> Provavelmente o poder público municipal tomou os dados do IBGE que apontou para um total de 1760 estabelecimentos rurais. IBGE, Censo agropecuário, 1996.

<sup>12</sup> Sabemos o perigo de utilizarmos fontes diferentes ao levarmos em consideração os dados existentes. Caso não fizéssemos isso teríamos que efetivar um levantamento total do universo pesquisado. Por outro lado, o censo agropecuário municipal procurou levantar dados mais concretos devido ao fato de que as transformações que estão ocorrendo serem mais dinâmicas que o intervalo de pesquisa dos censos demográficos.

<sup>13</sup> Esses dados tendem a não aparecer nos levantamentos censitários ou do Incra por vários aspectos. Dos estabelecimentos citados, somente um adquiriu terras em seu entorno e, os outros constituíram dois e três estabelecimentos rurais distintos. Já nos cadastros do Incra esses proprietários não incorporam os imóveis adquiridos. O exame dos cadastros apontou proprietários rurais com 11, 10, 9, 8, 7... imóveis registrados em seus nomes. Outro fator, foi que no final dos anos 80, o maior estabelecimento rural do município com 1038 ha finda a exploração madeireira, gerou um processo de partilha por herança e foi dividido em estabelecimentos menores. Assim, se for trabalhado uma série continuada a partir dos levantamentos censitários, verificamos uma relativa desconcentração da terra.

e PERDIGÃO), precisavam de um local na área rural para reunir as cargas de suínos e alojar matrizes que as agroindústrias remetiam para o município, a fim de melhorar a qualidade do plantel dos agricultores “integrados”. Ao fazer isso, passaram a investir na atividade suinícola e, gradualmente, foram se tornando os principais criadores de suínos no município, com pocilgas que alojavam mais de 150 matrizes em reprodução. A fim de alimentar os animais, os comerciantes que respondiam pela fomento agroindustrial, compraram terras para cultivar milho, insumo fundamental na suinocultura.

Com a crise da suinocultura em meados de 1995/96, forçando aumentos significativos na produção dos agricultores que continuaram na atividade e exclusão daqueles que não se reestruturaram e os altos investimentos exigidos em tecnificação e o desligamento destes comerciantes do esquema de “integração”, está ocorrendo um gradativo abandono da produção de suínos e uma maior dedicação destes empresários ao seu negócio principal, o comércio. Com isso, esses comerciantes que vinham adquirindo estabelecimentos rurais, estão deixando a atividade criatória, vendendo ou colocando terras e instalações de criação à venda.

Para a realidade local, mesmo detectando que um pequeno grupo de estabelecimentos rurais concentrou terra, pela análise dos documentos de compra e venda de estabelecimentos rurais, verificamos um processo de remembramento de pequenos estabelecimentos rurais. Esse processo está ocorrendo, principalmente, entre aqueles produtores rurais que conseguiram se reestruturar, investindo em equipamentos para aumentar a produtividade e que, ao mesmo tempo, conseguiram manter os filhos no estabelecimento rural.

Assim, os agricultores que estão se reestruturando e conseguindo se manter na atividade procuram expandir o tamanho dos estabelecimentos rurais pelo fato de disporem de força de trabalho e de meios para aumentar a produtividade. Isso ocorre



porque, como ressaltamos anteriormente, a maioria dos agricultores desenvolve uma associação entre agricultura e pecuária e, ao expandir uma atividade, é necessário que a outra também o seja. Por exemplo, o aumento da produção de suínos implica nem disponibilizar no estabelecimento rural uma maior quantidade de milho. Como as agroindústrias exigem que os suinocultores produzam, no mínimo, 70% do milho necessário, se houver expansão do rebanho será preciso mais terras para o cultivo do milho.

Diante disso e numa situação de crise em que as terras tem perdido valor comercial, os agricultores que tem conseguido se reestruturar e se manter na atividade agropecuária, procuram adquirir pequenos estabelecimentos por preços baixos ou em prestações. Muitas vezes, essas terras tem sido pagas em prestações com produtos agrícolas. O milho é a principal “moeda” e em seguida, vêm os suínos. Eles calculam o valor dos imóveis na equivalência de sacas de milhos ou quilos de suínos.

Os agricultores detentores das características apontadas, ao adquirir terras, tomam posse imediatamente e as colocam para produzir com a finalidade de gerar produtos agrícolas. Eles procuram cumprir os pagamentos com prestações que duram em média de 2 a 5 anos. Em seguida, examinaremos a tabela 19, que apresenta um resumo das transações de estabelecimentos rurais entre 1994/98.

**Tabela 19: Transações comerciais de estabelecimentos rurais em Guaraciaba durante 1994/98 segundo o cadastro do Imposto por Transmissão de Bens Intervivos<sup>14</sup> (I.T.B.I.).**

Períodos	Número total de transações de estabelecimentos rurais	Transações entre familiares
Transações em 1994	96	29
Transações em 1995	68	18
Transações em 1996	84	24
Transações em 1997	116	22
Transações em 1998	102	26
Totais	466	119

Fonte: Cadastro ITBI/ Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC

<sup>14</sup> O cadastro de Imposto por Transmissão de Bens Intervivos é o documento onde são declarados para fins de cobrança de tributos, o tipo de imóvel transacionado (rural ou urbano), a quantidade de área transacionada, o valor da transação, o nome e o local de moradia do vendedor e comprador.

Os dados da tabela 19 mostraram que a transmissão do patrimônio entre familiares foi menor que a venda do estabelecimento com a finalidade de mudar de atividade. Diminuindo-se do total de transações, aquelas repassadas aos familiares (119), observamos que 347 estabelecimentos rurais foram vendidos a terceiros. A grande maioria dos que compraram os estabelecimentos vendidos para terceiros são agricultores, habitantes do próprio município. Isso pode indicar que a “tradição” de repassar o estabelecimento rural às gerações seguintes pode estar sofrendo algum tipo de mudança.

Diante do exposto, é possível apontar que está ocorrendo um processo de remembramento da terra, predominantemente, entre os agricultores familiares. Assim, até agora, quase 20% das famílias foram excluídas da zona rural para que o restante dos produtores familiares possam sobreviver na agropecuária em Guaraciaba. Diante disso, afirmamos que o processo é dialético, ou seja, a reestruturação beneficia os mais eficientes e está penalizando aqueles que não apresentam condições de expandir a produtividade e/ou a produção.

A esse respeito, os dados da tabela 20 podem contribuir para mostrar que grande parte dos agricultores que estão vendendo os estabelecimentos rurais, ou simplesmente saindo da atividade estão partindo para um processo de proletarianização.

**Tabela 20: Emissões de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), para habitantes da área rural, pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba –SC**

Períodos*	Total de emissões da CTPS entre outubro de 1998 a junho de 1999.	Deixaram o município em seguida a emissão da CPTS
Outubro	15	11
Setembro	14	07
Dezembro	17	09
Janeiro	22	13
Fevereiro	26	22
Março	32	21
Abril	22	15
Maiο	19	17
Junho	38	29
Totais	205	144

Fonte: Secretaria da Indústria e Comércio, Pref. Municipal de Guaraciaba/1999.

\* Durante o mês de novembro de 1998, por falta do documento a Prefeitura Municipal não emitiu CTPS

Os resultados da tabela 20, segundo um acompanhamento direto do Secretário Municipal da Indústria e Comércio, apontam para um processo de proletarização. Ao requerer a CTPS, os agricultores trocam a contribuição do INCRA pela do INSS. Aliado a isso, 144 pessoas, segundo informações do responsável pela emissão do documento, dos 205 agricultores que requereram a CTPS no período enfocado, abandonaram o município em seguida.

Diante dos aspectos citados e analisados podemos concluir que está ocorrendo também um processo de migração campo-cidade intra municipal e além dos limites regionais. Em conversa com alguns jovens, ao retornarem para o período das festividades natalinas, eles apontaram que a maioria se destinava a São Paulo (capital e cidades florescentes do interior deste Estado), Brasília, Rio de Janeiro, praias do Nordeste, principalmente para trabalhar em bares e restaurantes. O deslocamento é auxiliado por antigos colegas que fizeram esse processo antes. Geralmente se constituem em garotos de mais de 15 anos e, após terminarem os estudos de primeiro grau, deixam a casa paterna para auferirem salários em torno de R\$500. Acostumados a ganhos ocasionais na propriedade rural ou, em alguma empresa do município percebendo no máximo 1/3 do que ganhariam migrando, a possibilidade de maiores ganhos financeiros se torna um fato real. Grande parte desses jovens vivem indo e voltando por não se acostumarem ao tipo de vida num grande centro urbano. O casamento se transforma no momento de uma definição final e, com as responsabilidades do matrimônio, a grande cidade e a proletarização podem ser o destino final.

Mato Grosso ou Rondônia tem sido o destino, principalmente de casais jovens ou daqueles que ainda querem permanecer na agricultura. Geralmente eles têm um pequeno pedaço de terra, na maioria das vezes, com tamanho insuficiente para a agropecuária praticada nas condições locais. Assim, ao migrar o objetivo é de adquirir terras. Para conseguir isso, eles passam a trabalhar em fazendas ou em madeiras.



Sua finalidade é juntar algum dinheiro e depois retornar. Para isso, levam a família e passam a morar no ambiente de trabalho. Num regime espartano, com excesso de sobre-trabalho e produzindo a própria subsistência, muitos migrantes praticam uma poupança forçada com a finalidade de melhorar suas condições de vida. Após algum tempo, muitos destes casais tem condições de adquirir terras no norte do país e, gradualmente, vão cortando os laços com a terra natal.

Com alguns dos descendentes de italianos advindos da Serra Gaúcha, observamos que está havendo um retorno para o Rio Grande do Sul. Devido as relações de parentesco, algumas famílias encaminharam os jovens aos cuidados de parentes para trabalhar nos parreirais ou nas indústrias da terra natal dos genitores. Existe ainda um grupo de jovens e de famílias, que possuem algum tipo de especialização profissional, migrando em direção ao litoral catarinense. O que há em comum nesse processo é o fato de que pessoas conhecidas e já vivendo num centro urbano maior, possibilitaram ao migrante rural que “optou” pela cidade algum meio de obter trabalho, mas principalmente, fizeram a ponte entre costumes baseados nas relações pessoais das localidades do interior para a impessoalidade da cidade grande.

Diante do que foi exposto, procuramos mostrar que está havendo um processo em que um contingente significativo de jovens e de agricultores estão abandonando a agricultura. Com isso, observamos em Guaraciaba que a agricultura familiar está passando por um processo excludente. Os que saem, possibilitam aos que ficam, continuar vivendo como produtores familiares. Para isso, os que ficam precisam investir e reestruturar as suas condições de produção para poderem se manter na atividade agropecuária.

Em função do quadro apresentado, verificamos que a reestruturação das condições de produção, gerando uma exclusão técnico-produtiva de parcela

significativa da população rural guaraciabense, ocasiona uma situação de perda de recursos humanos e do investimento feito nas pessoas que migraram. Isso ocorre porque a maioria dos que deixam a terra e o município são de casais ou de pessoas jovens que para sua criação e formação receberam investimentos da família e do poder público em saúde, educação e treinamento profissional.

Assim, observamos que um município pequeno com a economia baseada na agricultura familiar está encontrando dificuldades muito grandes para reestruturar, em menos de uma década, o seu aparato produtivo. Diante deste contexto os agricultores têm tomado uma decisão, considerada mais prática, ou seja, de encontrar em outros locais os meios de se reproduzir.

---

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Durante este trabalho desenvolvemos duas análises. Uma enfocou, sobretudo, aspectos teóricos. A outra buscou examinar e analisar os elementos presentes na área de estudo. A necessidade de produzir para o comércio é muito expressiva e, com isso, a produção se desloca para determinados produtos que podem fazer um duplo papel: manter a auto-suficiência e servir de valor de troca. Isso ocorre porque as atuais necessidades de consumo direcionam os agricultores a produzir mais para vender do que para subsistência.

Levando em consideração esses aspectos, verificamos que a propriedade da terra ainda é importante à agricultura familiar em Guaraciaba/SC. Mas, pela análise das condições de produção e de trabalho, ela deve ser complementada com outros fatores, como investimentos contínuos em máquinas, equipamentos e em edificações modernas para a criação de animais. Nesse caso, o conjunto de investimentos necessários à produção, na maioria dos casos, pode superar o valor da própria terra.

Desta forma, o exame da situação da agricultura familiar em Guaraciaba-SC, mostrou que além da terra, torna-se importante a capacidade de investimentos na propriedade. Como a situação atual exige um processo de reestruturação técnica e produtiva nos estabelecimentos rurais, os agricultores, para se manterem na atividade, necessitam de condições para investir em novos equipamentos e tecnologias. Desta forma, aqueles que não demonstrarem esse perfil, tendem a ser excluídos. Esse aspecto desestimula principalmente os jovens, que alegam que na agricultura "...não há perspectivas a não ser muito trabalho e pouco futuro."

Assim, os agricultores que possuem propriedades muito pequenas não estão tendo condições de se manter no meio rural e nem no município. Ao não vender a terra, haveria a tendência de praticarem uma atividade agrícola voltada à auto-

suficiência. Como há uma série de despesas que eles tem de fazer, a opção da subsistência está se tornando possível somente para os agricultores que detém alguma fonte de renda adicional, como a aposentadoria rural, presente em 39% dos estabelecimentos rurais (Censo Agropecuário Municipal, 1998).

Nas condições de produção observadas em Guaraciaba, o relativo envelhecimento da população rural e a diminuição de efetivos jovens, implica que atividades mais penosas, antes praticadas pelo trabalho braçal, estejam sendo mecanizadas. Isso está acontecendo também naquelas propriedades que não dispõem de maquinários e tratores, através da contratação destes serviços.

As transformações em curso, no município estudado estão ocorrendo devido a falência das políticas típicas do Estado keynesiano e o surgimento de práticas baseadas, sobretudo nas condições de mercado. Isso ocorreu num momento em que o Estado se retraiu naquelas políticas adotadas no passado, desfavorecendo investimentos destinados a expandir a produtividade e a produção nos pequenos estabelecimentos rurais. Entre elas, destacamos a definição de preços mínimos adequados à remuneração dos produtos agrícolas e a alocação de créditos compatíveis às taxas de retorno na agropecuária<sup>1</sup>.

Sob o comando e controle de empresas privadas, as práticas agrícolas estão sendo reordenadas visando aumentar a produtividade e rebaixar os custos de produção, enquanto os preços dos produtos agrícolas vêm sendo achatados. Ao mesmo tempo, estão sendo difundidas ações, principalmente, por parte do Estado, para reverter os danos ao meio ambiente, recuperar a fertilidade do solo, aumentar a cobertura vegetal e despoluir os lençóis freáticos, que apresentam grave problema de contaminação por dejetos de suínos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Diferentemente da indústria e do comércio, os riscos climáticos, a sazonalidade, o diferencial de produtividade, o controle de monopólios e oligopólios sobre a produção agrícola, implicam em menores taxas de retorno do capital investido.

<sup>2</sup> A esse respeito consultar a Dissertação de Mestrado de VOTTO, Aldo Guido, "Zoneamento da Poluição Hídrica Causada por Dejetos de Suínos no Extremo Oeste de Santa Catarina" Dpto de Geociências, UFSC, 1999.



Neste processo, novas demandas de maquinário, insumos, instalações de produção, reprodutores geneticamente melhorados e créditos são ofertados aos agricultores, nas condições de um mercado comandado por monopólios e oligopólios agroindustriais e grandes cooperativas. A presença estatal foi <sup>pequena</sup> reduzida e quando presente, atua para estimular o desenvolvimento de atividades necessárias a expansão do setor agroindustrial. Ao mesmo tempo, os agricultores estão enfrentando muitas dificuldades para se manterem produtivos e continuarem ofertando produtos oriundos da pequena produção familiar.

Por outro lado, não se verifica mudanças em relação aos tipos de cultivos, já que usualmente são os mesmos de uma década atrás. Entretanto, observamos que as técnicas têm mudado. Ao invés da tração animal, muitos estão utilizando o trator para realizar o trabalho mais pesado. O plantio direto, a cobertura do solo com plantas para adubação e para proteger a terra da erosão, tornaram-se técnicas bastante utilizadas pelos agricultores. As alterações a atividade agrícola decorrem, em nosso entender, de um processo de reestruturação econômica e produtiva que está reorganizando as relações de produção nas explorações rurais em Guaraciaba e também no Oeste Catarinense.

As transformações em curso apresentam, como característica principal, o aumento da capacidade de produção nos estabelecimentos familiares. Como as propriedades, em função do processo de colonização e posterior parcelamento, apresentam pequenas extensões, os agricultores que investirem recursos financeiros num rápido processo de reestruturação das suas condições de produção poderão enfrentar uma série de situações.

Entre muitas situações que poderão acontecer, destacamos algumas que tenderão a ser mais usuais. Com a introdução das novas tecnologias há tendência da eliminação de mão-de-obra. A dimensão reduzida dos estabelecimentos e a necessidade que os agricultores estão tendo para se manter na atividade implica em

investir em novos maquinários, na especialização ou no aumento do tamanho da propriedade. Por outro lado, devido as condições em que o processo de reestruturação está sendo implementado, está em aberto a garantia de que os preços cubram os custos de produção e resultem em algum ganho financeiro para os produtores familiares. Com isso, o processo de exclusão pode se acentuar ainda mais.

Nesse contexto, sabemos que há uma tendência para a policultura dado que as agroindústrias têm incentivado esta prática. Isso ocorre, justamente para que os agricultores se defendam dos preços baixos, que ocorrem em diversos momentos, sobretudo com os produtos oriundos da "integração". Ao mesmo tempo, a especialização num produto não significa o abandono da policultura. Todavia, na situação atual, existe a tendência à especialização. Isto ocorre porque os pequenos agricultores estão direcionando seus esforços à principal fonte de ganhos, ou seja, à produção agropecuária para o comércio. Com isto, os agricultores poderão enfrentar situações de risco, decorrentes da situação de mercado em relação aos excessos ou quebra de produção.

Ainda, alguns agricultores tiveram condições de aumentar o reduzido tamanho de seus estabelecimentos rurais. Isso ocorreu com aqueles que conseguiram se reestruturar, manter a mão-de-obra na propriedade e, por consequência aumentar a produção e os ganhos. Nesse processo, tiveram mais acerto os agricultores que conseguiram trabalhar com recursos próprios. Aqueles que contraíram empréstimos no sistema financeiro, necessários à reestruturação técnico-produtiva, existe o perigo real de não conseguirem saldar os débitos porque as políticas para o financiamento de investimentos na agricultura não existem ou são insatisfatórias.

Os resultados deste trabalho apontam que a produção familiar continua resistindo. Os agricultores familiares que apresentam melhores condições de sobrevivência são aqueles que demonstram maior capacidade de incorporação de tecnologias, aumento da produção destinada à venda e principalmente, a manutenção

dos filhos nos estabelecimentos rurais. Acreditamos que a permanência de alguns filhos junto ao estabelecimento rural familiar, é o “oxigênio” desta forma de produção agropecuária. É por eles, para que tenham um futuro melhor, que os agricultores familiares investem e correm riscos para aumentar a produção e a produtividade nos seus estabelecimentos rurais. Assim, em Guaraciaba, os agricultores que fazem parte deste grupo, são aqueles que, na sua maioria, estão incorporando as propriedades daqueles que optaram por deixar atividade agropecuária. Por outro lado, os agricultores familiares que não estão fazendo os investimentos necessários, estão optando por uma situação mais prática. Investem principalmente, para diminuir a penosidade do seu trabalho e, quando possível, para aumentar a produção.

Diante da situação analisada, ousamos apontar alguns elementos que, a nosso ver, remetem para futuras perspectivas em Guaraciaba. Inicialmente, colocamos a questão da manutenção da agricultura em bases familiares na área da pesquisa. Na situação local e conjuntural é inviável um processo de concentração e formação de grandes propriedades fundiárias. Para isso, contribui a severidade do relevo, inibindo o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, ou a exploração da pecuária de corte. Essa afirmação é resultado de que a produção de cereais, a partir de mecanização, teria um custo mais elevado do que nas áreas onde o relevo facilita esta prática. Na mesma situação, a criação de gado em áreas topograficamente declivosas, resultaria em animais com maior musculatura, menor gordura e a carne perderia qualidade, fatores estão sendo depreciados pelos abatedouros e consumidores. Com isso, a pequena produção familiar tende a ser mantida.

Nesta situação estaria também a atividade madeireira. É extremamente difícil que ocorra a concentração de terras para projetos de silvicultura com espécies exóticas, justamente devido a severidade do relevo. Contudo, acreditamos que esta prática tenderá a ser cada vez mais utilizada no interior dos estabelecimentos explorados por agricultores familiares. Isso ocorre porque eles estão deixando de cultivar nas áreas mais declivosas no interior dos imóveis rurais.

Constatamos que muitos agricultores estão inclinados a plantar espécies exóticas nos locais onde o relevo é bastante inclinado. Contribui para isso, informações de que o governo estadual estaria estudando um projeto de subsídios mensais desde o plantio até o corte comercial da madeira. Outro aspecto está relacionado as condições locais e no entender dos agricultores, o plantio de árvores de rápido crescimento que eles poder cortar para vender, consistiria numa forma de “fazer uma poupança utilizando os “peraus” ou áreas mais dobradas da propriedade.”

Levando em consideração que a organização produtiva será mantida em bases familiares, as perspectivas futuras remetem para o estabelecimento de atividades agropecuárias de pequena escala, mas com uma produtividade condizente às exigências das agroindústrias. Neste sentido, aventamos que a atividade que tem o maior potencial de crescimento é a pecuária leiteira que tende a se disseminar. A criação de suínos tenderá a aumentar a concentração de animais em poucos estabelecimentos e na produção agrícola, a fumicultura poderá se manter.

Na conjuntura comercial mantida as condições atuais, o cultivo de milho tenderá a sofrer redução de área plantada e se manter como cultivo de subsistência, servindo de apoio à suinocultura e bovinocultura de leite. Essa afirmação resulta da necessidade de maiores investimentos na expansão da produtividade, do baixo retorno comercial com a venda do milho e do tamanho reduzido dos estabelecimentos. Na situação local, as áreas disponíveis para o plantio de milho nos estabelecimentos rurais são diminutas, descontínuas e intercaladas por ladeiras, permitindo uma mecanização parcial.

O cultivo de milho tem o seu valor regulado pela produtividade internacional. No Brasil, está ocorrendo a expansão desta lavoura em grandes fazendas mecanizadas no Centro-Oeste e áreas de fronteira agrícola que apresentam menores custos de produção. Assim, dificilmente a cultura de milho para o comércio em



Guaraciaba será competitiva. Mas, descontando-se os custos de transporte, o sobre-trabalho do produtor familiar e utilizando-se o cereal na alimentação dos animais, o seu plantio tem sido viável.

Outro produto agrícola, que na situação atual, tende a ter seu plantio inviabilizado é o feijão. Os fatores que afetam o aumento da área cultivada com feijão são principalmente a diminuição na disponibilidade de mão-de-obra e a falta de apoio de créditos financeiros conjugados com um seguro agrícola que cubra os custos de plantio, em caso de quebra de safra. A esse respeito constatamos que não há uma política oficial de apoio ao cultivo do principal alimento dos brasileiros. A esse respeito levantamos uma hipótese para trabalhos futuros. Dentre os produtos agrícolas mais consumidos pelos brasileiros desde 1995, o feijão foi o produto que tem enfrentado mais oscilações de preço em função de instabilidade climática e falta de apoio oficial para o seu cultivo, excluindo-se o feijão irrigado.

A cultura do fumo apresentou mais estabilidade quanto a área plantada. Todavia, pode sofrer redução devido a expansão dos programas anti-tabagistas. Acreditamos que em algum momento o poder público vai notar a contradição de estimular campanhas que visam reduzir o consumo do cigarro e a alocação de crédito subsidiado para o plantio de fumo. Se o crédito subsidiado for eliminado, o custo do de produção aumentará, podendo forçar a diminuição da exportação de fumo, sem diminuir o consumo de cigarros. Dada essa condição, tenderá ocorrer uma substancial redução na área plantada, a não ser que as autoridades públicas optem por recursos advindos da exportação de fumo.

Ao apontar que os principais produtos agrícolas comerciais tendem a diminuir a área plantada, ressaltamos que a criação de suínos e a produção de leite apresentam condições favoráveis para sua expansão. Devido as características históricas da agropecuária praticada na área, a criação de suínos está incorporada ao cotidiano dos

agricultores por gerações. Na suinocultura, acreditamos que os estabelecimentos de tamanho médio, que possuem condições de fornecer o milho para o criatório, tenderão a investir nesta atividade.

O limite para expansão da suinocultura em Guaraciaba é dada pela produção de milho. Ocorrendo estabilização dos preços do suíno, acima do custo de produção, é muito provável que de produtor e exportador de milho o município se tornaria importador deste cereal. Para isto, a principal condição é que as empresas instaladas no Oeste Catarinense consigam ampliar suas operações de exportação. Com isso haveria menos instabilidade de preços, melhor remuneração e geraria a segurança necessária para que os agricultores investissem maiores recursos financeiros na criação de suínos.

Em nosso entender, a atividade que tem maior potencial de expansão é a bovinocultura de leite. Tanto o rebanho como a produtividade, em litros de leite por animal, vem aumentando significativamente desde o início dos 90. Ao abandonar a suinocultura comercial e integrada, muitos produtores estão investindo na pecuária leiteira. Praticamente, o leite se tornou “a saída” para muitos agricultores permanecerem na agricultura. Para isso, algumas barreiras precisam ser vencidas, como o preconceito de “que tirar leite sempre foi trabalho de mulher”.

Em muitos estabelecimentos rurais isso já vem acontecendo. Produzir leite se tornou a principal atividade da família agricultora que está tentando se adaptar na atividade. Antes a estrutura produtiva e de trabalho era totalmente diferente. Como o alimento das vacas bastava uma pequena área de pastagem plantada, algumas espigas de milho, uma touceira de cana de açúcar ou outro volumoso. Nas instalações pouca coisa eram necessárias: um cobertura com um cocho para abrigar os animais a fim de tirar o leite que a família necessitava. O leite era ordenhado nas primeiras horas da manhã e no cair da noite, por uma pessoa do sexo feminino.

A expansão comercial da produção do leite implicou em aumentar o efetivo e a genética animal, aumentar a extensão das áreas com pastagens permanentes, plantar, colher e armazenar alimentos adicionais, construir instalações adaptadas para ordenhar as vacas segundo normas de higiene definidas por técnicos da área, edificar abrigos para os animais em lactação, programar coberturas e partos, cuidar da bezerrada, entre outras. Com a especialização leiteira, o aspecto que mais afeta o modelo de produção familiar em Guaraciaba é a disponibilidade de trabalho para os serviços de ordenha. O serviço de ordenhar as vacas de duas a três vezes por dia durante 365 dias por anos implica em manter membros da família na propriedade dioturnamente. Os agricultores familiares de Guaraciaba não tinham o costume de trabalhar durante o final de semana. Este era destinado ao lazer e à religião. Diante disto eles estão tendo que se adaptar.

Na escala de produção que a suinocultura era praticada na maioria dos estabelecimentos rurais, nos fins de semana bastava encher os cochos de alimento e olhar a água no sábado pela manhã. No domingo de manhã e a noite enquanto se tirava o leite de duas ou três vacas, dava-se uma passada pela pocilga. Com a bovinocultura de leite, isto está mudando mas, a expansão da atividade avança no limite de trabalho presente em cada estabelecimento rural. A expansão do rebanho leiteiro e da produção faz com os agricultores concentrem nesta atividade a maior parte do dia durante sete dias por semana. A necessidade de ordenhar os animais varia de duas a três vezes ao dia pois, o caminhão recolhe o leite todos os dias, inclusive domingos e feriados. Neste contexto, ao não se verificar a criação de condomínios leiteiros comunitários, num momento em que a granelização, em que as agroindústrias do setor visam dar racionalidade ao processo de coleta do leite pelo aumento da produção dos estabelecimentos e racionalização de custos de transporte, o trabalho dos agricultores necessita ser melhor estruturado.

Acreditamos que, se as atividades forem organizadas visando manter família agricultura no campo com dignidade, observando as particularidades desta forma de produção, haverá tendência de diminuir o processo de saída de jovens e famílias na

agricultura em Guaraciaba. Em caso contrário, a juventude continuará a abandonar a área rural se as perspectivas em termo de ganho econômico para a atividade não melhorarem. Nesse sentido, o expressivo número de jovens que deixaram o campo após a segunda metade da década de 1990, tenderão a estimular <sup>meus irmãos</sup> que irmãos e conhecidos continuem o êxodo rural.

Diante dos elementos citados é possível afirmar que o processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva ainda está em curso e não aponta uma situação de estabilidade para a agricultura familiar em Guaraciaba-SC. Em nossa opinião, o fator que poderá trazer alguma estabilidade seria um processo de estruturação da indústria rural artesanal baseada no cooperativismo comunitário e estabelecida nas próprias comunidades rurais. Para a criação destas atividades é necessário uma decidida intervenção estatal com recursos financeiros, aprovando uma legislação pertinente estituindo um processo de acompanhamento técnico e de qualificação do processo produtivo. Dada a atual debilidade financeira do Estado, os compromissos assumidos com o setor financeiro e a sua opção de política sócio-econômica, acreditamos que é difícil a curto prazo, o poder público gerar ações neste sentido.

Finalizando, acreditamos que resta à agricultura familiar continuar a sua marcha histórica, lutando com suas próprias forças para sobreviver. Mas, em Guaraciaba-SC, qualquer alternativa possível deverá passar por um processo de planejamento de curto, médio e longo prazo que integrem numa mesma esfera produtiva o rural e o urbano, tendo como plano de raciocínio transformar as matérias primas geradas na área rural. Para isso, o poder público municipal deverá se engajar num processo de reverter a situação de perda de população, criando condições para o estabelecimento de atividades de transformação tanto no meio urbano quanto na zona rural.



---

## 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

---

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas; Editoras HUCITEC, ANPOCS, Ed. da UNICAMP, 1992.
- ALVES, Agrelli Adriana & FERNANDES FILHO, José Flores. **Os Impactos da Globalização no Mercado Leiteiro de Minas Gerais**. 1998. (texto disponível na Internet no site, CRIA.ORG.BR no documento Anais do SBA/1998).
- ALTMANN, Rubens. **A Agricultura Familiar e os Contratos: Reflexões sobre os Contratos de Integração, a Concentração da Produção e a Seleção de Produtores**; Florianópolis, Gráfica Editora Pallotti, 1997.
- AURAS, Marli. **A Guerra do Contestado: A organização da Irmandade Cabocla**, 3ª Edição, Florianópolis, ed. da UFSC, 1997.
- AZEVEDO, Carlos. & ZAGO JR. Guerino. **Do Tear ao Computador: As lutas pela Industrialização do Brasil**, Osasco-SP, Ed. Política, 1989
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) Gerência Setorial 4 - Setor de Bens de Capital; - **máquinas e Implementos Agrícolas**. Internet; Site [bndes.gov.br](http://bndes.gov.br)
- BRESSAN, Matheus. **Saídas para e pequena Produção de Leite no Brasil**. 1998, (texto disponível na Internet no site, CRIA.ORG.BR
- BREVES, Wanceslao de Souza. **O Chapeço que eu Conheci**: in Revista do Inst. Histórico e Geográfico de SC. Número 6, 1985
- CAMPOS, Índio. **Os Colonos do Rio Uruguai, Relações entre pequena produção e indústria no Oeste Catarinense**; Dissertação de Mestrado; Campina Grande – Paraíba, 1987.
- CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SC (GEAG/SC) **Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina - séc. XVII - 1960**; Florianópolis; CEAG/SC, 1980
- CEDECT- SEPLAN & Diretoria. de Estatística e Geoprocessamento. **Anuário Estatístico de Santa Catarina**, Florianópolis, 1995
- CNA (Confederação Nacional da Agricultura) **Análise da política agrícola nacional**, texto disponível na internet no site de pesquisas ALTA VISTA sob o comando de pesquisa: agricultura familiar, 1997.
- DELGADO, Guilherme Costa, **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**, São Paulo, Icone Editora/ Editora da Unicamp, 1986.
- EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de Um Novo Paradigma**, São Paulo, Editora Livros da Terra. 1996.

EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina) **Participação da produção familiar na Reestruturação da cadeia produtiva de leite**, Equipe de socioeconomia do CPPP/EPAGRI, Chapecó. Disponível de Internet no site Cria.org.br

Estatuto da Terra de 10/11/1964, **Legislação Atualizada: Emenda Constitucional; Leis; Decretos Leis; Decretos e Portarias**, Porto Alegre, Editora Síntese, 1981.

FENAMA (Frente Nacional dos Municípios Agrícolas), (1997) **A agricultura e a globalização da economia**, Documento encaminhado ao Governo Nacional solicitando providências para reverter a crise que passam os municípios baseados economicamente na agricultura. mimeo.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**, São Paulo, Ed. DIFEL, 1969.

GRANDO, Paulo. J. **Avaliação do Programa Microbacias-BIRD: resultados no município de Guaraciaba/SC**, Monografia de conclusão do curso de bacharel em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1996a

GRANDO, Paulo. J. **As Práticas Conservacionistas de Manejo Integrado de Solo e Água em Microbacias Hidrográficas;\_Relatório de pesquisa** CNPq, UFSC, Florianópolis, 1996b

ICEPA. (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) **Informe Conjuntural**, Florianópolis, vários números.

ICEPA. (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) **Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas - Anexos**, Vol. 5 Nov. 1988

IBGE,(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) **Censos Demográficos e Agropecuários**: Rio de Janeiro,1985/1991/1996.

IBGE,(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) DIPEQ/SC- Divisão de Pesquisas do IBGE em Santa Catarina, **Censo Agropecuário 1996: Resultados de Santa Catarina**, Coordenação Geral de Comunicação Social, 1998, mimeo.

IBGE,(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), **Relatórios da Pesquisa Pecuária Municipal& Relatórios da Pesquisa Agrícola Municipal**: Rio de Janeiro, anos de 1990 a 1998.

IBGE, **SIDRA** (Sistema de Recuperação Automática de Dados, 1997, Site internet: sidra.ibge.gov.br

JORNAL: A GAZETA MERCANTIL de 26/10/98

JORNAL: A NOTÍCIA (vários números)

JORNAL CORREIO RIOGRANDENSE de 07/02/1996

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE (vários números)

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**, Trad. Otto Erich W. Maas, São Paulo, Nova Cultural, 1986

KENNEDY, Paul. **Preparando Para o Século XXI**, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1993

LAGO, Paulo Fernando, **Gente da Terra Catarinense: Desenvolvimento e Educação Ambiental**, Florianópolis, Ed. da UFSC/FCC Edições?ed. Lunardelli/UDESC, 1988.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura Familiar: Uma comparação internacional**, I Uma realidade multiforme. Trad. Angela Maria N. Tijiwa, Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1993

MARCONDES, Tabajara. **Leite: Considerações Sobre o Censo e Outros Números**, In. ICEPA/SC, Informe Conjuntural nº. 695 de 24/07 a 30/07/1998.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro: O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**; Trad. De Edgard Malagoli et al., São Paulo, Abril cultural, 1982

---

**O Capital: crítica da economia política**, livro um: o processo de produção capitalista – vol. II; Trad. Reginaldo Sant'anna, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, sem ano de publicação

---

**O Capital: volume IV - Livro terceiro**: Trad. Reginaldo Sant'anna. São Paulo, Difel S.A. 1985.

---

**O Capital: Livro terceiro - volume IV/ primeira parte**. Trad. Regis Barbosa e Flávia R. Kothe, São Paulo, Nova Cultural, 1988

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura**: In Boletim de Geografia Teorética, 25 (49-50), 1995

ORO, Eliseu. **História de Descanso**, Chapecó; Grafisul, 1986.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**, Florianópolis: EDUFSC & Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Os Pequenos Produtores Rurais do Oeste Catarinense: Integrados ou Entregados**, Tese de Doutorado submetida ao Curso de Pós Graduação da USP, São Paulo, 1996.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Globalização e a Pequena Produção “Integrada”**, Florianópolis, Revista GEOSUL, nº 21/22. Ed. da UFSC. 1996

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável**, São Paulo, Terra Livre – AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros) nº 11-12, 1993

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA, **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**, Guaraciaba, 1996, mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA – Secretaria Municipal da Educação, **Matrículas iniciais, finais e escolas do município de Guaraciaba – 1990 a 1997**, Guaraciaba, 1997, mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA & EMPRESA DE PESQUISA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA (EPAGRI), **Censo Agropecuário Municipal de 1998**, Guaraciaba-São Miguel do Oeste , em tabulação.

REVISTA GLOBO RURAL, **Produção de Mudas de Fumo Elimina o Uso do Brometo de Metila**, Rio de Janeiro, Editora Globo, nº. 159, Janeiro de 1999

REVISTA O PRODUTOR DE FUMO, **Mecanização Está Chegando na Lavoura de Fumo**, Rio de Janeiro, SOUZA CRUZ, nº. 100, 1999.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, IBGE & Centrais Elétricas de SC, **Santa Catarina: Projeções Populacionais por Sexo e Idade**, Florianópolis / Rio de Janeiro, 2000.

SEDECT & DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E GEOPROCESSAMENTO. **Anuário Estatístico de Santa Catarina**. Florianópolis. 1995

SEPLAN, (Secretaria de Planejamento de Santa Catarina). **Atlas Escolar**, Florianópolis, 1991

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

SILVA, José Graziano da. **Urbanização e Pobreza no Campo**, In Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste, Situação Atual e Perspectivas, Campinas, UNICAMP-NEA-IE, 1995.

SILVA, José Graziano da., **Uma Agricultura Alternativa ou um Capitalismo Verde**, In Revista Ciência & Ambiente, Universidade Federal de Santa Maria & Universidade de Ijuí (RS), Ed. da UFSM & Ed. UNIJUÍ, 1991.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, Campinas, Ed. da Unicamp/IE, 1996.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1993.

SUINOCULTURA CATARINENSE: **Boletim Oficial da Associação Catarinense de Criadores de Suínos**, Dezembro/ 1998.



TAGLIARI, Paulo Sergio & FREITAS, Valdemar Hercílio de, **Pequenas Máquinas Agrícolas, Grandes Trabalhos na Lavoura**, In. Revista Agropecuária Catarinense, Florianópolis-SC, v.11, n. 2, 1998.

TEIXEIRA, Gerson. (1997) **Fatos e Mitos da Política Agrícola do Governo FHC**, Brasília, SAN (Secretaria Agrária Nacional) e Núcleo Técnico Agrário do Partido dos Trabalhadores. Mimeo.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Modernidade e Crise: Reestruturação ou fim do Capitalismo**: In Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações no Mundo do Trabalho, São Paulo, Cortez editora & Fortaleza , Universidade Estadual do Ceará, 1998

TESTA, Et. Al. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense**, Florianópolis; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura & EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 1996

United States Department of Agriculture National - Commission on Small Farms (January 1998) **A Time to Act ; A Report of the USDA National**, Site internet: [Reeusda.gov.agsys.smallfarms](http://Reeusda.gov.agsys.smallfarms)

UMBELINO, João Bosco, Presidente da Comissão nacional de cereais e oleaginosas do CNA em exposição oral à comissão de agricultura da Câmara dos Deputados em 24/03/99

VILELA, Sergio Luiz de Oliveira, **Qual é a Política para o Campo Brasileiro? Do Banco Mundial ao Pronaf: a Tragédia de um novo Modelo**, Natal-RN, XXXV Congresso da Sober, 1997. Disponível na Internet no site: [CRIA.ORG.BR](http://CRIA.ORG.BR)

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**, São Paulo, Ed. HUCITEC e Ed. da USP, 1991.

VEIGA, José Eli da. **Cidade com o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano do País Mostra a Vantagem da Agricultura Familiar**, 26 de setembro de 1998, disponível na Internet no site [CRIA.ORG.BR](http://CRIA.ORG.BR).

VEIGA, José Eli da, **Mudanças na Relação Cidade-Campo: Desmancha no Ar no Final do Milênio a antes Sólida Separação entre Produção e o Chamado Setor Terciário**. - Sábado, 29 de agosto de 1998, disponível na Internet no site [CRIA.ORG.BR](http://CRIA.ORG.BR).

VEIGA, José Eli da, **Opção pela Agricultura Familiar: Brasil Hesita em Abandonar Sistema Patronal que cada vez Emprega Menos e Amplia Mais a Exclusão**. 27 de março de 1998, disponível na Internet no site [CRIA.ORG.BR](http://CRIA.ORG.BR).

VOTTO, Aldo Guido, **Zoneamento da Poluição Hídrica Causada por Dejetos de Suínos no Extremo Oeste de Santa Catarina**, Dissertação de Mestrado, Florianópolis/SC, Departamento de Geociências, UFSC, 1999.